

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CMG (FN) HENRIQUE DE CASTRO PINTO HOMEM

A GEOPOLÍTICA FRANCESA NA ÁFRICA SUBSAARIANA ATLÂNTICA:
reflexos e concepção de uma Estratégia para o Poder Naval Brasileiro

Rio de Janeiro

2021

CMG (FN) HENRIQUE DE CASTRO PINTO HOMEM

A GEOPOLÍTICA FRANCESA NA ÁFRICA SUBSAARIANA ATLÂNTICA:
reflexos e concepção de uma Estratégia para o Poder Naval Brasileiro.

Tese apresentada à Escola de Guerra Naval,
como requisito parcial para a conclusão do
Curso de Política e Estratégia Marítimas.

Orientador: CMG (RM1) Leonardo Faria de
Mattos.

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2021

AGRADECIMENTO

Agradeço a meu orientador, o Sr. CMG (RM1) Leonardo Faria de Mattos, Mestre da Escola de Guerra Naval, exemplo de instrutor que, com extremo conhecimento geopolítico, uma vasta experiência profissional, singular e inesgotável diligência, contribuiu decisivamente para a elaboração deste trabalho científico. Mesmo em seus momentos de descanso, indicou-me, com paciência, o melhor caminho, fomentando respeitosa admiração, confiança e amizade.

Cordial reverência ao Sr. Capitão de Fragata Alexis Ravera, Adido Naval da República Francesa no Brasil e ao Sr. Major Yoann Yvinec, Oficial de Cooperação de Segurança e Defesa francês, no Comando do Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais, pelas essenciais informações e disponibilidade. Minha continência por seu profissionalismo e por sua busca incansável em ampliar a integração de nossos países.

Meu obrigado aos Srs. CMG Sandro Baptista Monteiro, do Estado-Maior da Armada, CF(FN) Marcus Vinicius Santos Ramos Braga e CF Marcio Henrique Sousa da Silva, do Ministério da Defesa e CF(FN) Alessandro Dias dos Santos Muniz, do Comando de Operações Navais, oficiais brilhantes e prestimosos, que sempre me atenderam com motivação e interesse. É uma honra ombrear com os Senhores.

Aos Senhores General de Brigada Nelson Calvoso Pinto Homem e Contra Almirante Newton Calvoso Pinto Homem, agradeço por seu eterno zelo e voluntarismo, tanto para esta Tese, quanto na vida.

Aos meus pais e entes queridos, em memória, cuja dedicação me trouxe até aqui.

Aos meus filhos, pela paciência e por serem quem são.

Finalmente, a minha esposa, meu muitíssimo obrigado por mais que tudo.

O reino da política internacional é como um campo de forças, comparável a um campo magnético. A qualquer momento, há certas grandes potências que operam nesse campo como polos. Uma mudança na força relativa dos polos ou o surgimento de novos polos mudará o campo e mudará as linhas de força. Uma reorientação ou realinhamento dos pequenos poderes em tal campo pode ser o primeiro resultado de uma mudança no equilíbrio de forças entre as grandes potências.

(SPYKMAN; ROLLINS, 1939, p.395. Tradução própria. Original em inglês.)

RESUMO

Abordar reflexos da “Grande Estratégia” francesa interrelacionados à expressão militar do Brasil, em um ambiente complexo, exige multidisciplinaridade. Em adição, pela tecnologia e globalização, o Sistema Internacional muda acentuadamente, tornando-se ambíguo e volátil, mexendo com relações, comportamentos e crises, obrigando Estados a ampliar sua influência. Disputas hegemônicas dessa conjuntura distam do Entorno Estratégico Brasileiro, mas esse, pela instabilidade, exige alerta. Nele, a África Subsaariana Atlântica Ocidental e Central sobressai, por potencialidades reunidas à insegurança e crises majoradas pela estrutura precária. A França, ator global, valoriza independência decisória, emprega influência e, atualmente, reforça cooperação e multilateralismo. Sua Estratégia Militar une dissuasão nuclear e forças convencionais presentes no exterior. Sua cooperação militar foca em segurança e estabilidade, mormente na África, onde há atividades operacionais e de capacitação diversas. Ao Brasil, esse cenário abriga oportunidades, podendo ampliar proeminência e ameaças, obrigando ao Poder Naval Brasileiro se preparar para crises e aumentar a colaboração já existente em espaços marítimos e terrestres africanos. França e Brasil têm parceria estratégica única na América do Sul, que estimula temas de Defesa e de atuação na África. Entre Marinhas, há base documental e histórico de intercâmbios tecnológicos profundos e de operacionais, como para a estabilidade do Golfo da Guiné, havendo outras ações intencionadas. Nesse quadro, a Geopolítica gera análise multidisciplinar, amparada por conceitos de Relações Internacionais, interpretando a dialética entre condutas e interesses nesse universo realista-construtivista, onde segurança é fulcral. Temas “securitizados” reúnem atores afetados, enquanto Estados exógenos procuram intervir, buscando interesses, combinando comportamentos de *hard power*, *soft power* e mesclando-os (*smart power*). A Teoria da Estratégia, logo, fundamenta a solução pensada, provendo modelo escrutinador e unindo pela “Estratégia como Ponte”, metas, meios e métodos, criando ações associativas. A Doutrina Militar, baseando-se na Diplomacia Naval orientada pelo governo nacional, estrutura as iniciativas coercitivas ou colaborativas. Assim, a proposição de conceber uma Estratégia Naval para atingir Objetivos relacionados ao Poder Naval Brasileiro associado a reflexos da postura geopolítica francesa em espaço africano recebe seu escopo da Política Naval, usando-o como referência ao endereçar as oportunidades e ameaças para criar Ações Estratégicas Navais Orientadas. Essas, dividem-se em “efetivas” e “estruturantes” e irão nuclear a Estratégia Naval específica, viável e benéfica ao protagonismo brasileiro e à estabilidade. O emprego da “Estratégia como Ponte”, unindo objetivos, meios e métodos, garante solução consoante com efeitos desejados ao ambiente ou ao aprimoramento sistêmico e, então, encerra-se a conduta metodológica, detalhando espaço; atores e decorrências; metas; ações e efeitos. Alcançam-se também contribuições colaterais como: desvelo da Diplomacia Naval; ampliação de informações sobre a África; análise da “Grande Estratégia” francesa; e exame da postura brasileira, apoiada no Poder Naval, buscando proeminência regional e um Entorno Estratégico Brasileiro seguro e estável.

Palavras-chave: França, África Subsaariana, Marinha do Brasil, Diplomacia Naval, Estratégia.

RÉSUMÉ

Aborder les réflexes de la “grande stratégie” française, liée à l’expression militaire du Brésil, dans un environnement complexe, requiert pluridisciplinarité. De plus, en raison de la technologie et de la mondialisation, le système international évolue fortement, devenant ambigu et volatil, brouillant les relations, les comportements et même les conflits, obligeant les États à étendre leur influence. Les conflits hégémoniques dans cette situation sont loin de l’environnement stratégique brésilien, mais celui-ci, en raison de son instabilité, est une préoccupation. Dans celui-ci, L’Afrique Subsaharienne Atlantique Occidentale et Centrale se démarque, en raison de son potentiel combiné à l’insécurité et aux crises aggravées par la structure précaire. La France, acteur global, valorise l’indépendance de décision, use d’influence et renforce aujourd’hui la coopération et le multilatéralisme. Sa stratégie militaire unit la dissuade nucléaire et les forces conventionnelles à l’étranger. Sa coopération militaire se concentre sur la sécurité et la stabilité, en particulier en Afrique, où il existe diverses activités opérationnelles et de renforcement des capacités. Pour le Brésil, ce scénario offre des opportunités, qui peuvent augmenter l’importance et les menaces, obligeant la Puissance Navale Brésilienne à se préparer aux crises et à accroître la collaboration qui existe déjà dans les espaces maritimes et terrestres africains. La France et le Brésil ont un partenariat stratégique unique en Amérique du Sud qui encourage les thématiques de Défense et d’action en Afrique. Entre Marines, il existe une base documentaire et historique d’échanges technologiques profonds et opérationnels, comme dans la stabilité du Golfe de Guinée, d’autres actions étant envisagées. Dans ce cadre, la géopolitique génère des analyses multidisciplinaires, soutenues par des concepts de Relations Internationales, interprétant la dialectique entre comportements et intérêts dans cet univers réaliste-constructiviste, où la sécurité est essentielle. Les thématiques “sécurisées” rassemblent les acteurs concernés, tandis que les États exogènes cherchent à intervenir en recherchant des intérêts, en associant les comportements *hard power* et *soft power* et en les mélangeant (*smart power*). La Théorie de la Stratégie sous-tend donc la solution de pensée, fournissant un modèle scrutateur et unissant par “*Strategy Bridge*”, des objectifs, des moyens et des méthodes, créant des actions associatives. La doctrine militaire, fondée sur la diplomatie navale guidée par le gouvernement national, structure les initiatives coercitives ou collaboratives. Ainsi, la proposition de concevoir une stratégie navale pour atteindre les objectifs liés à la puissance navale brésilienne associée aux réflexes de la posture géopolitique française dans l’espace africain reçoit sa portée de la politique navale, en l’utilisant comme référence pour aborder les opportunités et les menaces pour créer la stratégie navale. Orienté Actions. Ceux-ci sont divisés en “efficace” et “structurant”, allant nucléaire la stratégie navale spécifique, viable et bénéfique pour le protagonisme et la stabilité brésiliens. L’utilisation de la “*Strategy Bridge*”, unissant objectifs, moyens et méthodes, garantit une solution en fonction des effets souhaités sur l’environnement ou sur l’amélioration systémique et, ensuite, la conduite méthodologique se termine en détaillant l’espace ; acteurs et résultats ; buts ; actions et effets. Des contributions collatérales sont également obtenues, telles que : la dévotion à la diplomatie navale ; expansion de l’information sur l’Afrique ; analyse de la “grande stratégie” française ; et l’examen de la posture brésilienne soutenue par la puissance navale, à la recherche d’une importance régionale et d’un environnement stratégique brésilien sûr et stable.

Mots clés : France, Afrique Subsaharienne, Marine Brésilienne, Diplomatie Navale, Stratégie.

ABSTRACT

Multi-disciplinarity is required to address the reflexes of the French “Grand Strategy”, interrelated to the Brazilian military expression, in a complex environment. In addition, due to technology and globalization, the International System changes markedly, becoming ambiguous and volatile, messing with relationships, behaviors and even conflicts, forcing States to expand their influence. Hegemonic disputes in this situation are far from the Brazilian Strategic Environment, but this one, due to its instability, is a concern. In it, the West and Central Atlantic Sub-Saharan Africa stands out, due to its potential, combined with insecurity and crises compounded by the precarious structure. France, a global actor, values decision-making independence, employs influence and currently reinforces cooperation and multilateralism. Its Military Strategy unites nuclear deterrence and conventional forces abroad. Its military cooperation focuses on security and stability, especially in Africa, where there are diverse operational and capacity building activities. For Brazil, this scenario holds opportunities, which may increase prominence, and threats, forcing the Brazilian Naval Power to prepare for crises and to increase the collaboration that already exists in African maritime and terrestrial spaces. France and Brazil have a unique strategic partnership in South America, that encourages themes of Defense and the action in Africa. Between Navies, there is a documental base, a history of deep technological exchanges and operational themes as in the stability of the Gulf of Guinea, with other activities being intended. Within this framework, geopolitics generates multidisciplinary analysis, supported by concepts of International Relations, interpreting the dialectic between behaviors and interests in this realist-constructivist universe, where security is essential. “Securitized” themes bring together affected actors, while exogenous States intervene seeking interests, combining hard power and soft power behaviors, and mixing them (smart power). The Theory of Strategy, then, underlies the thought solution, providing a scrutinizing model and uniting by “Strategy Bridge”, goals, means and methods, creating associative actions. The Military Doctrine, based on Naval Diplomacy guided by the national government, structures coercive or collaborative initiatives. Thus, the proposition of conceiving a Naval Strategy to achieve Objectives related to Brazilian Naval Power associated with reflexes of the French geopolitical posture in the African space receives its scope from Naval Policy, using it as a reference to address opportunities and threats to create Strategic Naval Actions Oriented. These are divided into “effective” and “structuring” and will nucleate the specific Naval Strategy, viable and beneficial to the Brazilian protagonism and stability. The use of the “Strategy Bridge”, uniting objectives, means and methods, guarantees a solution according to the desired effects on the environment or on the systemic improvement and then, the methodological conduct ends, detailing space; actors and outcomes; goals; actions and effects. Collateral contributions are also achieved, such as: enlightenment of Naval Diplomacy; expansion of information about Africa; analysis of the French “Grand Strategy”; and examination of the Brazilian posture supported by its Naval Power, seeking regional prominence and a safe and stable Brazilian Strategic Environment.

Keywords: France, Sub-Saharan Africa, Brazilian Navy, Naval Diplomacy, Strategy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Entorno Estratégico Brasileiro (EEB)	105
Figura 2 – África Subsaariana Atlântica Ocidental e Central (ASAOC).....	106
Figura 3 – Métodos Estratégicos disponíveis	107
Figura 4 – Palheta de Estratégias adaptada ao sistema da Tese.....	108
Figura 5 – Processo de Análise Reativa conforme o Método Grumbach.....	109
Figura 6 – Condutas existentes na Diplomacia Naval segundo Till e Le Mière	110
Figura 7 – Espectro de propósitos das ações da Diplomacia Naval segundo Till	111
Figura 8 – África Ocidental	112
Figura 9 – África Central.....	112
Figura 10 – Golfo da Guiné (GdG) e Estados limítrofes.....	113
Figura 11 – Sahel Africano.....	113
Figura 12 – O Golfo da Guiné e suas principais temáticas.....	114
Figura 13 – Departamentos Regionais de Além-Mar e Comunidades Regionais de Além-Mar da República Francesa (DROM-COM).....	114
Figura 14 – O Império Francês em 1938	115
Figura 15 – Forças Armadas Francesas: Emprego Operacional (Jun. 2021)	115
Figura 16 – Representações da Defesa Francesa na África.....	116
Figura 17 – Escolas Nacionais de Vocação Regional.....	117
Figura 18 – Adidâncias Navais brasileiras na África	118
Figura 19 – O Ambiente Estratégico	118
Figura 20 – Oportunidades e ameaças para o Poder Naval Brasileiro ligadas à postura geopolítica e à ação militar francesa na África Subsaariana Atlântica Ocidental e Central.....	118
Quadro 1 – Quadro Diagnóstico da República de Angola	134
Quadro 2 – Quadro Diagnóstico da República do Benin	134
Quadro 3 – Quadro Diagnóstico da República de Cabo Verde.....	135
Quadro 4 – Quadro Diagnóstico da República dos Camarões	135
Quadro 5 – Quadro Diagnóstico da República do Congo.....	135
Quadro 6 – Quadro Diagnóstico da República da Costa do Marfim.....	136
Quadro 7 – Quadro Diagnóstico da República Gabonesa.....	136
Quadro 8 – Quadro Diagnóstico da República da Gâmbia	136
Quadro 9 – Quadro Diagnóstico da República do Gâmbia	137
Quadro 10 – Quadro Diagnóstico da República da Guiné	137
Quadro 11 – Quadro Diagnóstico da República da Guiné-Bissau	137

Quadro 12 – Quadro Diagnóstico da República da Guiné Equatorial	138
Quadro 13 – Quadro Diagnóstico da República da Libéria	138
Quadro 14 – Quadro Diagnóstico da República Federal da Nigéria.....	138
Quadro 15 – Quadro Diagnóstico da República Democrática do Congo.....	139
Quadro 16 – Quadro Diagnóstico da República Democrática de São Tomé e Príncipe	139
Quadro 17 – Quadro Diagnóstico da República do Senegal	139
Quadro 18 – Quadro Diagnóstico da República de Serra Leoa	140
Quadro 19 – Quadro Diagnóstico da República Togolesa	140
Quadro 20 - Correlações relevantes com o Brasil	141
Quadro 21 - Correlações relevantes com a França	141

LISTA DE TABELAS

- 1 - Exportações Francesas Para a África Subsaariana Atlântica Ocidental e Central 119
- 2 - Exportações Brasileiras Para a África Subsaariana Atlântica Ocidental e Central 120
- 3 - Militares brasileiros em missões de paz da ONU na África..... 121

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A2/AD -	<i>Anti-Access and Area Denial</i> (Anti-Acesso e Negação de Área)
ABC -	Agência Brasileira de Cooperação
AEN -	Ações Estratégicas Navais
AENO -	Ações Estratégicas Navais Orientadas
AFRICOM -	<i>United States Africa Command</i>
APSA -	Arquitetura de Paz e Segurança Africana
ASAOC -	África Subsaariana Atlântica Ocidental e Central
ASF -	<i>African Standby Force</i> (Força Africana de Pronto-Emprego)
BAD -	Banco Africano de Desenvolvimento
BOA -	<i>Base Opérationnelle Avancée</i> (Base Operacional Avançada)
CEDEAO -	Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
CEEAC -	Comunidade Econômica dos Estados da África Central
CIASC -	Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo
CIC -	Centro Interregional de Coordenação
CMF -	<i>Combined Maritime Forces</i> (Forças Navais Combinadas)
ComOpNav-	Comando de Operações Navais
CPLP -	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CRS -	Complexos Regionais de Segurança
CSNU -	Conselho de Segurança das Nações Unidas
CTF-151 -	<i>Combined Task Force 151</i> (Força-Tarefa Combinada 151)
DCSD -	<i>Direction de la Coopération de Securite et de Défense</i> (Direção de Cooperação para a Segurança e Defesa)
DGRIS -	<i>Direction Generale des Relations Internationales et de la Stratégie</i> (Direção Geral de Relações Internacionais e Estratégia)
DMN -	Doutrina Militar Naval
DOM-TOM -	<i>Départements et Territoires d'Outre-Mer</i> (Departamentos e Territórios de Além-Mar)
DROM-COM -	<i>Départements et Régions d'Outre-Mer et Collectivités d'Outre-Mer</i> Departamentos Regionais de Além-Mar e Coletividades Regionais de Além-Mar)
EB -	Exército Brasileiro
EEB -	Entorno Estratégico Brasileiro
EGN -	Escola de Guerra Naval
EIFORCES -	<i>Ecole Internationale des Forces de Sécurité</i> (Escola Internacional das Forças de Segurança)

EMP -	<i>Ecole de Maintien de la Paix</i> (Escola de Manutenção da Paz)
END -	Estratégia Nacional de Defesa
ENUCAH -	Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários
ENVR-	Escolas Nacionais com Vocação Regional
EUA -	Estados Unidos da América
EUTM –	<i>European Union Training Mission</i> (Missão de Treinamento da União Europeia)
FA -	Forças Armadas
G20 -	Grupo dos 20
G5S -	G5 Sahel
G7 -	Grupo dos Sete
GAT -	Grupos de Apoio Técnico
GdG -	Golfo da Guiné
GT BRACAM-	Grupo de Trabalho Brasil-Camarões
IMSI -	<i>Interregional Maritime Security Institute</i> (Instituto de Segurança Marítima Interregional)
IRIS -	<i>Institut de Relations Internationales et Stratégiques</i> (Instituto de Relações Internacionais e Estratégia)
IUU -	<i>Illegal, Undeclared, and Unregulated Fishery</i> (Pesca ilegal, não declarada e não regulamentada)
JWTT -	<i>Jungle Warfare Training Team</i> (Time de Treinamento de Combate em Selva)
LCM -	Linha de Comunicação Marítima
MAN -	Missões de Assessoria Naval
MB -	Marinha do Brasil
MD -	Ministério da Defesa
MEAE -	<i>Ministère de l'Europe et des Affaires Étrangères</i> (Ministério da Europa e Assuntos Estrangeiros)
MINUSMA -	<i>United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission In Mali</i> (Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização do Mali)
NEMO -	<i>Navies' Exercises for Maritime Operations</i> (Exercícios Navais para Operações Marítima Africanos)
MNC -	Marinha Nacional de Camarões
MNF -	<i>Marine Nationale Française</i> (Marinha Nacional Francesa)
MONUSCO -	<i>United Nations Organization Stabilization Mission in the Democratic Republic of Congo</i> (Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo)
MRE -	Ministério das Relações Exteriores

NBQR -	nuclear, biológica, química e radiológica
OBNAV -	Objetivos Navais
OMC -	Organização Mundial do Comércio
OND -	Objetivos Nacionais de Defesa
ONU -	Organização das Nações Unidas
OpEsp -	Operações Especiais
OSCE -	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
OTAN -	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PEM2040 -	Plano Estratégico da Marinha 2040
PIB -	Produto Interno Bruto
PN -	Política Naval
PNB -	Poder Naval Brasileiro
PND -	Política Nacional de Defesa
POC -	<i>Pôle Opérationnel de Coopération</i> (Polos Operacionais de Cooperação)
PSC -	<i>Peace and Security Council</i> (Conselho de Paz e Segurança)
RCA -	República Centro-Africana
RDC -	República Democrática do Congo
RI -	Relações Internacionais
RPC -	República Popular da China
RU -	Reino Unido
SCI -	Seção de Cooperação Internacional
SHAPE -	<i>Supreme Headquarters of Allied Powers Europe</i> (Supremo Alto Comando e Estado-Maior das Potências Europeias)
SI -	Sistema Internacional
SIPRI -	<i>Stockholm International Peace Research Institute</i> (Instituto Internacional de Pesquisa da Paz de Estocolmo)
SISTRAM -	Sistema de Informações do Tráfego Marítimo
SOG -	Seção de Organismos Globais
TAAF -	<i>Terres Australes et Antarctiques Françaises</i> (Territórios Austrais e Antárticos Franceses)
UA -	União Africana
UE -	União Europeia
UNIFIL -	United Nations <i>Interim Force in Lebanon</i> (Força Interina das Nações Unidas no Líbano)
URSS -	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZOPACAS -	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	ASPECTOS PRELIMINARES CONCEITUAIS E AMBIENTAIS	20
2.1	Conceituação Teórica Relevante	20
2.1.1	A Geopolítica como Método Multidisciplinar de Análise.....	20
2.1.2	As Relações Internacionais como Ferramenta de Compreensão do Sistema Internacional e de Convivência dos Seus Atores.....	22
2.1.3	A Teoria da Estratégia como Fundamento da Solução.....	27
2.1.4	A Doutrina Militar como Base das Ações Estratégicas a Propor	29
2.2	Aspectos Ambientais: a África Subsaariana Atlântica Ocidental e Central como espaço de interesse geopolítico.....	32
2.3	Ilações Relativas aos Conceitos e à África Subsaariana Atlântica Ocidental e Central..	37
3	A REPÚBLICA FRANCESA: SUA POSTURA INTERNACIONAL E SUAS INICIATIVAS COM REFLEXOS NO AMBIENTE ESTRATÉGICO	40
3.1	O Posicionamento do Estado Francês no Sistema Internacional.....	40
3.2	A Influência Global Francesa por uma Abordagem da Arqueologia Histórica.....	44
3.3	A Postura Geopolítica Francesa.....	49
3.3.1	O Ambiente Internacional sob a Ótica Francesa	49
3.3.2	A Conduta Francesa Diante da Ação de Outros Atores Estatais	51
3.4	Os Interesses Geopolíticos Franceses e a Sua Estratégia de Segurança e Defesa	55
3.5	A Expressão Militar na “Grande Estratégia” Francesa.....	57
3.6	As Ações Militares Francesas na África.....	61
3.7	Ilações sobre a “Grande Estratégia” Francesa e Suas Iniciativas Militares com Reflexos na África Subsaariana Atlântica Ocidental e Central	67
4	UMA ESTRATÉGIA PARA O PODER NAVAL DO BRASIL À LUZ DA AÇÃO FRANCESA NA ÁFRICA SUBSAARIANA ATLÂNTICA OCIDENTAL E CENTRAL.....	72
4.1	O Brasil como Protagonista no Concerto das Nações	72
4.2	A Influência Brasileira na África Subsaariana Atlântica Ocidental e Central.....	74
4.3	O Poder Naval Brasileiro como Elemento da Diplomacia Estatal	77
4.4	As Grandes Metas para a Diplomacia Naval Brasileira	80
4.5	Análise Reativa: a Influência da Postura Francesa nas Ações do Poder Naval Brasileiro na África Subsaariana Atlântica Ocidental e Central	81
4.6	Ações Estratégicas Navais em Face das Ameaças e Oportunidades Vigentes.....	87
4.7	Ilações Sobre a Estratégia Naval e seus Fundamentos	89

5	CONCLUSÃO.....	92
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	96
	ANEXO A - ILUSTRAÇÕES	105
	ANEXO B - TABELAS	119
	APÊNDICE A – PROPOSTA DE ESTRATÉGIA NAVAL.....	122
	APÊNDICE B – QUADROS-DIAGNÓSTICO.....	134

1 INTRODUÇÃO

O Sistema Internacional (SI) e as relações de poder que conectam seus atores passam por desafios acentuados, decorrentes de alterações políticas, econômicas, culturais e sociais que, se nunca deixaram de existir, vêm tomando corpo desde o fim da Guerra Fria (1947-1991), impulsionadas, essencialmente, pelo progresso científico-tecnológico e pela globalização. Essa, constituindo-se de um processo inexorável, termina por aglutinar os agentes, ampliar sua interdependência e intensificar suas relações.

Nesse nexos, a citada intensificação, devido a sua magnitude, termina por promover mudanças no próprio SI, abrindo oportunidades para a inserção de novos entes e, mais além, trazendo perspectivas inovadoras para as ambições, as percepções, os comportamentos, as associações e, até mesmo, para as dissensões que, sempre presentes, gradualmente têm assumido um viés mais ambíguo e intrincado, obrigando os protagonistas sistêmicos a ampliarem a dimensão de sua influência e os métodos pelos quais conduzem suas intervenções.

Por outro prisma, essa nova conjuntura que se descortina permite notar que o principal foco geográfico das disputas hegemônicas internacionais tem se concentrado na Eurásia, mormente, no Sudeste Asiático, o que possibilitou à ciência revisitar aspectos da Geopolítica Clássica, outrora ladeados, no que se destacam os constructos teóricos do “*rimland*” e do “equilíbrio de poder”, enunciados já em 1942 por Nicholas John Spykman¹.

Mesmo fisicamente apartado do supracitado cerne da tensão geopolítica mundial, o Entorno Estratégico Brasileiro (EEB)² não pode ser percebido como uma área segura e estável, com a qual não se deva ter atenção (FIG. 1). Essa imensa região incorpora Estados jovens, ainda em desenvolvimento e detentores de diversificadas riquezas em seus espaços soberanos.

Internalizada no EEB, a África Subsaariana Atlântica Ocidental e Central (ASAOC) compreende dezenove Estados litorâneos daquele continente e foi delimitada como escopo geográfico do presente estudo, por reunir condições conjunturais, ainda que complexas e críticas, suficientemente similares, a ponto de restringir adequadamente o espaço físico amostral de pesquisa e, dessa forma, aproximar os conhecimentos obtidos ao máximo de detalhamento cabível (FIG. 2). Na ASAOC, recursos de toda a ordem, pouco ou nada explorados, aguçam a cobiça de Estados de alcance global, ao mesmo passo que as dinâmicas

1 Nicholas John Spykman (1893-1943) foi um relevante cientista político holandês, nacionalizado estadunidense, que, em função de seus estudos geopolíticos, é considerado o precursor da “Estratégia de Contenção” que dominou o pensamento geoestratégico durante o ciclo histórico da Guerra Fria.

2 O EEB, de acordo com a Política Nacional de Defesa (PND), é a área de interesse prioritário para o Brasil, que inclui América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica (BRASIL, 2020).

conflituosas, as instabilidades diversas e multifacetadas, imiscuídas a óbices estruturais intrínsecos dessa região ainda em evolução, acarretam uma pertinente inquietude internacional.

Atenta à problemática que envolve e, de certa forma, caracteriza a ASAOC, a República Francesa, potência global e ator ativo do SI, antiga metrópole de alguns dos Estados ora independentes, desenvolve intensas e diversificadas ações militares na região. Sua postura estratégica castrense se orienta à ampliação do protagonismo e à promoção dos interesses nacionais, conjugando robusta presença a cooperações bilaterais e multilaterais. Por essas, ao mesmo tempo, presta contribuição com o desenvolvimento, a paz, a estabilidade e a segurança regional, no que se inclui a Segurança Marítima do Golfo da Guiné (GdG), um dos ambientes marítimos mais desafiadores do planeta, pela mescla entre as suas abundantes riquezas, sua relevância na subsistência das comunidades locais, as severas atribulações delituosas existentes e a criticidade de sua localização, no que se refere ao fluxo internacional do comércio.

Para a República Federativa do Brasil, potência regional do Atlântico Sul, esse tabuleiro geopolítico, inserido em sua cercania vital, abriga ameaças que não podem ser ignoradas e também oportunidades singulares a serem endereçadas. Dessarte, ações eventualmente tomadas ampliariam a proeminência brasileira e contribuiriam para o alcance dos mais amplos anseios nacionais dentro do SI.

Nesse contexto e por uma ótica militar naval, a Marinha do Brasil (MB) necessita estar pronta a contribuir no alcance de Objetivos Nacionais de Defesa no exterior. Dentro desse intento, ao Poder Naval Brasileiro (PNB), impõem-se a devida consciência situacional e a permanente condição de prover resposta adequada, oportuna e proporcional, em contraposição a interferências indesejáveis em regiões de interesse. Mais além, demanda-se aproveitar os alinhamentos estratégicos reinantes, trabalhando-os de modo a conduzir ações colaborativas e, logo, apoiar a projeção do Brasil no Concerto das Nações, a ampliação de sua inserção em processos decisórios internacionais e a construção de um ambiente seguro e estável no EEB.

Decorrente de todo o exposto, este trabalho científico tem por propósito precípua conceber uma proposta de Estratégia Naval específica para atingir os Objetivos Navais vigentes e relacionados à atuação do Poder Naval Brasileiro, associada à postura geopolítica e à ação militar da República Francesa na África Subsaariana Atlântica Ocidental e Central.

Nesse fito, a abordagem metodológica e científica, empregada para atingir uma solução racional, foi dividida em cinco fases. Essas estão materializadas em Capítulos, sendo a primeira e a quinta fases, respectivamente os Capítulos alusivos à Introdução e à Conclusão, que, por sua vez, contém as principais ilações alcançadas e os pontos de vista adquiridos.

A segunda fase, necessária a fundamentar toda a análise e síntese posterior,

compreende o cabedal teórico e doutrinário basilar, além das condicionantes manifestadas pelo ambiente estratégico designado como escopo do estudo. Desse modo, referencia-se a ciência da Geopolítica pela utilidade de seus conceitos e por seu viés como ferramenta analítica multidisciplinar, além da teoria de Relações Internacionais (RI), que sustenta cientificamente a dialética entre condutas e interesses dos Estados e desvela feições do ambiente internacional, sob a lente da Segurança, em uma acepção “buzaniana” (BUZAN, WÆVER, WILDE, 1998). A Teoria da Estratégia é detalhada para proporcionar um modelo escrutinador e um processo sintetizador, que amalgamarão a elucidação do estudo, bem como a Doutrina Militar traz o alicerce técnico que esteia eventuais ações componentes da estratégia constituída. Por fim, dado esse cabedal teórico, apontam-se aspectos ambientais, mostrando a ASAOC como um espaço peculiar e de interesse geopolítico. Todo esse apanhado está contido no Capítulo 2.

A terceira fase apresenta a República Francesa como um ator estatal de alcance global, detalhando a magnitude de seu Poder Nacional. Revela, com ajuda da arqueologia histórica, a variação da sua influência ao longo do tempo, descrevendo sua postura geopolítica e associando-a a outros atores estatais na questão. Coloca em perspectiva a expressão militar francesa, com vistas a aclarar sua estratégia de Defesa e Segurança e a descrever as ações militares que desenvolve, com enfoque na ASAOC. Tal conteúdo será mostrado no Capítulo 3.

A quarta fase encerra o desenvolvimento e descreve o Brasil, sua proeminência regional e seu grau de influência no SI. Em sucessão, expõe o PNB, consubstanciando o sistema para o qual será provida uma estratégia específica, detalhando suas capacidades e os requisitos mandatórios para apoiar a política externa brasileira. Dessa feita, por derradeiro, analisa adequadamente os insumos científicos colhidos na pesquisa e sintetiza um novo todo, que corporifica a proposição central da Tese, contendo ações que respondem às decorrências ambientais e sistêmicas e concebe uma estratégia singular válida, voltada à MB. Esses aspectos estarão contidos no Capítulo 4, enquanto um compêndio, estruturando logicamente a Estratégia gerada, será veiculado no APÊNDICE A - Estratégia Naval Ordem, Liberdade e Progresso.

Para conduzir a proposta metodológica supracitada, que alude à proeminência de um ator estatal diligente do SI, como é a República Francesa, tendo ainda que analisar as resultantes dessa diligência em conexão com o PNB, de modo a sintetizar o arcabouço em uma estratégia peculiar de resposta, existe necessidade de conduzir um processo de investigação interdisciplinar e consistente.

Nesse caminho, foi desenvolvida uma pesquisa científica descritiva bibliográfica, voltada ao tratamento qualitativo dos conceitos e focada nas áreas da Geopolítica, RI e Estratégia. No concernente à doutrina militar, ao estudo do ambiente estratégico e dos atores

intervenientes, a apuração reuniu aspectos qualitativos e quantitativos, dando-se por meio também da pesquisa descritiva, agora em base normativa, doutrinária e da literatura, e pela condução, pelo próprio autor, de entrevistas não estruturadas com autoridades e especialistas navais, aludindo tópicos relativos ao Estado Francês, ao Ministério da Defesa (MD) brasileiro, ao Estado-Maior da Armada (EMA) e ao Comando de Operações Navais (ComOpNav) da MB.

Por todo o percorrido, justifica-se a relevância da proposição em lide, uma vez que ela logra fornecer uma possível Estratégia Naval específica, que alcança Objetivos Navais vigentes, relacionados à atuação do PNB, associada à postura geopolítica e à ação militar francesa na ASAOC. Complementarmente, o trabalho, por ter sido desenvolvido metodológica e racionalmente, agrega valor científico ao contribuir para: a elucidação de tópicos ligados à ação da MB em atendimento à política exterior nacional; a avaliação do valor geopolítico do escopo geográfico em estudo, a ASAOC, incluindo-se seus desafios e suas potencialidades; o escrutínio da “Grande Estratégia” e da postura francesas, com ótica no campo militar; e a apreciação da extensão da influência regional do Brasil, de seus atributos e de suas limitações, além de suas ações como um ator estatal protagonista no Concerto das Nações, realçando a capacidade militar naval de apoiar a ampliação de sua proeminência e de assistir na construção de um entorno estratégico pacífico, seguro e estável.

2 ASPECTOS PRELIMINARES CONCEITUAIS E AMBIENTAIS

A abordagem científica da influência da “Grande Estratégia” de um Estado importante como a República Francesa, bem como dos reflexos dessa influência interrelacionados às ações da expressão militar de outro ator estatal significativo, no caso, a República Federativa do Brasil (RFB), exige uma conduta metodológica que percorra várias áreas de conhecimento. Mais ainda, como o enredo em lide pretende construir ensinamentos à luz de um ambiente geoestratégico específico e complexo, conhecer essa região com precisão é também um passo essencial ao processo racional. Este Capítulo, portanto, elucida questões teóricas significativas ao tema e, em sequência, descreve a África Subsaariana Atlântica Ocidental e Central (ASAOC), ambiente estratégico no qual se baseia a análise.

2.1 Conceituação Teórica Relevante

Considerando o exposto, a proposta de execução deste estudo passa, inicialmente, por analisar a postura dos atores envolvidos, o que exige compreender conceitos dos campos da Geopolítica e das Relações Internacionais (RI). Subsequentemente, com o intento de construir um processo crível e adequado de ação para a República Federativa do Brasil, com ênfase no Poder Naval Brasileiro (PNB), serão fundamentais os ensinamentos da Teoria da Estratégia, sem deixar de levar em consideração a Doutrina Militar e os importantes pressupostos que ela empresta ao assunto. Em sendo assim, esta Seção fornecerá o cabedal informacional útil aos aspectos sistêmicos e ambientais, que serão discutidos em seguida.

2.1.1 A Geopolítica como Método Multidisciplinar de Análise

Segundo Reis (2020, p.37), “relacionar o mundo real dentro de perspectivas teóricas continua a ser um imenso desafio acadêmico”. Para o autor, fenômenos sociais e das relações de poder no Sistema Internacional (SI), que são intrinsecamente complexos e repletos de incertezas, quando abordados sob a lupa de um único viés de conhecimento, tendem a ser vistos por modelos simplificadores. Em solução a isso, a Geopolítica, antes de ser vista como ciência somente, deve ser tida como uma proposta metodológica de análise multidisciplinar, auxiliando a compreender fatos, atores e suas interações em um ambiente de interesse.

Flint (2017) permite ratificar o exposto por Reis e, ainda, retirar eventuais estigmas originários da tendência de observar a Geopolítica com uma visão do passado, quando suas

conclusões deram respaldo teórico a movimentos totalitários que desestabilizaram o SI, influenciando a escalada da violência, que tomou conta do pensamento estratégico do Século XX. Tal forma ultrapassada de pensar minimizou o valor do estudo geopolítico para a atualidade e não ressalta sua contribuição científica intrínseca, que busca profundidade e alcance nas análises, por meio de um enfoque multidisciplinar.

Assim como Mello (1999), Gray³ (2015) e Mitchell (2020), Flint (2017) vai além, registrando que a “Geopolítica Clássica”, denominação dos estudos feitos no Século XX, entrou em desuso acadêmico por suas conclusões terem sido usadas, àquela época, para um fim desagregador e totalitário. Todavia, um olhar pragmático e detalhado sobre tais ilações faz emergir sua robustez e, também, alguma coerência que guardam com o SI hodierno.

Dentre essas ideias ainda válidas estariam a percepção de que a Eurásia permanece como foco geoestratégico mundial e a previsibilidade das disputas de poder no Sudeste Asiático, devido a sua importância como sede tensional entre grandes potências em constante alteração por hegemonia. Nesse caminho, Colin Gray (2015) mostra que, nos temas de “Geopolítica Clássica” aludidos por Spykman (1942), não existe importância apenas em conceitos como o próprio *Rimland*⁴, mas também, no registro sobre o “equilíbrio de poder”⁵ e seu emprego para a contenção da violência e a estabilidade entre atores estatais.

A Geopolítica Clássica, no entanto, concebida com visões de seu tempo, não consegue trazer paralelo perfeito com questões recentes e típicas do SI atual. De acordo com Flint (2017), as razões para isso são: sua fundamentação centrada nos Estados, os únicos atores relevantes do sistema de então; e as “verdades universais” contidas em seu arcabouço, usadas para moldar e justificar as relações internacionais (RI) e não, para gerar análise e ciência.

Frente a esse paradigma e em face das transformações ocorridas, para lidar com o presente inseguro, complexo e instável, a Geopolítica contemporânea adotou novas perspectivas. Cohen (2015) passou a considerar outros fatores de análise, em detrimento de uma visão estritamente focada na política realista para o SI. Isso porque o Estado perdeu seu monopólio como elemento de ação devido à ascensão de atores adicionais no palco

3 Colin S. Gray foi um eminente escritor, analista geopolítico e professor de RI, tendo elaborado dezenas de artigos e 30 livros focados em História Militar, Política, Geopolítica e Estratégia. Faleceu em 2020.

4 Spykman (1942) afirmou que a orla (*Rimland*) da Eurásia e suas áreas costeiras seriam a chave para controlar o Mundo. Quem controlasse o *Rimland* controlaria a Eurásia e, logo, controlaria o mundo.

5 Ibidem. Para Spykman o “Equilíbrio de Poder” seria a política de restrição ao crescimento dos Estados e uma parte integrante da diplomacia. Assim, haveria mais segurança em equilibrar o poder do que em declarar boas intenções. O “equilíbrio de poder” seria orientado às Potências e os Estados menores, sem se combinar, não teriam protagonismo. Contudo, sem o equilíbrio, esses pequenos Estados estariam em risco de colapso. Spykman, pela teoria do “Equilíbrio de Poder”, é tido, por muitos, como o referencial da Estratégia de Contenção que prosperou na Guerra Fria.

internacional, tais como: organizações intergovernamentais, empresas transnacionais e entes não estatais diversos, de foro legalizado ou, até mesmo, criminoso. Diferente de serem novos, tais atores apenas ampliaram seu protagonismo a uma escala de influência global, na qual podem rivalizar ou contribuir efetivamente para os interesses de determinado ente estatal.

Pelo exposto, as pretensões geopolíticas dos Estados, no presente, devem ser construídas após a análise de múltiplos e diversificados componentes, o que traz utilidade ao Método de Análise Geopolítica da Escola de Guerra Naval (EGN) (BRASIL, 2021b), que considera fatores escolhidos de acordo com a situação particular abordada, dentre os quais: o econômico; o energético; o militar; o histórico; o humano; e o da liderança. As ilações baseadas nesse método possibilitam obter compreensão multifacetada da questão e, nesse sentido, conduzem a uma noção mais completa e verossímil da conjuntura enfrentada.

Constatada essa conjuntura, pressupõe-se que as ações decursivas sejam tomadas observando-se uma conduta técnica e estruturada, garantindo sua eficiência. Nessa lógica, o estudo de conceitos de relações internacionais (RI) é indispensável, posto que eles se referem a tópicos físicos, imateriais e relacionais, intrínsecos do SI da atualidade e que alicerçam o diálogo e a convivência entre os seus diversos atores.

2.1.2 As Relações Internacionais como Ferramenta de Compreensão do Sistema Internacional e de Convivência dos Seus Atores

Nesse espírito, o referencial teórico do estudo abarca ideias consonantes com as principais concepções de RI, desde a interpretação clássica realista, materializada em um ambiente entendido como anárquico e contencioso, com fundamentos na força e na coerção, até a abordagem idealista liberal, que considera a essencialidade do poder estatal para pensar estruturas e processos pacificadores em substituição ao conflito.

Uma vez que o ideário liberal, para alguns autores, aproximou-se de utopia e de ideologia, limitando-se, por vezes, a simples retórica (MORAVCSIK, 1997), é mister sorver conhecimento de uma doutrina estruturada em valores práticos, ainda que imateriais. Para tal, a escola construtivista, introduzida por Onuf (1989) e popularizada por Wendt (1992, 1999), aponta soluções edificadas nas relações entre os entes estatais, em um processo social que, inclusive, modifica e desenvolve as identidades desses próprios entes, influenciando-se pelas ideias, normas e condutas intrínsecas do SI. Para Wendt, Estados adquirem múltiplas identidades, que “são a base dos interesses. Os atores não possuem um portfólio desses interesses, independente do contexto social; ao contrário, definem-os no processo de

delimitação da situação”⁶ (1992, p. 398, tradução do autor).

Na anarquia do SI, pela teoria construtivista, a busca de interesses e a política de poder estatal exploram três maneiras de transformação sistêmica: o emprego discricionário da soberania; a cooperação; e os esforços intencionais que modifiquem o pensamento unilateral, tornando-o multilateral e construindo, assim, identidades coletivas. À medida que tais identidades coletivas são criadas, tornam-se sustentáculo de interesses comuns (WENDT, 1992). Em decorrência, a perspectiva *wendtiana* tem balizado estudos nas áreas de RI multilaterais; de organizações intergovernamentais; e, mormente, de segurança global, o que traz, portanto, grande utilidade a este trabalho, que analisa as relações entre atores estatais em um ambiente geográfico específico, com enfoque na segurança e nas ações estratégicas reinantes dentro da expressão militar de poder de um Estado atuante do SI.

Decorrente do apresentado sobre as RI e seus pressupostos relevantes, a trilha cognitiva seguida transpassa conceitos que envolvem a materialização do poder estatal, sua forma de influir em outros atores e a evolução de sua postura estratégica, na perseguição de interesses dentro de um SI complexo, o qual Lampert idealizou como detentor de um “*continuum* de percepções, que discorrem por preceitos da escola realista, mas inserem contornos construtivistas nas estruturas de RI” (2018, p. 20). Esse *continuum* realista-construtivista de Lampert, dentro do qual os atores estatais interagem, persuadindo e sendo persuadidos por outros Estados, sociedades e indivíduos, é fulcral ao se considerar a temática da segurança global ou de foro regional.

Buzan, Wæver e Wilde (1998) também contribuem no tema da segurança no SI, ajudando a perceber que sua conceituação é diferente e mais ampla que a pura semântica cotidiana da palavra, que remete a uma aspiração individual por tranquilidade. Em foro internacional, o juízo sobre a segurança deve assumir uma gradação mais intensa, relacionada à estrita sobrevivência do ator em qualquer temática dentro daquele sistema. A securitização de um assunto é, então, a extrapolação de sua politização. Pelos mesmos autores, qualquer tema público tem um grau dessa politização, que se estende de “não politizado” (não pertence ao debate e decisão públicos) até “politizado” (possui políticas públicas, exigindo decisões e recursos governamentais). Em continuação dessa escala, uma matéria “securitizada” exige medidas emergenciais, por estar conectada a uma ameaça existencial e demandar ações além do limite político regular, com efeito nas relações entre os atores do SI. É relevante apontar que, à medida que uma ameaça existencial seja neutralizada, cessaria a razão das ações emergenciais

⁶ Original em inglês.

e incomuns, o que abre caminho para uma necessária “dessecuritização”.

Ao longo deste estudo, a identificação de temas “securitizados” e de suas características, quais sejam: ser vital e fora dos limites políticos regulares; ser emergencial; e, ainda, gerar efeitos aos atores do SI (BUZAN *et al*, 1998), possibilitará entender a priorização dada a determinadas temáticas em relação ao ambiente estudado. Para um ator externo, desejoso de influenciar na soberania de atores internos em um sistema, a criticidade de “securitizar” assuntos implica em um paradoxo real, já que, em geral, requer ações complexas e onerosas em recursos, típicas de se evitar, mas, por outro prisma, são as que, efetivamente, devem-se enfrentar, posto que farão diferença na segurança regional.

Nesse mote da segurança regional, Buzan e Wæver (2003) vão além e elaboram uma densa teoria sobre Complexos Regionais de Segurança (CRS). Sua lógica entende que a segurança global tem sentido apenas holístico e imaterial, pois o mundo não é integrado nessa questão. Em nível mais baixo, referente aos Estados, não se consegue tratar o tema de forma unicamente soberana, posto que suas dinâmicas são inerentemente relacionais. Solucionando esse dilema, as regiões são o local onde atores do SI interagem estreitamente, a ponto de serem considerados parte de um todo sobre o qual convergem as ações.

Os CRS são, assim, espaços observados sob a ótica da segurança, nos quais um grupo de atores possui temas “(des)securitizados”, interligados de tal forma que não podem ser resolvidos por abordagens isoladas. Por vezes, tais temas unem os atores para as soluções. Outras, uns atores são a própria causa ou motivação da insegurança daquele complexo.

Para Adler e Barnett (2000), os CRS devem, também, ser diferenciados de Comunidades de Segurança que, por sua vez, caracterizam-se pela máxima “dessecuritização” possível, havendo nelas a oportunidade para colaborar e criar parcerias. Ainda que, em tais comunidades, haja problemas e competição regular, essas questões são tratadas como não existenciais e, portanto, não “securitizáveis”. O caso de uma comunidade totalmente “dessecuritizada” seria, virtualmente, uma quimera. Contudo, Comunidades de Segurança amadurecidas se caracterizam pela consciência coletiva como um fator desenvolvidor, em detrimento de apreensões de segurança (ADLER; GREVE, 2009).

Buzan e Wæver (2003) apontam que uma Comunidade de Segurança pode coexistir com um CRS, no entanto, por definição, dois CRS não coexistem geograficamente. Tal condição permite compreender que a criação de uma Comunidade de Segurança em um ambiente que englobe um CRS é possível, sendo inviável, contudo, que essa comunidade se torne o foro principal do debate de segurança do Complexo que ela enquadra.

Um CRS pode não se configurar por duas razões: pela “não estruturação” ou pela

“sobreposição” de uma grande potência. A “não estruturação” ocorre em regiões onde os Estados locais têm baixa capacidade de se projetar além de suas fronteiras, gerando interrelação insuficiente para formar o Complexo. A “sobreposição”, também chamada *overlay* no meio de RI, resulta de interesses das grandes potências globais em dominar firmemente uma região, de forma que o padrão adotado de relações de segurança deixe de existir. Isso, em geral, deriva em alinhamento automático dos Estados locais à Potência que se sobrepõe, que tende a prover forte e prolongada presença militar para controlar a região.

A citada “sobreposição” não é, contudo, a única maneira encontrada por grandes potências para influenciar em uma região. Um segundo mecanismo, denominado “penetração”, liga o equilíbrio de poder global à dinâmica do CRS e ocorre quando poderes exógenos interferem na segurança de Estados endógenos, devido a oportunidades ou demandas que lhes permitam inserção. A “penetração” busca uma influência indireta, sem o enfoque claro da dominância regional e sem exclusividade (BUZAN; WÆVER, 2003).

Em síntese, um CRS verdadeiramente materializado apresentará equilíbrio de poder entre os atores, rivalidades e parcerias decorrentes das ameaças existenciais que o conformam. A esse padrão podem ser adicionados os efeitos da presença de poderes externos, por meio de “penetração” ou “sobreposição”, sendo que a segunda transcende intensamente a primeira, a ponto de desconfigurar o próprio complexo e moldá-lo a seus interesses. Ainda que a possibilidade de “sobreposição” por uma grande potência global seja, em teoria, aplicável a qualquer CRS, a prática a torna mais suscetível em espaços onde os complexos não estão configurados ou encontram-se em formação.

Segundo Buzan e Wæver (2003), havendo manifesta e suficiente interdependência de segurança para delinear um CRS, mas sendo a dinâmica regional entre os entes incipiente a tal ponto que impeça o seu estabelecimento pleno, conforma-se o “proto-complexo” como fenômeno preliminar. A África Ocidental, local abrangido no ambiente de estudo, seria um exemplo claro dessa condição de “proto-complexo” e, por isso, propensa à incidência de mecanismos de “penetração” ou de “sobreposição” por atores exógenos de alcance global. Em complemento, para Adler e Greve (2009), qualquer ator exógeno, desejando influir exitosamente em um CRS no qual já existe “sobreposição” ou “penetração”, deve pesar sua real proeminência e o seu grau de relacionamento, vis-à-vis os espaços político-estratégicos já ocupados naquele Complexo por esses outros *players*.

Em um contexto atual, com um enfoque específico em Estados que se empenham em inserção e influência exógena e ambicionam ampliar seu status e poder, Nye e Welch (2017) relatam o dever de atenção para as transformações críticas do mundo conectado e globalizado.

Essas impulsionam, cada vez mais, a busca por melhores e profundas interrelações com os demais atores, ao contrário do que ocorria no passado, quando o realismo puro predominava isolado e, assim, imperavam as ferramentas de *hard power*⁷.

Por outro lado, a conjuntura complexa e difusa previamente relatada ainda não permite que as RI se abstenham de coerção e sejam unicamente balizadas em *soft power*⁸. De fato, mesmo que a informação e a globalização fundamentem o SI atual, tensões constantes e plurinaturais ainda obrigam a contar com atributos de *hard power*. Logo, o cerne da eficiência de um Estado estaria na “capacidade de saber quando usar *hard power*, quando usar *soft power* e quando combiná-los” (NYE; WELCH, 2017, p.49), o que foi definido como *smart power*.

As definições acima são de valoroso uso acadêmico e político, à medida que possibilitam entender a postura desenvolvida por um ator estatal em face dos efeitos que espera. Tais conceitos, contudo, foram, invariavelmente, associados à expressão e à forma de poder empregadas, dando ideia, por exemplo, que forças militares seriam sempre consideradas parte do *hard power* estatal. Nye (2021), objetivando divulgar a incorreção desse enfoque, reafirma a primazia da essência comportamental de seus conceitos. Dessa forma, vários tipos de recursos podem contribuir para o *soft power*, que não se relaciona a posturas típicas. O uso da força, os pagamentos e os acordos baseados na força são parte do *hard power*. Acordos e pagamentos entendidos como legítimos pelas contrapartes, a atração positiva e a persuasão pertencem ao conjunto de condutas inseridas no *soft power*. Para Nye, “*hard power* equivale a empurrar; *soft power* seria puxar. (...) Alguns recursos comumente conectados ao *hard power*, na maioria dos contextos, também podem produzir *soft power* em outro.” (2021, p. 6, tradução própria)⁹

Vistas as posturas usadas pelos atores estatais para empregar eficientemente seu Poder Nacional em prol de seus interesses e de influência, é imperioso observar também o valor que há nas próprias relações e comportamentos dos atores, pois eles criam verdadeiros laços com os outros entes do Sistema. Tais laços, repetindo-se ao longo do tempo, tornam-se uma tendência postural sólida, ao que North¹⁰ (1990) detalhou como sendo a “dependência de trajetória” (*path dependance*)¹¹, um conceito significativo no presente estudo.

7 *Hard power*: A capacidade de obter resultados desejados através de coerção ou pagamento (Nye; Welch, 2017, p. 395).

8 *Soft power*: A capacidade de obter resultados desejados através de atração ou persuasão em vez de coerção ou pagamento (Nye; Welch, 2017, p. 397).

9 Original em inglês.

10 Douglas C. North (1920–2015) foi um pesquisador e economista estadunidense, laureado com o Prêmio Nobel de Economia em 1993 e ligado à Teoria do Institucionalismo. North detalhou e desenvolveu conceituação sobre a “dependência de trajetória” (*path dependance*).

11 O termo *Path Dependance* foi traduzido como “Dependência de Trajetória” pela Professora Doutora Paula Regina J. P. Pavarina, no artigo Retornos Crescentes, Dependência de Trajetória (2016).

Por sua teoria, North (1990) mostra que a capacidade de transformação e a mudança de um Estado não são ilimitadas nem permanentes. Porém, também não devem ser pensadas como totalmente inflexíveis. Essa construção teórica levaria ao fato de que, no SI, as decisões futuras de um ator seriam, de alguma forma, oriundas das escolhas outrora tomadas, sem serem, contudo, integralmente dependentes dessas. Nessa conjuntura, o caminho anteriormente trilhado no SI transportaria consequências, até mesmo, de longo prazo, relacionadas em cadeia e no amplo domínio temático.

Mais ainda, considerando a “dependência de trajetória”, uma vez tomada uma decisão, essa não poderia ser totalmente retornada, alterando-se, assim, a relação de itinerários possíveis no futuro, já que os custos de reversão, nem sempre financeiros, seriam muito elevados. Ainda que havendo escolhas alternativas, as adversidades derivadas de adotá-las impactariam o regresso ao ponto da primeira decisão (PIERSON, 2000).

Outra consequência da “dependência de trajetória” aponta que os bloqueios em reverter decisões anteriores determinam que instituições e atores políticos sobrevivam rendendo abaixo de seu potencial, já que persistem em métodos e caminhos errôneos ou ultrapassados, mesmo que uma alternativa virtualmente adequada e vantajosa apareça. Dessa forma, em um sistema político como o SI, o próprio Sistema e seus atores se retroalimentariam, reforçando a cultura vigente e enraizando estratégias previamente seguidas. Uma variação postural, mesmo passível de existir, tenderia a abarcar tópicos de “velhos métodos” em seus “novos caminhos”. Mais ainda, uma alteração radical de posicionamentos de um ator do SI seria difícil de ser tomada, a menos que um fator relevante substancialmente se apresentasse, tal como uma revolução ou crise grave (NORTH, 1990).

A teorização que envolve a matéria auxilia a detalhar o processo pelo qual, no SI, ocorrem as vicissitudes e a emersão de barreiras a serem sobrepujadas. Expõe também as razões pelas quais outras transformações não se materializam. Tais intelecções contribuem para compreender as relações franco-africanas, de longa história e profundas interações, o que será construído no Capítulo 3. Nesse caminho de construção cognitiva, expostos os conceitos para análise geopolítica, com fundamentação em RI, deve-se considerar o processo metodológico que materializará a abordagem de ação sugerida, o que se pautará na Teoria da Estratégia.

2.1.3 A Teoria da Estratégia como Fundamento da Solução

Na obra *Traité de Stratégie*, Coutau-Bégarie (2010) ensina que a teoria pura serve a instruir a prática, viabilizando o juízo de valor de quem analisa um fato. A teoria não tem

ênfase indispensável às soluções apontadas pelo analisador que, caso não a empregue, sujeita-se a cumprir a tarefa menos ortodoxamente. Compete aos chefes explorar a situação, aplicando ciência ou afastando-se dela, mas, de qualquer forma, conhecer um fato cientificamente ajuda a decidir. Do mesmo modo, o processo de decisão pode agregar ciência e, assim, é relevante compreender a Teoria da Estratégia. Compreendê-la permite observar que existem múltiplos e distintos significados do termo “estratégia”. Com efeito para esta Tese, é útil defini-la semanticamente; discriminar a “Grande Estratégia”, apartando-a de um nível organizacional do Estado; e, além disso, entendê-la como método de aplicação de poder da organização estatal.

Em termos semânticos, Reeves *et al* (2015, p. 13) lembram que a estratégia é, simplesmente, “um meio para se alcançar um determinado fim”. Já em referência ao nível organizacional estatal, Paul Kennedy (1991, p. 2-7), na obra *Grand Strategies in War and Peace*, analisa ideias de vários autores sobre o tema e apresenta que a “Grande Estratégia” é o somatório de políticas e ações em prol da segurança e da prosperidade dos Estados, ao combinar a expressão militar a aspectos econômicos, diplomáticos, comerciais, científicos, legais e éticos. Ela emprega balanceadamente todos os instrumentos e campos do Poder Nacional, procurando eficiência das relações estatais no SI. Dessa forma, a “Grande Estratégia” é mais que uma conexão entre política e tática, ao que se chama nível estratégico. Ela transcende as decisões internas do próprio ator e considera outros entes ativos do sistema.

Colin Gray (1999, p.17, tradução própria)¹², no livro *Modern Strategy*, faz uma interpretação livre do que considera a estratégia, com enfoque específico no poder militar. Para Gray, ela é “o uso de ameaças tácitas e explícitas, bem como de batalhas e campanhas reais, para avançar em propósitos políticos”. Na mesma obra, o iminente autor apresenta que o enfoque da estratégia não é, contudo, unicamente militar e, mais ainda, que, ao considerar todos os instrumentos do poder do Estado de forma integrada, desde a coerção e a influência às ações práticas, tais comportamentos são parte de sua “Grande Estratégia”.

Vistos os elementos sobre a “Grande Estratégia” do Estado, pode-se atentar para a terceira temática que envolve a Teoria da Estratégia. Nesse teor, passa-se a considerá-la como um método sistemático de construção de poder e de transformação do próprio Estado. O mesmo Gray (2010), na obra *The Strategy Bridge*, constrói um arquétipo do que seja a estratégia em contexto sistêmico, dando-lhe semelhança metafórica a uma ponte pela qual fluiria a postura do Estado. Por esse arquétipo, a “estratégia como ponte” une os fins políticos aos meios e aos métodos aplicados. Assim, incorpora a ideia conceitual central de um esforço que monta as

12 Original em inglês.

peças principais do quebra-cabeças de poder estatal, unindo-as coerentemente.

A “estratégia como ponte”, por Gray, seria a única ligação construída e mantida para conectar os propósitos políticos aos instrumentos estatais de poder e de influência, inclusive os militares. Isso, considerando-se que o fluxo das relações por essa ponte deva ser bidirecional. Destarte, as ações internalizadas nos poderes (nos níveis operacionais e táticos de execução e planejamento) não são finalísticas, guardando, em última análise, essência política obrigatória, por meio do efeito estratégico que alcançam.

Em prosseguimento nesse entendimento sobre a metodologia estratégica, resta garantir um processo lógico adequado, que possibilite chegar a soluções viáveis frente ao ambiente, suas oportunidades e ameaças. Nesse viés, Reeves *et al* (2015a) apresentam uma lista própria de métodos de diagnóstico estratégico, dentre outros tantos existentes e não considerados pelos autores (FIG. 3). Percebida tal diversidade, com o intuito de designar uma ferramenta apropriada, os autores propõem o exame da “Palheta Estratégica”, que conduz à avaliação do ambiente, em função exclusiva das possibilidades do sistema considerado em agir sobre ele, seguindo três critérios: imprevisibilidade, maleabilidade e dureza (aridez) (FIG. 4).

Com essa perspectiva, o uso da “Palheta Estratégica” indica que as abordagens viáveis e válidas devem variar entre “clássicas”, “adaptativas” e “de renovação”, posto que o ambiente em estudo, ainda que instável, seria previsível e que o PNB (sistema referido) teria baixa disponibilidade de recursos para influir, o que será descortinado a partir da próxima Seção e durante os Capítulos seguintes da Tese.

Mais ainda, nas condições acima, a Análise Reativa apresentada pela BRAINSTORMING (2006)¹³ é adequada ao estudo, por chegar a ações estratégicas viáveis, após identificar consequências situacionais. Essas nada mais são que oportunidades e ameaças derivadas do ambiente, da presença de atores e de questões ligadas à instituição. As ações estratégicas viáveis, neste trabalho chamadas Ações Estratégicas Navais Orientadas (AENO), dirigem-se ao PNB como sistema e, reunidas, conformam uma proposta de atuação e de postura estratégica para o PNB no espaço estudado, a ASAOC (FIG. 5).

2.1.4 A Doutrina Militar como Base das Ações Estratégicas a Propor

Em retorno ao enunciado por Nye (2021), a postura de um Estado no exercício de

¹³ A Análise Reativa do Método Grumbach é uma parcela do Método de Gestão Estratégica Grumbach aplicado na EGN (BRAINSTORMING, 2006). Ela se assemelha ao estudo das matrizes *SWOT*, no que tange aos aspectos do ambiente externo (fatores *OT*) e interno (fatores *SW*).

sua soberania e na busca de protagonismo no SI passa por empregar adequadamente todos os tipos de poder que dispõe, combinando atitudes de coerção (*hard power*) às de influência (*soft power*), em um meticuloso balanço de condutas (*smart power*). Nye também menciona que a coerção e a influência não são fixamente ligadas ao tipo de recurso empregado e sim, à forma como ele é aplicado. Sendo assim, o Poder Naval, incluído no Poder Militar de um Estado, seria apto a exercer ações de *hard power* e *soft power* em contribuição com a soberania e com a ascendência estatal em relação ao SI.

A afirmação acima encontra respaldo teórico em outros doutrinadores. Nesse rumo, Christian Le Mière (2014) e Geoffrey Till (2018) desvelam que todas as ações que um Poder Naval executa no âmbito do SI, independentemente de cunho competitivo ou colaborativo que ostentem, estão incluídas no contexto de sua Diplomacia Naval. Till relembra que o historiador grego Tucídides já considerava a Marinha como um instrumento da política externa, expressando em suas atividades os objetivos estatais, inclusive a dissuasão.

Para Till (2018), as Marinhas têm valor diplomático ímpar por duas razões: por serem Forças Armadas (FA) e, como as suas coirmãs, representarem o poder soberano do Estado; e por uma característica singular, alicerçada no espaço marítimo, abarcando o direito à livre navegação em alto mar, que possibilita até realizar operações limitadas em águas internacionais, mesmo próximo a áreas hostis. Por conta dessa serventia diferenciada para as RI, há muito mais na Diplomacia Naval do que, somente, a confrontação no mar, as visitas a portos amigos e a projeção de poder. Coexistem também a negociação de direitos, deveres e acordos comerciais ligados ao mar, a prestação de ajuda humanitária, cooperações técnicas e tecnológicas, capacitação, iniciativas legais combinadas e assim adiante.

É imperativo mencionar que esse valor diplomático para as RI não é, de acordo com Till (2018), exclusivo das maiores potências navais. A Diplomacia Naval é um papel no qual todas as Marinhas podem se envolver e o fazem, por razões competitivas e/ou colaborativas, seja qual for o seu tamanho e qualquer que seja a capacidade de persuasão política de seu governo. Nesse envolvimento, as ações navais com efeito no SI devem ser observadas por dois prismas simultâneos: seus propósitos e as condutas que requerem. Quanto às últimas, podem ser cinéticas ou não; explicitamente mencionadas, implícitas ou, simplesmente, inadvertidas; expeditas ou sustentadas; reativas ou preventivas; e simétricas ou assimétricas. A caracterização nesses cinco eixos, usada por Le Mière (2014) e Till (2018), permite que cada evento seja construído ou gerenciado, para que atenda aos propósitos visualizados (FIG. 6).

Em relação aos propósitos da Diplomacia Naval, no entanto, esses refletem, amplamente, intenções coercitivas ou cooperativas. Ambas podem ser facilitadas pela presença

naval (seja por bases avançadas, forças-tarefa pré-posicionadas, exercícios, elementos de ligação, dentre outros) e pela ampliação da consciência situacional (efeito essencial ligado à inteligência, desenvolvida por meio de representações diplomáticas, adidos navais, estruturas de ligação, grupamentos operativos e elementos no exterior). No que se refere aos propósitos coercitivos, esses se dividem em ações de propósito dissuasório ou impositivo (*compellence*). A dissuasão visa impedir que alguém faça algo pela expectativa de custos indesejáveis e desproporcionais aos ganhos. Ela é uma questão de indução das percepções, tendendo a ser passiva e não ativa, geral e não específica. Por si somente, a dissuasão não traz consequências letais nem ao dissuadido. A imposição (*compellence*), por outro lado, pode ter resultantes letais; é específica, ativa e tem a intenção de obrigar um ator a fazer (ou parar de fazer) algo que não é de seu desejo (TILL, 2018).

Vista holisticamente, o que facilita captar seu produto estratégico, a Diplomacia Naval reside em um espectro contínuo, no qual a fronteira entre as condutas é difusa, podendo haver simultaneidade de ações e também diferentes propósitos (FIG. 7). Os extremos desse espectro cotejam o domínio terrestre, onde as comunidades habitam, assim, seja em cooperação ou seja em coerção, as Marinhas plenas em diplomacia devem possuir capacidades expedicionárias com projeção de força e de ajuda humanitária.

Trazendo tal constructo teórico à realidade atual, depreende-se que a Diplomacia Naval tem um papel essencial como meio de engajamento de um Estado que busca ampliar seu protagonismo e fortalecer sua soberania. Ações cooperativas podem moldar o ambiente no qual se inserem, contendo ou evitando crises e conflitos. Para tal, o Poder Naval e a comunidade diplomática nacional necessitam se integrar estrategicamente, garantindo que as políticas de segurança, de defesa e de RI do Estado contemplem a Diplomacia Naval. O engajamento da Marinha em uma conduta colaborativa evita demandas por intervenções coercitivas em uma determinada região ao estabelecer ações de menor porte, podendo ser citadas: visitas e cooperações técnicas; participação em exercícios, em fóruns de discussão e em centros de fusão de informações; e o oferecimento de apoio humanitário, seja ele unilateral ou sob a égide de organismos internacionais, com projeções de força duradouras.

Essa postura de engajamento diplomático mais ativo, no entanto, tem reflexos na estruturação e nas capacidades requeridas da Força Naval e demanda que as ações sejam desenhadas de forma adequada às potencialidades. As propostas estratégicas devem, então, ser exequíveis, ajustando-se à doutrina militar e aos recursos disponíveis, levando em conta que os cenários difusos, complexos e rapidamente mutáveis aglutinam possibilidades de atuação coercitivas e cooperativas. Nesse viés, é relevante conhecer a fundo o ambiente de emprego,

evitando surpresa indesejável, a inação involuntária ou a falta de proteção ao atuar em um espaço geográfico crítico. Por esse fato, a ampliação da consciência situacional é inserida por Till (2018) dentro das posturas diplomáticas navais. Por isso também, a próxima Seção detalhará aspectos relevantes da ASAOC, região focal deste trabalho.

2.2 Aspectos Ambientais: a África Subsaariana Atlântica Ocidental e Central como espaço de interesse geopolítico

O continente africano chama atenção no SI. Ao tempo que desperta interesses decorrentes de suas potencialidades, afloram também preocupações associadas à instabilidade reinante, derivada de um longo e inacabado processo de reconstrução continental que, nas últimas duas décadas, apresenta viés positivo, se comparado a outras áreas do globo, mesmo diante de grandes crises, como na pandemia da COVID-19.

Nesse quadro, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) (2021) aponta que investimentos e atuação exógena continuam a fluir para a África, oriundos de atores com presença tradicional e contínua, tais como Estados Unidos da América (EUA), França, Reino Unido (RU) e Japão, e também de novos *players*, aspirando angariar benefícios econômicos e ampliar seu protagonismo global. Entre esses, há que se citar potências como a Índia, a República Popular da China (RPC) e a Turquia, além de atores recentes, como a Malásia e até Estados sem grandes atividades prévias na região, como alguns países do Golfo Pérsico.

Com foco específico no objeto de estudo, o APÊNDICE B - Diagnóstico dos Estados da África Subsaariana Atlântica Ocidental e Central apresenta dados concernentes a seus atores estatais endógenos. Permite ainda constatar as baixas condições estruturais e sociais locais que ajudam a fomentar um ambiente instável e inseguro. Em outro prisma, o QUADRO 20 - Correlações relevantes com o Brasil e o QUADRO 21 – Correlações relevantes com a França abarcam um escrutínio das interrelações mais significativas entre todos os atores estatais envolvidos, tendo utilidade para a percepção de parcerias ativas e potenciais.

Em aspectos geográficos e de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), os Estados que integram a ASAOC pertencem a duas regiões diferentes da porção subsaariana do continente: a África Ocidental e a África Central¹⁴, ambas contendo temas de tensão, com potencial para gerar crises de escala global.

A África Ocidental abrange, ao todo, dezesseis países, doze dos quais estão

14 De acordo com a “United Nations Standard Country or Area Codes for Statistical Use”. Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/methodology/m49/>. Acesso em: 25 jun. 2021.

incluídos na ASAOC, por se situarem na porção litorânea da região (FIG. 8). Embora haja semelhanças, mormente ligadas à ausência de infraestrutura e serviços, existem consideráveis diferenças entre seus integrantes como, por exemplo, a Nigéria (país mais populoso e maior economia da África) em contraste com as reduzidas dimensões de Gâmbia (menor ente estatal continental) e de Cabo Verde (um pequeno Estado insular). Apesar das dissimilaridades, os últimos dez anos mostram que a região tem progredido, desenvolvendo-se de maneira global, ainda que em velocidades diferentes em cada Estado (ONU, 2019).

A África Central, com nove Estados, dos quais sete se inserem na ASAOC, compõe-se de países relativamente homogêneos, com baixa densidade de população, que se concentra em áreas específicas do território, guardada a exceção do Estado insular de São Tomé e Príncipe (FIG. 9). Em que pese a disponibilidade de recursos naturais, a região é carente em desenvolvimento social e econômico, conforme dados da ONU (2019) e do BAD (2021).

Em relação à demografia, a África Ocidental é densamente povoada, atingindo nível mais elevado que a maior parte da África Subsaariana. As taxas de fertilidade são altas em ambas as regiões. Esse fato, combinado com a melhoria geral da expectativa de vida, aponta para um crescimento contínuo e significativo da população, criando oportunidades de desenvolvimento, mas também ameaças de agravamento da escassez e da desigualdade. Um exemplo desse contexto se dá na Nigéria, país africano mais povoado, com cerca de 15% do total continental e, na atualidade, o sétimo maior do globo em número de indivíduos. Segundo estimativas da ONU (2019), a Nigéria deve, a partir de 2022, ultrapassar o Brasil em população. Em 2050, deverá assumir a terceira posição entre os países mais habitados, ultrapassando os EUA e ficando atrás de China e Índia.

Em referência ao grau de desenvolvimento humano atual, os índices são, em geral, muito baixos, contudo, seguiam viés de alta antes da pandemia da COVID-19, guiados pela evolução econômica de longo prazo. Interessa mencionar que, como o processo de desenvolvimento se localiza, majoritariamente, em centros urbanos, tal situação contribui para gerar desigualdade em relação ao ambiente rural. Essa tendência é preocupante em Estados da África Ocidental em particular, que têm áreas agrícolas dominadas por etnias muçulmanas e cidades com predominância de religiões cristãs, o que leva a um distanciamento econômico e social crescente entre suas comunidades e espaços internos (REINO UNIDO, 2016).

Segundo dados do Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (ENUCAH)¹⁵, a demanda humanitária atingiu um nível inédito na região devido

15 Dados disponíveis em: <https://reports.unocha.org/en/country/west-central-africa/>. Acesso em: 01 jun. 2021.

a conflitos vigentes e à escassez exacerbada pela pandemia da COVID-19. Já mesmo antes dessa, em 2020, um recorde de 44 milhões¹⁶ de pessoas na região precisavam de ajuda humanitária. Como a pandemia e suas restrições afetam a atividade econômica, a produção e a subsistência, a ENUCAH estima que a insegurança alimentar e a sanitária se tornarão críticas.

No que se relaciona à Economia, há grande disparidade em termos de Produto Interno Bruto (PIB) dentro da ASAOC. Tal diferença decorre da variação de tamanho dos Estados, mas também das respectivas infraestruturas produtivas e da disponibilidade de recursos minerais para extração. Nesse viés, Estados com receitas de petróleo, dentro dos quais Nigéria, Angola e Camarões, têm puxado o crescimento da região além de suas próprias fronteiras. No litoral atlântico, no Golfo da Guiné (GdG)¹⁷ (FIG. 10), segundo o BAD (2019), a urbanização e os portos de contêineres próximos às capitais provocam um rápido e contínuo crescimento econômico. Isso explica a proporção alta da população vivendo nas grandes cidades e que depende do efeito de espraiamento dos ganhos oriundos do petróleo.

A extração de óleo e gás, existente em muitos países da ASAOC, também contribui para a ascensão do PIB *per capita*, que, em geral, já é maior que na porção oriental africana. Ainda assim, essa riqueza econômica não tem sido exitosamente usada para levantar os índices de desenvolvimento a um nível satisfatório. Tal situação ocorre, principalmente, por três razões: pelas altas necessidades e demandas estruturais pré-existentes; pela baixa eficiência dos governos estatais; e pela dificuldade de atender a grupos mais carentes, isolados em regiões sem infraestrutura de apoio (REINO UNIDO, 2016).

Tanto na África Ocidental, quanto na Central, os Estados têm buscado integração por meio de comunidades regionais de fomento. Nesse mote, a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), criada em 1975, é um grupo de quinze membros¹⁸ reunidos para integrar a região, mormente em questões econômicas. Foi instituída para promover a autossuficiência coletiva, por via da união comercial e do estabelecimento de um bloco de cooperação. Na África Central, a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC), fundada em 1983, mobiliza recursos de onze Estados membros¹⁹ em prol da paz, prosperidade e solidariedade, mediante o enlace econômico, político e a integração. Nesse

16 Seis milhões a mais que em 2019.

17 Assim como Okafor-Yarwood (2020), neste trabalho, considera-se o GdG como o espaço marítimo atlântico adjacente à costa oeste africana e compreendido entre os Estados de Senegal ao norte e Angola ao sul, ambos e os Estados insulares de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe inclusive (FIG. 10).

18 Estados Membros da CEDEAO: Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Serra Leoa, Senegal e Togo.

19 Estados Membros da CEEAC: Angola, Burundi, Camarões, Chade, Congo, Gabão, Guiné Equatorial, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Ruanda e São Tomé e Príncipe.

tema, ambas conduzem iniciativas de livre circulação de cidadãos de Estados membros no interior dos limites comunitários (UNIÃO AFRICANA, 2020).

Além de aspectos econômicos e sociais gerenciados pelas referidas comunidades, a segurança coletiva e a estabilidade constituem foco cada vez mais relevante de seus trabalhos, particularmente, pela convivência hostil com fenômenos da violência extremista dos grupos terroristas, da criminalidade organizada e do radicalismo religioso. Contra esses, a CEDEAO e a CEEAC estruturaram mecanismos de atuação, tomando o CRS de Buzan e Wæver (2003) como arquétipo, e gerenciando temas “securitizados”, para os quais foram desenvolvidos protocolos combinados de ação, de alerta rápido e de emprego de força multinacional. Em consequência, as Comunidades citadas terminam por corroborar o pressuposto pelos mesmos autores (2003, p. 233), sobre existir um “proto-complexo” na região da ASAOC, para o qual se fomenta a dinâmica regional, procurando criar o arcabouço de uma interdependência de segurança, em uma iniciativa de transformação desse “proto-complexo” em um próprio CRS.

Ainda sobre a “securitização” na região, segundo a União Africana (UA) (2020) é lícito registrar que os protocolos estabelecidos no âmbito dessas comunidades supracitadas, incluindo mecanismos de defesa e segurança, são alinhados com a Arquitetura de Paz e Segurança Africana (APSA)²⁰, que representa uma diligência de escala continental para a solução das crises e conflitos geradores de instabilidade e vulnerabilidade.

No entanto, mesmo que se considerem as iniciativas de segurança comunitária robustecidas pelo reforço da APSA, ao se compilar dados emitidos pelo *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI)²¹ (2021), depreende-se que os resultados práticos ainda são incipientes. Nesse contexto, em 2020, seis dos dezenove Estados da ASAOC enfrentaram conflitos armados: Angola, Camarões, Costa do Marfim, República Democrática do Congo (RDC), Guiné e Nigéria²². Desses conflitos, três são tidos como embates intranacionais de baixa intensidade e os outros três, de intensidade alta²³ (Nigéria, RDC,

20 A APSA foi criada em 2002 para prevenção, gestão e resolução de crises, reconstrução pós-conflito e desenvolvimento africano. Desde então se solidifica por meio de medidas integradas como um Conselho de Segurança Próprio (PSC) dotado de um Protocolo de Paz e Segurança; uma Força Africana de Pronto-Emprego (ASF) e um Fundo de Paz. O foco da APSA está no alerta precoce para conflitos; operações de paz; reconstrução e desenvolvimento pós-conflito; promoção de práticas democráticas e de direitos humanos; ações humanitárias e gestão de desastres. Fonte: União Africana. Disponível em: <https://www.peaceau.org/en/topic/the-african-peace-and-security-architecture-apsa>. Acesso em: 02 jun. 2021.

21 O SIPRI é uma renomada instituição sueca de pesquisa global sobre dados militares, paz, segurança e defesa.

22 A grande maioria dos conflitos acima relatados são considerados internacionais já que, neles, estão inseridos atores estatais exógenos, grupos extremistas violentos e redes criminosas transnacionais (SIPRI, 2021).

23 De acordo com o SIPRI, os conflitos armados de baixa intensidade (*low-intensity armed conflicts*) são aqueles que, anualmente, registram entre 25 e 999 fatalidades relacionadas, enquanto os de alta intensidade (*high-intensity armed conflicts*) relacionam entre 1000 e 9999. Os conflitos armados majoritários (*major armed conflicts*) são os que apontam mais de 10.000 mortes a eles conectadas.

Camarões). Independentemente de sua intensidade, em 2020, em termos de “fatalidades relacionadas a conflito”, todos eles aumentaram as estatísticas, se comparados a 2019. Tal condição guiou a África Subsaariana a atingir o índice alarmante de 41% de aumento, tornando-se a região de maior taxa do mundo nesse tema (SIPRI, 2021, p. 10).

Importa também salientar que, ao norte da ASAOC, situa-se uma região de extrema instabilidade, conhecida como o Sahel africano²⁴ (FIG. 11). Tal instabilidade, originada em ameaças transnacionais como o terrorismo e as milícias armadas, vem requerendo esforço de estabilização que conta, por sua vez, com atuação significativa de *players* extracontinentais, mormente dos EUA e da Europa, com destaque para a França, o que detalhar-se-á no próximo Capítulo. O próprio governo em Paris, na Atualização Estratégica emitida em 2021, ressalta a complexidade dicotômica da ação na região, dada a fragilidade das instituições estatais locais, faceando a persistência dos grupos extremistas e dos criminosos por elas combatidos. Nesse cenário, as operações desenvolvidas no Sahel fazem com que as ameaças busquem avançar para o sul, pairando sobre Estados do GdG (FRANÇA, 2021).

Em relação ao GdG, ambiente marítimo que envolve grande parte da ASAOC, a preocupação com a instabilidade e a violência não é menos relevante que nos espaços terrestres a ele adjacentes. Em termos de potencial econômico e social, o Golfo é dotado de riqueza mineral vasta, reservas de hidrocarbonetos e variadas espécies de recursos marinhos e pesqueiros. Suas águas comportam rotas essenciais para o comércio internacional e, assim, são um ponto crítico (*chokepoint*) para o transporte marítimo global (FIG. 12).

O aproveitamento desse potencial econômico tornou-se vital para a região evoluir e, nesse viés, essas potencialidades fizeram o local atraente para atores estatais e não estatais, alguns dos quais envolvidos em atividades ilícitas. Esse fato, associado à incapacidade de exercer a governança e a segurança, contribuiu para um quadro geral de instabilidade e, conseqüentemente, a região se tornou palco de atribulações multifacetadas, tais como: a Pesca Ilegal, Não Declarada e Não Regulamentada (*IUU*); a Pirataria e o roubo no mar²⁵; a poluição e despejo de lixo tóxico; o tráfico de pessoas; o comércio ilícito de armas, drogas e contrabando; e atos terroristas no mar (OKAFOR-YARWOOD; PIGEON, 2020).

Essa confluência problemática tornou o GdG um dos ambientes de segurança

24 O Sahel africano ou Banda do Sahel é uma região geográfica de transição de vegetação e de clima, limitada entre o deserto do Saara ao norte e a região de savanas da África subsaariana ao sul. Compreende espaços físicos de Burkina Faso, Chade, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, Sudão e Eritreia (FIG. 11).

25 Com efeito neste trabalho, Pirataria é o ato violento perpetrado por ente privado em mar aberto (além do mar territorial), enquanto o roubo no mar é o ato ilegal cometido por entes privados armados contra um navio, pessoas ou propriedades a bordo, em águas interiores, arquipelágicas ou em mar territorial de um Estado.

marítima mais desafiadores e complexos do mundo. Em termos de pirataria e roubo armado no mar, o GdG é considerado o principal foco (*hotspot*) mundial. A pesca *IUU* alcança cerca de 65% da captura legalmente relatada na região, o nível mais alto mundialmente. O espaço se transformou, também, em um *hub* de tráfico de drogas e armas, além de origem de contrabando de espécies selvagens. Pela sua criticidade, essa conjuntura é uma preocupação de nível regional e global, obrigando a consequentes iniciativas de confrontação ainda em progresso desde o início do Séc. XXI²⁶. Nesse contexto, atores exógenos à região, como da União Europeia (UE), EUA e RPC fornecem apoio técnico às Marinhas da região, auxiliando-as a consolidar a segurança marítima local (OKAFOR-YARWOOD; PIGEON, 2020).

Em síntese do exposto, observando a ASAOC como um todo, no que se inclui o GdG, aduz-se que as dinâmicas de conflito e as tensões diversas de ordem étnica, religiosa, social ou mesmo criminal se aproveitam da mescla de fatores como a fraqueza do Estado; os serviços básicos ineficazes; a corrupção; a desigualdade reinante; e a competição ilegal por recursos naturais. Mais recentemente, a esses fatores, foram agregados os impactos da pandemia da COVID-19, das mudanças climáticas e da escassez hídrica e alimentar.

Desse conjunto de complexidades, derivou-se que, em 2020, ocorreram 22 operações multilaterais de paz na África Subsaariana, duas a mais que em 2019 (SIPRI, 2021). Notadamente na África Ocidental, a situação de segurança involuiu. Grupos extremistas transnacionais e milícias locais estenderam seus domínios e avivaram as disputas. Na África Central, a violência na RDC aumentou devido a ações de grupos estrangeiros armados, atuando em escaramuças com o governo local. Como se insuficiente, ambas as regiões são cercadas por um espaço marítimo cuja insegurança se tornou foco de preocupação e prejuízos a um nível mundial. Nesse sentido, é verossímil considerar a ilação francesa (FRANÇA, 2021) sobre ser impossível afastar a hipótese do aparecimento de santuários extremistas na região, ligados a insurgências emergentes, com possibilidade de constituição de “proto-Estados”, que se formariam após um eventual colapso de entes estatais locais.

2.3 Ilações Relativas aos Conceitos e à África Subsaariana Atlântica Ocidental e Central

Concatenando os aspectos abordados, percebe-se a utilidade do emprego da

26 Sobre a crise do GdG, Okafor-Yarwood (2020) aponta que, no Século XXI, a ONU emitiu duas Resoluções (a 2018 e a 2039) e uma Declaração do Conselho de Segurança. A UA emitiu sua Estratégia de Confrontação e o Protocolo de Yaoundé, voltados à segurança no mar. A Declaração de Luanda sobre Segurança no GdG e o Código de Conduta de Yaoundé, de 2012, também são iniciativas em progresso de resposta coletiva ao tema.

Geopolítica como ferramenta de análise multidisciplinar, aproveitando-se, contudo, de ideias úteis da “Geopolítica Clássica”, que suportam o pleno entendimento das relações de poder. Essa forma metodológica de conduzir o estudo geopolítico assegura uma visão multifacetada e, nesse sentido, produz melhor noção da conjuntura para a qual serão direcionadas ações estratégicas. Essas, por sua vez, devem se pautar em conceituação de RI, posta a ambiência do assunto estudado na esfera do Concerto das Nações.

Nesse argumento reside o valor de entender a postura dos Estados ao defenderem seus interesses e de distinguir o universo contínuo de cunho realista-construtivista, dentro do qual ocorrem as interações com outros e variados atores em prol desses interesses. Nesse universo a segurança é tema fulcral, tem significado amplo e conectado a ameaças existenciais, exigindo, portanto, medidas além do limite político regular.

Essas medidas sofrem, no entanto, influxos do ambiente geográfico no qual existem e, logo, decorre a importância dos CRS, nos quais os atores pertencentes detêm pautas “(des)securitizadas” que não podem ser abordadas isoladamente. Com efeito nesses CRS, é relevante clarear as ações de “sobreposição” (*overlay*) ou “penetração”, maneiras encontradas por grandes potências para influenciar em uma região, sendo a “sobreposição” ligada a aspectos de dominação e a “penetração”, a uma influência indireta e não exclusiva.

Sob a ótica dos Estados buscando influência, é imperativo, na atualidade, que suas RI sejam eficientes, com comportamentos cooperativos e, se necessário, com coerção. Ou seja, sabendo usar *hard power* e *soft power*, combinando-os inteligentemente (*smart power*). Nesse caminho, as próprias relações e comportamentos em si criam conexões e laços que, repetindo-se, tornam-se tendência e geram “dependência de trajetória” (*path dependance*), constructo que permite interpretar vicissitudes e barreiras às alterações no SI e que se interliga, historicamente, às relações franco-africanas, tendo, portanto, aplicação e valia no estudo presente.

Ciente de conceitos para análise geopolítica, adequadamente fundamentados em RI, deve-se considerar a Teoria da Estratégia como amálgama da proposta de solução do problema, o que suscita a observar a “Grande Estratégia” do Estado. Essa, por transcender as decisões internas, deve ter em conta a necessidade de endereçar outros entes ativos do sistema. Em outro foco da mesma Teoria, a “Estratégia como Ponte” une, com coerência, os fins políticos aos meios e métodos aplicados, sopesando o ambiente circundante e o sistema referido. Nesse curso, a Análise Reativa auxilia no atingimento de proposições estratégicas (as AENO) dirigidas ao sistema em atuação (o PNB) no ambiente pesquisado (a ASAOC).

Sendo referenciadas no PNB, as AENO estarão alicerçadas na Doutrina Militar e, assim, a Diplomacia Naval, vista sob a ótica de Le Mière (2014) e Till (2018), ganha destaque,

sendo uma atribuição de todas as Marinhas, quaisquer que sejam seus tamanhos e suas razões competitivas ou colaborativas. A Diplomacia Naval tem papel vital no engajamento do Estado ao ampliar seu protagonismo, fortalecer sua soberania e moldar o ambiente.

Trazendo esse argumento ao tema em lide, deve-se notar que a África desperta interesses e perigos ao SI, havendo, então, iniciativas de atuação de atores exógenos. Ao passar a observar especificamente a ASAOC, que incorpora dezenove Estados limítrofes ao Oceano Atlântico, emergem temas de tensão, com potencial crítico de ordem global.

Não obstante a existência de semelhanças, a ASAOC é marcada por relevantes diferenças econômicas e geográficas. Apesar dessas dissimilaridades, de percalços atuais, como a pandemia da COVID-19, e de antigos problemas, como a pobreza e a escassez, nos dez últimos anos, a região progrediu socialmente, ainda que diferentemente em cada Estado.

Hodiernamente, os índices de desenvolvimento humano são muito baixos e, pela pandemia, inverteram a tendência de melhora anterior. Como a urbanização é também crescente, reside a atenção para crises sociais geradas por desigualdades regionais, ampliadas por diferenças étnicas e religiosas entre as comunidades rurais e dos centros urbanos. Em adição, as necessidades humanitárias na ASAOC atingiram um nível inédito em 2020, fazendo da insegurança alimentar e da sanitária elementos críticos locais.

Mesmo considerando as iniciativas de “securitização” e regionalismo, a ASAOC apresenta tendência significativa de aumento da violência, o que preocupa, especialmente, se ponderar-se a sua proximidade do Sahel africano, cujas ameaças locais, ao se dirigirem para o sul, perturbam Estados do GdG. Esse, um ambiente marítimo com potencialidades, mas repleto de desafios de segurança, tais como: a pesca *IUU*; a pirataria e o roubo no mar; a poluição; o tráfico de pessoas; o contrabando e comércio de armas e drogas; e o terrorismo. O GdG tornou-se um dos espaços marítimos mais perigosos do planeta, para o qual se descortinam iniciativas navais locais e exógenas de confrontação.

Em síntese, observa-se que a ASAOC incorpora tensões e ameaças de origens diversas, que usam a baixa estrutura e as desigualdades reinantes para perdurar. Assim, mesmo diante de iniciativas contínuas de estabilização, a situação da segurança tem regredido, sendo, portanto, impossível afastar por completo os perigos à soberania dos atores estatais endógenos.

Tal juízo deve ser considerado pela “Grande Estratégia” de Estados exógenos com influência regional, como é o caso do Brasil, assunto que será abordado no Capítulo 4, após considerar a postura francesa e suas iniciativas na ASAOC, tema do Capítulo 3.

3 A REPÚBLICA FRANCESA: SUA POSTURA INTERNACIONAL E SUAS INICIATIVAS COM REFLEXOS NO AMBIENTE ESTRATÉGICO

De modo a compreender amplamente os aspectos que têm relação com a postura francesa e com as iniciativas que ela empreende no ambiente estratégico de estudo, a ASAOC, deve-se, primeiramente, examinar a “Grande Estratégia” daquele Estado, objetivando aclarar razões e quesitos que conduzem a França à condição de potência geopolítica mundial.

Para tal, o Método de Análise Geopolítica da Escola de Guerra Naval (BRASIL, 2021), apresentado no Capítulo 2, será empregado para o exame em questão, o qual é exposto por um diagnóstico geopolítico alicerçado sobre três enfoques: o geográfico, o histórico e o político (MATTOS, 2011, v. III, p. 169). O primeiro deles, pragmático, deriva da análise do potencial do Estado Francês e de sua capacidade de exercer influência no SI. Esse enfoque geográfico se junta a fatores materiais na metodologia usada, quais sejam: a condicionante fisiográfica; e a de infraestrutura, essa ligada a aspectos econômicos, militares e energéticos.

O segundo prisma é mais abstrato, de ordem histórica e humanística, porém não menos fundamental, uma vez que possibilita estudar a maneira como as potencialidades do Estado, arejadas anteriormente, têm sido empregadas ao longo do tempo por suas lideranças governamentais, em perseguição a maior influência no Concerto das Nações.

O terceiro e último enfoque, de natureza compositiva, pondera os ensinamentos colhidos nos dois ângulos anteriores e conclui por apresentar a “Grande Estratégia” da República Francesa, tanto no que concerne a uma perspectiva global, quanto estritamente no ambiente geográfico de estudo, levando-se em consideração sua própria postura política e o posicionamento de outros atores do SI que se relacionem com a questão.

Iluminados os tópicos que permitem situar a França como um Estado de atuação mundial e, portanto, com influência na ASAOC, a fase seguinte traz luz às iniciativas vigentes relacionadas à expressão militar francesa e que afetam, direta ou indiretamente, tal ambiente.

Em síntese, abarcados todos os conhecimentos apresentados, concretizar-se-á uma percepção holística sobre a postura geopolítica francesa, garantindo o entendimento das suas possibilidades, métodos, interesses e os consequentes impactos no ambiente estratégico pesquisado.

3.1 O Posicionamento do Estado Francês no Sistema Internacional

A República Francesa desempenha um papel relevante e de influência global no

Concerto das Nações. O registro inicial de suas realizações, no âmbito das relações internacionais (RI), data de meados do Século XVII²⁷, quando da própria gênese do SI anárquico moderno, dos Estados Nacionais e de seu próprio posicionamento, nesse contexto, como um Estado soberano, àquela época, uma monarquia absolutista.

A Revolução Francesa (1789-1799), momento marcante e conturbado de sua história, originou o ciclo republicano nacional. Pilares e conceitos que a fundamentaram, tais como: direitos sociais; nacionalismo; justiça; e secularismo, à medida que se difundiram pelo mundo, tornaram-se o arcabouço das democracias modernas (KROTZ; SCHILD, 2015).

Na atualidade, a República Francesa é, ainda, um dos atores estatais mais influentes do SI, com alcance global nas iniciativas. Sua capacidade de ingerência internacional é parte da “Grande Estratégia” francesa (FRANÇA, 2013) e está consolidada no seio social do país como um valor intrínseco, cabendo à liderança estatal mensurar a correta graduação dessa influência. Nesse tema, há opiniões internas que convergem para uma abordagem pragmática, prestigiando os benefícios em relação aos seus custos. Outros entendem que a França deve lutar por hegemonia no SI, por ser essa demanda uma parte da essência do Estado (BONIFACE, 2021).

Boniface (2021)²⁸ também ajuda a compreender o grau de prestígio francês e sua importância no Concerto das Nações da atualidade e, então, explica que o momento presente é melhor do que outros ciclos históricos. Relata que, não obstante a França não possuir mais o status de “maior potência europeia”, ela ainda conta com atributos que, irrefutavelmente, a qualificam a pertencer ao “clube restrito” dos poucos Estados aos quais se pode designar como “potências mundiais”. Essa designação é ratificada por sua robusta ação no SI, por sua capacidade de argumentar e de ser adequadamente ouvida em distintos assuntos internacionais. Ainda para Boniface (2020), as “potências mundiais”, mesmo não podendo agir de forma unilateral, contribuem inexoravelmente na construção de soluções, conforme seus interesses.

Há várias instituições e autores enumerando razões e atributos pelos quais a França se destaca e dos quais decorre sua capacidade de ingerência no SI. Um desses atributos fundamentais se baseia na geografia, pela dimensão física francesa. Assim, a posse de territórios que extravasam a Europa e alcançam os mais variados rincões do planeta é uma consideração

27 O Sistema Internacional (SI) moderno foi concebido pela assinatura, em 1648, de tratados que originaram um período pacífico chamado Paz de Vestfália. Tais diplomas, firmados pelos principais príncipes e imperadores europeus, além de darem fim a conflitos existentes e terem sido a origem do SI, trouxeram à luz conceitos importantes, tais como: os Estados Nacionais; a Soberania entre Estados, no âmbito interno; a não-intervenção; a igualdade de relevância e anarquia entre Estados no foro internacional. Por sua serventia, a Paz de Vestfália é tida como o marco inicial do Direito Internacional clássico e base das RI (MAGNOLI, 2004).

28 Pascal Boniface é um geopolítico francês, Doutor em direito público, professor de RI da *Université de Paris* e Diretor-Fundador do *Institut de Relations Internationales et Stratégiques (IRIS)*, localizado em Paris. É autor de mais de 60 livros nas áreas da geopolítica e relações internacionais (IRIS, 2021).

que, por si só, apresenta ao Estado Francês a necessidade de conduzir uma gestão estratégica para além de suas fronteiras europeias. A França de Além-Mar²⁹ é, por conseguinte, um fator de relevância daquele Estado no Concerto das Nações e, da mesma forma, uma razão pragmática para atenção com os destinos regionais e globais. Robert Aldrich (1996) ratifica tal assertiva e apresenta que os DROM-COM³⁰ demonstram soberania e presença internacional inquestionável ao redor do globo, servindo como vitrine cultural daquele Estado. Mais ainda, acrescentam importante espaço marítimo aos domínios franceses, transformando a área de suas águas jurisdicionais na terceira maior do planeta (FIG. 13).

Em outro prisma, há que se mencionar quesitos que expressem poder não somente por atributos físicos e geográficos e, dessa forma, a análise das expressões do Poder Nacional do Estado torna-se pertinente. Em vista disso, em primeira instância, observa-se a desenvolvida economia francesa, atualmente, o sétimo PIB do planeta³¹ como um fator determinante de sua aptidão para a influência no SI. Ainda na esfera econômica, é importante analisar a condição de um Estado para conduzir sua produção, desde o transporte de insumos, até a distribuição final, passando pelos processos intermediários, até os indiretos. Destarte, a análise da infraestrutura de um Estado serve como um fator crucial para apoiar na mensuração da habilidade do mesmo em efetivar transações no plano internacional e, além disso, sua facilidade em aumentar a própria competitividade. Nesse tema, observa-se que a França se situa entre os dez primeiros países³² no cenário global.

Em termos de Ciência e Tecnologia, a França gera uma extensa produção científica, situada entre as seis maiores do globo³³. Na expressão psicossocial, o Estado Francês é

29 A França de Além-Mar, tradução própria de *France d'Outre-Mer*, inclui doze territórios externos ao continente europeu, conhecidos como Departamentos e Regiões de Além-Mar e Comunidades de Além-Mar, tradução própria de *Départements et Régions d'Outre-Mer et Collectivités d'Outre-Mer* (DROM-COM). São eles: Guadalupe, no Caribe; Guiana Francesa, na América do Sul; Martinica, no Caribe; Ilhas Reunião, no Oceano Índico; Ilhas Mayotte ou Comoros, no Canal de Moçambique; Nova Caledônia, no Mar de Coral; Polinésia Francesa, no Oceano Pacífico; Saint-Barthélemy, no Caribe; Saint-Martin, no Caribe; Saint-Pierre-et-Miquelon, na América do Norte; Ilhas de Wallis-e-Futuna, no Oceano Pacífico; e Terras Francesas do Sul e Antárticas, tradução própria de *Terres Australes et Antarctiques Françaises (TAAF)*, ilhas no Oceano Índico e Canal de Moçambique, além de uma porção de terra reclamada na Antártica, a Terra Adélia. Fonte: Ministério de Além-Mar Francês. Disponível em: <https://outre-mer.gouv.fr/>. Acesso em: 14 abr. 2021.

30 Os DROM-COM eram, em 1996, conhecidos como DOM-TOM, uma sigla referente a *Départements et Territoires d'Outre-Mer*, por não haver o conceito de Comunidades de Além-Mar àquela época.

31 Fonte: Sítio eletrônico do Banco Mundial. Base de Dados *World Development Indicators*. Dados de 2020. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/reports.aspx?source=2&series=NY.GDP.MKTP.CD&country=#> Acesso em: 04 jul. 2021.

32 A infraestrutura é medida pela conectividade em transporte de insumos de produção. Fonte: Statista, plataforma de dados mundial sediada na Alemanha. Disponível em: www.statista.com/statistics/264753/ranking-of-countries-according-to-the-general-quality-of-infrastructure/. Acesso em: 14 abr. 2021.

33 Fonte: SCImago Journal & Country Rank, portal público de origem espanhola que apresenta informações e indicadores sobre desenvolvimento de pesquisas por países, jornais e instituições. Disponível em: <https://www.scimagojr.com/countryrank.php>. Acesso em: 04 abr. 2021.

destaque, não somente pela difusão de valores republicanos de democracia e de justiça social, que se espalharam pelo mundo, mas também por sua arte e história. Nesse contexto, credencia-se entre os dois países mais influentes do planeta³⁴.

Em aspectos militares, há que se mencionar o elevado poderio bélico francês, classificado entre os sete maiores do globo³⁵, sendo esse vultoso poder suportado por uma pujante e moderna Base Industrial de Defesa, que provê retaguarda às Forças, inclusive na produção de meios e equipamentos militares de alta complexidade. Segundo o SIPRI, o Estado Francês foi o terceiro maior exportador bélico global, entre os anos de 2016 e 2020³⁶.

Em termos estratégicos, o fato de possuir um arsenal nuclear próprio promove condição satisfatória de fazer valer sua independência decisória, empregando a dissuasão como ferramenta. Nesse campo, é útil observar os argumentos do atual Presidente Emmanuel Macron, ao citar o valor da dissuasão e como ela se encaixa na “Grande Estratégia” republicana:

“[...] só uma França forte, senhora de seu destino, pode responder às grandes crises contemporâneas, promover seus valores e defender seus interesses. Essa ambição não pode prescindir de diplomacia e defesa de primeira linha, apoiadas por Forças Armadas grandes, fortes e críveis, capazes de agirem contra qualquer ameaça e em todos os espaços. Assim, consolidaremos nosso lugar no Conselho de Segurança das Nações Unidas e preservaremos, na ordem multilateral, que deve prevalecer, a capacidade de iniciativa e de ação que garantem nossa soberania. Por isso, decidi manter nossa estratégia de dissuasão nuclear e renovar seus dois componentes: eles são a garantia final de nossos interesses vitais, de independência e, amplamente, de nossa liberdade de decisão.”³⁷ (MACRON, 2017, p.6, tradução própria)

Em uma última instância de análise das expressões do Poder Nacional, no campo da política, especificamente sobre o SI, é digno de nota o supracitado pelo Presidente francês, que relembra a participação permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU)³⁸ e suas principais decorrências. Não se pode esquecer, no entanto, que, além do

34 Fonte: U.S. News, companhia de mídia dos EUA que, por 85 anos, pesquisa áreas de consumo diversas. A classificação de países influentes culturalmente em 2020, em parceria com a Universidade da Pensilvânia, baseia-se em tópicos de atratividade cultural como: entretenimento; graciosidade; felicidade; difusão cultural; modernidade; prestígio; e requinte. Disponível em: <https://www.usnews.com/news/best-countries/influence-rankings>. Acesso em: 04 abr. 2021.

35 Fonte: Global Firepower, instituição privada que, desde 2006, classifica forças militares. O *Military Strength Ranking 2021* lista Estados pelo potencial militar medido em mais de cinquenta itens e parametrizados em: Recursos Humanos; Poder Naval; Poder Aéreo; Poder Terrestre; Logística e Geografia. Disponível em: <https://www.globalfirepower.com>. Acesso em: 04 abr. 2021

36 Fonte: SIPRI. Dados de 2020. Disponível em: <https://www.sipri.org/publications/2021/sipri-fact-sheets/trends-international-arms-transfers-2020>. Acesso em: 04 jun. 2021.

37 Original em francês.

38 O Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), conforme Thudium e Otávio (2018), tem meta maior de manter a paz e a segurança internacional. Sua estrutura distingue os quinze membros entre os cinco permanentes (EUA, França, China, Reino Unido e Rússia) e outros dez rotativos, com mandatos de 02 anos, oriundos de: África e Ásia (5); América Latina e Caribe (2); Europa Ocidental (2) e Europa Oriental (1). A atividade central do CSNU é gerar resoluções cumpridas pelos Estados, sendo o único órgão da ONU com poder decisório. Seus cinco membros permanentes têm poder de veto de qualquer resolução. O CSNU possui mecanismos de manutenção da paz, podendo sugerir diálogo, pedir sanções econômicas e outras medidas.

CSNU, a diplomacia francesa prossegue com desempenho destacado, do que se pode citar, dentre outros viáveis exemplos, ter sido membro fundador da União Europeia (UE), do Grupo dos Sete (G7), do Grupo dos 20 (G20) e da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Da análise fragmentada do Poder Nacional Francês, observada com enfoque em cada uma de suas expressões, em especial sob os aspectos militares, econômicos e políticos, percebe-se que há atributos para que a França exerça *hard power*, conforme teorizado por Nye e Welch (2017) e, assim, posicione-se como um ator de concreta influência global. Por outro ângulo na mesma teoria, o Estado Francês ascende ao topo da escala, com notória capacidade de atuação por *soft power*³⁹, o que gera invulgar prestígio e ascendência, facilitando perseguir interesses, mediante a habilidade de atrair e mobilizar parceiros de forma colaborativa. Para Maclean e Szarza (2008), inclusive, o conceito de *soft power* encontrou grande aceitação na comunidade intelectual francesa, sendo assunto recorrente nos maiores *think-tanks* locais.

Pesando o exposto até este momento, restam consolidadas as potencialidades do Estado Francês em atuar no SI como um proeminente agente estatal. Contudo, tal depreensão, isoladamente, não traz significância ao estudo, posta a demanda por entender como ele usa suas valências em prol de seus interesses. Nesse intuito, além de examinar a competência potencial que o Estado possui para, eventualmente, movimentar o SI, deve-se compreender os próximos aspectos: a evolução histórica da influência francesa no SI; a sua “Grande Estratégia” na atualidade; e os reflexos desta no ambiente pesquisado, a ASAOC.

3.2 A Influência Global Francesa por uma Abordagem da Arqueologia Histórica

Com efeitos para a temática estudada, a arqueologia histórica⁴⁰ nos auxilia a compreender como o Estado Francês projetou sua influência globalmente. Permite, ainda, entender por que tal influência variou no tempo, em intensidade e em alcance geográfico.

Nesse enquadramento, os primeiros quarenta anos do século XX constituem a fase histórica na qual foram maiores as presença e influência francesas pelo mundo. Somente na África, a área abrangida por suas colônias perfazia cerca de 40% de todo o território continental.

39 Fonte: “Softpower30”. Dados de 2019. Disponível em: <https://softpower30.com>. Acesso em: 12 abr. 2021.

40 Arqueologia Histórica é a vertente da arqueologia que analisa transformações sociais recentes e suas consequências, formando um registro arqueológico que explica tais alterações, perceptíveis de um ponto de vista de um materialismo histórico e evidenciando as mudanças ideacionais dos diversos grupos que formam aquela sociedade. A arqueologia histórica contribui com a elaboração de explicações para as mudanças no ambiente, oriundas de alterações realizadas por diversos agentes que compõem a matriz multicultural daquele mesmo ambiente. Nesse contexto, a arqueologia, da qual deriva sua vertente histórica, caracteriza-se como a ciência que se debruça no estudo da materialidade criada pelas sociedades como um dos aspectos de sua cultura, sem se limitar a um caráter meramente cronológico (SALADINO *et al*, 2016).

Além da África, pode-se citar territórios de sua posse na Ásia, no Sudeste Asiático, na Índia e na China; na América do Sul; América do Norte; Caribe; e nos Oceanos Pacífico e Índico. Desse momento histórico, cujo término coincide com o início da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), derivaram as possessões que se mantêm até o presente, os DROM-COM, abordados na Seção anterior.

As colônias, àquela época, encontravam-se sob a responsabilidade de Governadores-Gerais, que representavam o Governo francês localmente. Os poderes do Governador-Geral eram amplos e em todos os domínios: políticos, sociais, econômicos, militares, justiça, administração pública, saúde pública, educação, comunicações e na infraestrutura. Havia uma mentalidade de expansão civilizatória que dominava as mentes das lideranças europeias e que justificava o crescimento de possessões, por trazerem embutida a ideia de desenvolvimento social (CHAFER, 2002) (FIG. 14).

O ano de 1940 constitui um ponto de inflexão relevante para a história da França. Na ocasião, em apenas duas semanas do mês de maio, em meio à Segunda Guerra Mundial, o grandioso império, seu exército e sua moderna engenharia de fortificações, representada pela Linha Maginot, foram vencidos pelas forças militares alemãs que, inicialmente, ocuparam cerca de metade da França. Em junho do mesmo ano, o território francês na Europa se encontrava totalmente dividido por ocupações dos países do eixo, tendo sido instituído um governo francês de orientação alinhada ao fascismo germânico.

Dessa forma, a considerável parcela do povo francês que avançou à luta pela soberania e ideais fez isso a partir das colônias e de terras aliadas, em um esforço denominado “França Livre” (*France Libre*)⁴¹. Assim, a salvação da honra e, de certa forma, a própria perenidade do ideais derivaram da posse de territórios de além-mar, que assumiram um grande peso geopolítico e diplomático, mostrando uma República, mesmo que dividida, não totalmente vencida, dada a relevância de sua área colonial, sua população e seus recursos (GINIO, 2006).

O período que se seguiu ao término da Segunda Guerra Mundial constituiu uma época de concretização de fatos de difícil aceitação no ideário francês no que tange a sua expressividade global. Sobre isso, Maclean (2002) afirma que o papel da França no mundo pós-guerra foi encolhido em relação ao *status quo ante* e que tal fato era contrário ao pensamento geopolítico das lideranças nacionais. Essa situação gerou, posteriormente, uma busca sistemática e intensa pelo retorno da grandiosidade e do prestígio perdidos, sendo, no entanto,

41 França Livre, em francês, *France Libre*, foi a iniciativa criada em junho de 1940 e liderada por Charles de Gaulle para a luta contra o Eixo e contra a ocupação da França. A França Livre organizou e apoiou a Resistência na região ocupada, desde o Oriente Médio até o Norte de África (ALDRICH, 1996).

que se viu justamente o resultado oposto.

Constata-se o acima pois, ainda que essa mesma época tenha sido a que observou o Estado Francês garantir presença como um dos cinco membros permanentes no CSNU e, mais ainda, tornar-se uma potência nuclear ao acrescentar, nos anos 60, tal armamento estratégico a seu arsenal bélico, a Guerra Fria, que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, não deixou margem para a plena reascensão francesa no SI. Isso, porque, na época, a hegemonia global era disputada pelas superpotências, inexistindo espaço para protagonismos de menor expressão que, ainda, lutavam com questões relevantes de foro interno, como foi, no caso francês, a descolonização (RAYMOND, 2008).

Nesse período histórico inclusive, notadamente em 1966, a França assustou a Europa com a decisão de não mais participar do Supremo Alto Comando e Estado-Maior das Potências Europeias⁴² (*SHAPE*), o quartel-general da Organização do Tratado do Atlântico Norte. Tal decisão foi tomada devido aos constantes atritos com os EUA, que assumiam proeminência decisiva dentro daquela Organização, bloqueando iniciativas de defesa ambicionadas pela França (BLAKEMORE, 2018)⁴³. Era uma maneira positiva de, ao mesmo tempo em que se posicionava sobre temáticas estratégicas de interesse, apresentar uma França independente da grande potência ocidental aliada.

No que concerne à descolonização, questão que afetou decisivamente a política externa francesa, constata-se que, no início dos anos 80, muitos dos territórios de além-mar já haviam se separado da metrópole. Mesmo assim, a problemática que os envolvia e a repercussão da “era colonial” não deixavam de ser tema nacional constante, oriundo das conexões econômicas, militares e políticas ainda mantidas com as antigas possessões e por conta de controversas relações com territórios independentes da África (GINIO, 2006).

Em uma abordagem teórica dessa questão, o que se materializava era a “dependência de trajetória” entre os Estados envolvidos, que encontravam dificuldades para, simplesmente, abandonar o caminho anteriormente trilhado. Em outro aspecto, à luz da teoria das RI, tornava-se latente a interdependência entre os atores, explicitada na perenização dos vínculos econômicos e militares franceses com ex-colônias em dificuldades.

42 O Supremo Alto Comando e Estado-Maior das Potências Europeias (*Supreme Headquarters of Allied Powers Europe - SHAPE*) é a estrutura de Comando da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

43 Blakemore (2018) afirma que, antes de decidir sua saída do *SHAPE* da OTAN, a França entrou em atrito com decisões tomadas por outros membros do Tratado. Na prática, havia ressentimento pela ausência de apoio estadunidense na confrontação da França e do Reino Unido com o Egito, durante a nacionalização egípcia do Canal de Suez (1956). Tal situação se deteriorou quando os EUA se negaram a aprovar planos para equalizar, no seio da OTAN, suas capacidades nucleares às francesas e inglesas e atingiu a ruptura quando a potência americana se opôs a que os europeus possuíssem uma Esquadra Nuclear própria, como era desejo francês, culminado na saída da República Francesa do Estado-Maior do pacto.

Robert Aldrich (1996) lembra que os laços culturais também não puderam ser totalmente desatados e, nesse sentido, o período colonial francês é, de tempos em tempos, lembrado de forma nostálgica pelas mídias conservadoras nacionais. Tal situação comprova que, conforme sua conceituação prenuncia, a “dependência de trajetória” entre a França e suas ex-colônias se espalhou pelos campos do poder, dificultando a simples desconexão dos atores.

Para Raymond (2008), o fim da Guerra Fria, com a queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), transportou a realidade de um SI bipolar para um ambiente, em tese, multipolar. Nele, recriava-se a ambição de Paris por perpetuar a grandiosidade de seu antigo Império e o manifesto sentimento de servir como líder no cenário global. No entanto, tal estratégia contrastava com a realidade reinante internacionalmente, que mostrava a ascendente inserção global dos EUA e apontava para uma França em um segundo nível de relevância no Concerto das Nações, ainda que, sempre, com expressiva influência.

Como se viu acima, o maior impedimento francês para a aceitação do mundo multipolar que se descortinava era, portanto, o fato de que os EUA agiam como potência hegemônica. Maclean (2002) menciona que tal busca por domínio global por parte da potência americana já era vista de forma negativa pelos franceses desde o século anterior e tornou-se pior com a queda da URSS. Daquele momento em diante, os EUA passaram a agir como se convivendo em um SI unipolar, externalizando, em suas ações, a capacidade de agir de forma verdadeiramente soberana em certas situações, até mesmo à revelia de importantes aliados, como ocorreu na segunda crise do Iraque (2003), quando o governo estadunidense decidiu tomar atitude belicosa de forma unilateral, ainda que tenha sido confrontado internacionalmente pelo Estado Francês, sem maiores repercussões para os estadunidenses.

Em uma composição de pensamentos, a abordagem de Parmentier (2008) é relevante ao mostrar que a França é a única entre as maiores potências europeias que não entrou em conflito militar com os EUA. Sobre a fase histórica posterior à Guerra Fria, o autor explica que ambos os países, em suas tratativas, observam o SI por uma perspectiva global e que as relações diplomáticas bilaterais foram sempre relevantes sem que, no entanto, deixasse de haver crises e momentos de discordância. Ainda segundo Parmentier (2008) e corroborado por Maclean e Szarza (2008), tais situações acontecem pois, em que pese o berço de ambas as sociedades ter sido o Iluminismo e, mais ainda, que os ideais de liberdade, democracia e direitos humanos, dentre outros, terem sido basilares, cada um dos Estados soberanos, de *per si*, tem a ambição de moldar o SI conforme convicções próprias, que, muitas vezes, são incompatíveis.

No entanto, a percepção de Parmentier (2008) continua a ajudar a compreender que, com o passar dos anos e após experiências significativas nas defrontações políticas com os

EUA, o Estado Francês, a partir do período liderado por Jacques Chirac (1995-2007), percebeu que era necessário estabelecer uma posição de compromisso no Concerto das Nações. Tal posição de compromisso deveria ser menos ambiciosa que a tradicional busca pela grandiosidade geopolítica do início do Século XX, derivada de sua “dependência de trajetória”, mas, por outro lado, poderia ser menos tímida do que um alinhamento automático com os EUA, que se impunham eficazmente como potência hegemônica.

Nesse viés de retorno à realidade pragmática, com evidente abandono da busca pelo máximo de grandeza no SI, a República Francesa voltou, em 2009, a fazer parte do *SHAPE* da OTAN, reassumindo sua capacidade de influir decisivamente no destino militar da Europa, mesmo que de uma forma mais limitada que seus anseios, aceitando a participação enérgica dos EUA, porém melhor se integrando aos demais membros do Tratado (KROTZ; SCHILD, 2015).

Esse citado retorno à realidade pragmática, também na concepção de Krotz e Schild (2015), era uma saída aceitável para a França, que agora buscava obter o máximo de influência possível dentro de suas verdadeiras capacidades geopolíticas. Tal recuo aconteceu porque, além de evitar choques e constrangimentos diplomáticos com a superpotência global, a postura francesa menos combativa e, ao mesmo tempo, efetiva, posicionando-se como potência global em uma segunda escala, era também um considerável alívio financeiro aos cofres do governo em Paris, especialmente a partir do fim da primeira década do Século XXI, após a crise financeira mundial do ano de 2008.

Trazendo essa percepção à atualidade, devem-se adicionar novos atores estatais à questão, especialmente o Estado Chinês, que se apresenta em franca ascensão de influência no SI. Deve-se também somar a atuação de outros *players*, bem como a vulnerabilidade, a complexidade e a instabilidade do cenário globalizado contemporâneo. Nesse contexto, ciente do patamar de seu protagonismo, posicionando-se como uma potência independente, diretamente ausente das maiores questões envolvendo disputas hegemônicas, a França vem empregando seu esforço para sustentar e, dentro do possível, ampliar seu poder de influência global, situação assegurada por ser ela uma das maiores economias do mundo; um polo disseminador de cultura; membro permanente do CSNU; e detentora de distinta atuação diplomática e de grande poder militar, no que se inclui o armamento estratégico nuclear.

Em uma síntese para os dias atuais, observa-se que os principais debates públicos envolvendo relações exteriores, na França, refletem as variações da própria visão de si como um grande protagonista no SI globalizado e em transformação. Essas questões, cada vez mais, tornam-se atreladas a pressões e restrições de foro interno, em geral, limitando a “Grande Estratégia” a ações efetivas e viáveis, em detrimento de um desejado maior protagonismo.

A reunião de todos os conhecimentos expostos acima, a partir do enfoque da arqueologia histórica, associados ao que se viu anteriormente sobre a capacidade francesa em exercer influência no SI, possibilitará o prosseguir do estudo, compreender o foco e detalhar a postura geopolítica francesa, bem como, depreender as decorrências desse posicionamento no ambiente estratégico examinado.

3.3 A Postura Geopolítica Francesa

Os parâmetros teóricos estudados no Capítulo 2 constituem a base da análise da postura francesa como ator geopolítico. Contudo, além dos conceitos e pressupostos ali visualizados, o conhecimento sobre o ambiente e suas implicações é também um passo essencial. Nesse contexto, faz-se útil trazer à luz que o Governo em Paris vem constantemente produzindo documentos oficiais de nível estratégico que auxiliam a compreender a evolução das tendências e os cenários esperados. Tendo-os em referência para assimilar as questões que detalham a conjuntura, restará associá-los aos objetivos, métodos e meios de inserção francesa no SI, obtendo-se uma visão holística da “Grande Estratégia” francesa.

3.3.1 O Ambiente Internacional sob a Ótica Francesa

Dos documentos supramencionados, três necessitam ser detalhados para, em decorrência, aclarar fatores persistentes e outros aspectos de preocupação atual. São eles: o Livro Branco de Defesa e Segurança Nacional (FRANÇA, 2013); a Revisão Estratégica de Defesa e Segurança (FRANÇA, 2017); e a Atualização Estratégica (FRANÇA, 2021).

Em relação ao ambiente, a reunião dos pensamentos que as três referências acima abarcam permite observar que as tendências mais significativas, inicialmente percebidas, se concretizaram, sendo que algumas delas evoluíram de forma mais rápida que o esperado. Em paralelo, outros aspectos de ruptura se apresentaram, o que contribuiu para, no pensamento estratégico francês, caracterizar o agravamento da volatilidade, da incerteza, da ambiguidade e da complexidade no cenário internacional (FRANÇA, 2013; 2017; 2021).

Sobre tal aspecto, Hautecouverture e Maitre (2021) detalham em sua análise para a França que, entre essas ameaças em evolução rápida estão: o acirramento das disputas hegemônicas no SI; o uso de estratégias eticamente duvidosas; o fortalecimento de potências regionais; e os desafios derivados do uso de tecnologias avançadas para competição em todos os domínios, especialmente o cibernético e o espacial. Essas ameaças citadas contribuem para

evoluir negativamente outras propensões, das quais se destacam: a perda da importância do multilateralismo como foro essencial para a solução de conflitos do SI e a corrida armamentista hodierna, tendo novos e antigos atores do SI por protagonistas (MACRON, 2020)⁴⁴.

Mais recentemente, a pandemia da COVID-19 agravou a escalada das mudanças para sociedades e economias, ampliando divisões e mexendo com o já instável equilíbrio de poder global. Isso, porque ela tornou latente uma nova tensão pela posse de recursos críticos, expondo os Estados ao peso geopolítico indesejável da dependência a um outro ator estatal, oriunda de uma carência essencial, satisfeita por cadeias produtivas globalizadas. Por outro lado, no que concerne às demandas de produção, a pandemia não reduziu a tendência de aumento nas exigências de água e energia fóssil, o que ajudou a criar animosidades geopolíticas, desestruturar economias e mercados tradicionais (FRANÇA, 2021).

Schnitzler (2021)⁴⁵, ao decifrar a alteração da estratégia de segurança francesa, repercute a questão dessas ameaças e explica que persiste a visão do terrorismo como o principal dos perigos para aquele Estado. Nesse contexto, ainda que o Estado Islâmico⁴⁶ tenha sofrido uma severa desarticulação, permanece a necessidade de manter atenção para a estratificação do extremismo por grupos de menor expressão, que se expandem e se rearticulam em Estados menos estruturados, particularmente na Ásia e na África. Essa questão é acirrada dada a expansão simultânea da ameaça nuclear, biológica, química e radiológica (NBQR) como arma terrorista; do genocídio; e da eliminação de personalidades, fazendo com que fosse abolido o tabu sobre o uso de tais artifícios⁴⁷ e proporcionando-lhes ferramentas de ação.

No campo militar, o ambiente aponta para uma eventual escalada que, no plano nuclear, deriva de posturas pouco transparentes de alguns atores, principalmente dos Estados Iraniano e da Coreia do Norte. No plano convencional, a expansão da capacidade “anti-acesso e negação de área” (A2/AD)⁴⁸, decorrente do emprego de sistemas militares complexos, tais como aviões multipropósito modernos e mísseis de variados tipos, contribuiu para a instabilidade por fortalecerem, desproporcionalmente, algumas potências militares em suas respectivas áreas de influência regional (FRANÇA, 2017; 2021).

44 Emmanuel Jean-Michel Frédéric Macron é o atual Presidente da República Francesa, tendo assumido o cargo em 17 de maio de 2017, com mandato previsto até maio de 2022.

45 Gaspard Schnitzler é analista do Instituto de Relações Internacionais e Estratégia (IRIS, da sigla em francês), um dos principais Institutos sobre tais temas na França.

46 O Estado Islâmico é uma organização terrorista de orientação religiosa também conhecida pelo acrônimo ISIS (*Islamic State of Iraq and Syria*).

47 Para o governo francês, as ocorrências com uso de armas químicas por governantes contra civis, como ocorreu na Síria, e os repetidos casos de envenenamentos de autoridades políticas, jornalistas e espiões são os fatos que corroboram a análise (FRANÇA, 2021).

48 “Anti-Acesso e Negação de Área” (A2/AD), vem da expressão em inglês *anti-access and area denial*, usada, em francês, como *déni d'accès et d'interdiction de zone*.

Para Boniface (2021), ações multiformes que abrangem ferramentas não militares, as mesmas que Korybko (2015)⁴⁹ descreveu como estratégias de uma “guerra híbrida”, têm também sido empregadas por atores estatais e não estatais para gerar instabilidades regionais. A desinformação, a propaganda e os ataques cibernéticos se tornaram armas de agressão para a obtenção de vantagens no SI, perpetradas furtivamente, sem que seja possível identificar as origens e seus patrocinadores. A prática da adoção unilateral de normas reguladoras, as sanções econômicas e a reinterpretação de acordos, ao que se conhece como “uso da lei” (*Lawfare*), são geradores de instabilidade também aplicados. Em decorrência, a desintegração da ordem internacional, o enfraquecimento das instituições do SI e a degradação do multilateralismo são fatos indiscutíveis da atualidade (BONIFACE, 2019).

Em um quadro como o acima, os conflitos armados regionais de menor escala, longe de inexistentes, tornam a preocupar a segurança internacional, trazendo revisões de conceitos típicos da Guerra Fria, como as “guerras por procuração” (*proxy wars*)⁵⁰. Nessa conjuntura, corre-se o risco da extrapolação da violência diante da eventual incapacidade de um Terceiro Estado (Potência) manter sua neutralidade formal ao agir a favor de seu parceiro.

Dessa forma, o SI atual reflete uma perspectiva de competição aflorada, sob uma mescla difusa entre paz, crise e o limite da guerra. Essa última, ainda que passe quase despercebida por seu estágio de mínima intensidade, possui potencial para uma escalada de violência que preocupa o Estado Francês, moldando a sua política externa. Em consequência desse cenário, é pertinente observar que o Livro Branco de Defesa Francês (FRANÇA, 2013) apresenta o interesse francês na cooperação, nas parcerias e no reforço do multilateralismo como ferramentas importantes para a estabilização do ambiente. Tal posição é mantida nas publicações supervenientes de 2017 e 2021.

3.3.2 A Conduta Francesa Diante da Ação de Outros Atores Estatais

O ambiente internacional complexo acima detalhado possui um outro aspecto que

49 No livro *Hybrid Wars: the indirect adaptive approach to regime change*, Andrew Korybko (2015), ao apresentar sua visão sobre o caso da inserção estadunidense na Síria e na Ucrânia, entende que a Guerra Híbrida seria dividida em duas frentes estratégicas sucessivas. A primeira, chamada “revolução colorida” e a segunda, a própria “guerra irregular”, tomada em efeito caso a primeira não atingisse, por si, os propósitos finais. Na revolução colorida, a intenção do ator é enfraquecer a liderança e o amálgama social do oponente usando ferramentas não militares como propaganda, desinformação e manipulação de mídias sociais.

50 O termo *proxy war*, de acordo com o dicionário Cambridge, refere-se a uma guerra travada entre grupos ou pequenos países onde cada parte representa os interesses de uma outra potência de maior envergadura e que, por sua vez, provê apoio e ajuda (tradução nossa do idioma inglês). Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/proxy-war>. Acesso em: 03 maio 2021. Para Fox (2019), o Estado potência emprega o agente, ou procurador, como intermediário para cumprir seus objetivos.

necessita ser endereçado, visando a sua perfeita compreensão. Nesse intento, há que se examinar os atores majoritariamente influentes sob a ótica francesa, quais sejam: os EUA; a Federação da Rússia; a República Popular da China; e a União Europeia (UE). Esta última, uma comunidade multilateral estruturada, na qual a própria França se insere como protagonista.

Em relação aos *players* acima, o governo em Paris observa que, atualmente, EUA, Rússia e China têm constantemente questionado as instituições multilaterais e os acordos mantidos em seus âmbitos. Tal postura, por vir de Estados relevantes, interfere nas negociações que eles participam e, assim, enfraquece a estabilidade do SI. Mais ainda, abre espaço para a competição global extrapolar o plano puramente comercial (MACRON, 2020).

Particularmente, no que se refere aos EUA, Maclean e Szarza (2008) ratificam que as dificuldades francesas, em um mundo multipolar como o atual, decorrem da política estadunidense de busca por hegemonia, perseguindo uma unipolaridade e, para tal, monopolizando temas abrangentes como: a segurança e a mudança climática; a promoção de ações financeiras agressivas contra adversários; e a condução de severa influência cultural.

Dentro dessa questão, a Atualização da Estratégia de Segurança Francesa (FRANÇA, 2021) aponta a reorientação pela qual passam as RI dos EUA, em função da competição estratégica com China e Rússia. Nesse documento, os EUA são observados como se estivessem reduzindo o esforço em regiões antes prioritárias, redirecionando recursos de parcerias antigas, de modo a poder aplicá-los na reestruturação de seu poder militar, reorientando-o aos novos desafios e deixando, aos poucos, de considerar ameaças persistentes e críticas como o terrorismo, que vinha combatendo com apoio de parceiros europeus.

Essa reorientação de postura estadunidense nas RI, focada na competição estratégica, mesmo tendo origem em preocupação reconhecida pelo Estado Francês, produz dissensão em relação ao ideário parisiense. As divergências estariam nas reações ao citado enfraquecimento da ordem internacional, para o que a conduta dos EUA tem sido o isolamento hegemônico, enquanto a República Francesa trata o multilateralismo como melhor opção.

No que tange à parceria militar estratégica ocidental liderada pelos EUA, na qual se inclui a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), Hautecouverture e Maitre (2021) mostram que ela permanece essencial para Paris. No entanto, as atribuições estadunidenses e europeias precisariam ser discutidas, à medida que se observa redução do comprometimento dos EUA com os temas principais.

Em síntese, sendo os EUA, a maior potência militar do SI, presente globalmente, inclusive na Europa, no Sudeste Asiático (onde a França possui territórios) e na África, eles devem ser encarados como um aliado indispensável, com o qual a França pretende preservar

sua relação bilateral, que é baseada em valores e interesses compartilhados, mesmo em detrimento de diferenças políticas recorrentes (FRANÇA, 2021).

Em relação à Federação da Rússia, o Estado Francês percebe uma estratégia de explorar agilmente oportunidades oferecidas, bem como os espaços negligenciados, principalmente na área de energia, conforme se tornou evidente durante a pandemia de COVID-19. Embora com esforço econômico limitado, Moscou permanece, à luz do pensamento francês, determinada a ampliar sua inserção internacional em várias regiões, inclusive na África e na América Latina. Para tal, a renovação das capacidades militares russas, sua diplomacia ativa e sua atividade no campo informacional são ferramentas de projeção estratégica usadas a um nível que não passa ignorado por Paris. Diante desse oportunismo e ativismo estratégico russo e, dado o papel central que tal Federação ostenta em questões de segurança mundial, o governo francês tem optado por temperança, combinando firmeza com comprometimento e viabilizando o diálogo (FRANÇA, 2017; 2021; KROTZ, 2015; MACRON, 2020).

No que concerne à República Popular da China (RPC), o Estado Francês a encara como potência ascendente e que, abertamente, predispõe-se a rivalizar com os EUA, competindo por hegemonia no SI. Dessa forma, os documentos estratégicos franceses (FRANÇA, 2013, 2017, 2021) observam a alteração de postura chinesa de inserção internacional devido ao aumento em suas ambições estratégicas e de projeção de influência. Nesse tema, no plano econômico, a intensificação da iniciativa *Belt and Road*⁵¹ redesenha certas configurações regionais e procura tornar a China o foco dos fluxos econômicos do mundo globalizado. No campo das RI, pela visão francesa, a RPC se apresenta como ator protagonista, capaz de promover concertos diplomáticos e de influenciar decisões de organizações internacionais, até mesmo no âmbito da UE.

No contexto militar, a ampliação da ambição estratégica é confirmada pelo aumento dos gastos militares, no que se insere a expansão do arsenal nuclear, a implantação de um grupo de ataque nucleado em porta aviões além do Mar da China Meridional e a construção de uma Base Naval na África (Djibouti). Somados, esses fatos materializam um reposicionamento militar chinês, com maior capacidade expedicionária e melhores condições estratégicas de assegurar as linhas de comunicação marítimas (LCM) vitais, exteriores ao Sudeste Asiático e de proteger seus interesses em locais afastados (FRANÇA, 2021).

51 A Iniciativa “*Belt and Road*” foi lançada em 2013 pela RPC como um programa transcontinental de política e investimento de longo prazo, que visa o desenvolvimento de infraestrutura e a aceleração da integração econômica dos países ao longo da histórica Rota da Seda. Disponível em: <https://www.beltroad-initiative.com/belt-and-road/> Acesso em: 05 jun. 2021.

Em síntese, o que se depreende é que o Estado Chinês, à medida que vem exercendo influência em novos setores e temas, tornou-se um ator estatal que rivaliza com a UE e, conseqüentemente, com a França. No entanto, ao mesmo tempo que é um concorrente econômico e estratégico, por sua ação intensa no SI, representa, por vezes, um importante parceiro diplomático que não pode deixar de ser endereçado (KROTZ, 2015; MACRON, 2020).

No que se vincula à União Europeia, é notório o esforço das autoridades parisienses em torná-la um ator mais expressivo do SI, havendo, na visão delas, espaço para o diálogo em busca da “soberania europeia”, o que demandaria a unificação dos discursos dos Estados-membros nesse tema. Para o Presidente Macron (2020), postos os desafios futuros e a potencial redução da sincronia com os EUA, mais focados na disputa hegemônica com China e Rússia, há necessidade de reforçar o peso da UE, como uma Unidade, no Concerto das Nações.

Mais ainda, para a República Francesa (FRANÇA, 2021), a degradação acelerada da ordem internacional, que acarreta riscos de segurança à Europa, levanta também a possibilidade de um rebaixamento da sua importância estratégica, caso não haja respostas apropriadas e unificadas de seus membros. Nesse contexto, as soluções relativas à segurança regional deveriam ser, no pensamento francês, conduzidas pela OTAN, principal base da defesa coletiva continental. No entanto, não existe conjunção de pensamento da segurança europeia e, assim, algumas soluções são tomadas unilateralmente, enfraquecendo a coletividade.

O esforço francês para dar força política à UE e à OTAN, além de prover maior consistência à defesa continental, visa a que os próprios europeus respondam a desafios futuros com autonomia e sem dependência dos EUA. Na visão de Boniface (2021), ainda que se amplie a integração na Europa, não há como assegurar que essa se comporte como um típico ator global, já que seus membros apresentam opiniões divergentes em questões essenciais, tais como: a relação com a Rússia; as questões de refugiados; e, principalmente, quanto à ambição de soberania europeia apartada de apoio dos EUA, ponto fulcral na estratégia parisiense. Nesse mote, faz-se menção à Atualização Estratégica de Segurança Francesa de 2021:

“A Europa está em uma encruzilhada e deve se organizar para lidar com o agravamento de todos os aspectos de seu ambiente de segurança. Nosso país [a França] reafirma regularmente seu comprometimento com um “destino unido aos europeus”, mas não é incapaz de enfrentar todos os perigos que pesam sobre o continente sozinha, debitando de seus próprios recursos estratégicos (dissuasão, modelo de defesa completo, pontos de apoio no exterior e Base Industrial de Defesa)”⁵² (FRANÇA, 2021, p. 27, tradução própria).

Isso posto, nota-se que, embora defenda a visão de segurança coletiva e unificada da União Europeia, o Estado Francês tem adotado uma postura autossuficiente no SI, usando

52 Original em francês.

sua capacidade de influência e alcance global para garantir a consecução de seus interesses.

3.4 Os Interesses Geopolíticos Franceses e a Sua Estratégia de Segurança e Defesa

Aclarados os aspectos relevantes do cenário internacional, os atores rivais e parceiros principais sob a perspectiva do Estado Francês, deve-se passar à compreensão de sua postura geopolítica. Dessa feita, a análise de suas prioridades e interesses relacionados ao SI, bem como sua conduta estratégica na consecução de tais interesses, são os pontos a serem observados, já que, posteriormente, permitirão compreender os propósitos maiores das ações efetivamente aplicadas pela expressão militar do poder daquele Estado.

O presidente Macron, em seu discurso (2020), menciona os quatro pilares sobre os quais se baseia a “Grande Estratégia” francesa, quais sejam: a procura da autonomia europeia; a promoção do multilateralismo; o desenvolvimento de parcerias estratégicas; e a garantia da soberania nacional. Para Macron, esses quatro elementos constituem metas de Estado que, reunidas, proveem coerência aos métodos e meios estratégicos empregados.

Por sua vez e em atenção ao citado, a Defesa Francesa, tida como o cerne de sua soberania, deve proteger seus cidadãos e contribuir para a segurança e a paz, consonante com a Atualização Estratégica de Segurança e Defesa (FRANÇA, 2021). Mais além, deve zelar pelos interesses nacionais em todo o mundo, observando a geografia ultramarina que conforma o Estado e a densidade das parcerias estratégicas estabelecidas. Nesse diapasão, a Defesa assume encargos na manutenção da paz e da segurança internacionais, na sustentação da autonomia estatal de decisão e na salvaguarda da posição e da influência francesas no Concerto das Nações.

De forma geral, a expressão militar orientada por Paris, ao contribuir com as metas (pilares) citadas por Macron, necessita possuir capacidades amplas, porém equilibradas. Deve estar efetivamente apta a cumprir seus desígnios, sincronizada ao esforço diplomático ativo francês e consonante com o ideário democrático daquele Estado. Por atingirem tais expectativas, as forças militares constituem instrumento político francês que, participando da segurança global, promovem, o protagonismo daquele Estado no SI (FRANÇA, 2021).

Por outro prisma, uma vez que aumentam as tensões internacionais e as crises, o cenário exige a preparação para engajamentos de Defesa, desde os de menor intensidade até aqueles entre Estados de poderio bélico avantajado. Forças prontas a esses desafios devem ser sustentáveis, porém baseadas em superioridade operacional de longo prazo. Devem ser operacionalmente dinâmicas e cooperativas, garantindo ação com prevenção, inteligência e antecipação. Por se encaixarem nesse contexto, para o Presidente Macron (2020), suas FA

trabalham como ferramenta geopolítica relevante, garantindo que o Estado não se fie somente na dissuasão nuclear ou na OTAN para exercer sua autonomia internacional.

Desde o lançamento do Livro Branco de Defesa e seguido pelos demais documentos estratégicos (FRANÇA, 2013; 2017; 2021), é relatada a obrigação de que as FA francesas sejam aptas a lidar com crises simultâneas, multifacetadas e distribuídas geograficamente, o que as torna muito demandadas, não somente em meios e pessoal, mas em aptidões diversificadas e complexas. Para tal, o sistema de defesa deve atender a cinco funções estratégicas: Consciência e Antecipação; Proteção; Prevenção; Dissuasão; e Intervenção⁵³.

Nesse contexto, intrínsecos à função estratégica de intervenção, destacam-se temas críticos, que precisam ser endereçados, como a aptidão de projeção de poder e a competência para conduzir operações de “entrada forçada”⁵⁴, no amplo espectro dos conflitos, desde o contraterrorismo a crises estatais de alta intensidade, incluindo respostas a ataques híbridos.

Sendo tão exigidas quanto exposto acima, é útil a existência de parcerias para as FA francesas, permitindo-lhes dividir esforços e responsabilidades com colaboradores críveis. Assim, da mesma forma que se constata o interesse francês em participar com alcance global do SI, observa-se a intenção de fazê-lo também pela coalisão de esforços com Estados parceiros, não somente europeus (FRANÇA, 2013; 2017; 2021).

Em síntese, sobre os interesses e a estratégia de segurança francesa, deduz-se que o emprego de forças militares equilibradas e de projeção global, em conjunção com a capacidade de dissuasão nuclear, como última instância de defesa, são as estratégias militares principais para o alcance dos objetivos políticos e estratégicos, dos quais se destacam a exigência de plena soberania e de independência no SI, bem como a projeção de influência francesa no cenário global, seja de forma autônoma, seja no ambiente integrado europeu. Essa síntese é corroborada pela Atualização da Estratégia de Defesa do Governo Francês:

“Uma potência nuclear europeia com interesses globais, a França não consegue definir seus interesses pelo prisma único da proximidade geográfica com a metrópole: é obrigada a manter um alcance geoestratégico compatível com as evoluções em curso e com seus próprios interesses, que são, em primeiro lugar, proteger seus cidadãos e territórios, mas também preservar sua influência e sua liberdade de ação.”⁵⁵ (FRANÇA, 2021, p. 35, tradução própria).

Tal citação é útil também para ressaltar a importância do alcance global e da orientação ao amplo espectro nas ações militares francesas, o que será detalhado em sequência.

53 Tradução própria dos termos *connaissance et anticipation; protection; prévention; dissuasion; intervention* (FRANÇA, 2013, p.69).

54 A “entrada forçada” é a tradução própria do termo *First Entry*, um tipo de inserção militar impositiva. Disponível em: <https://www.ifri.org/fr/publications/etudes-de-lifri/focus-strategique/lentree-premier-lavenir-de-lautonomie-strategique>. Acesso em: 14 maio 2021.

55 Original em francês.

3.5 A Expressão Militar na “Grande Estratégia” Francesa

Até o lançamento de sua Atualização da Estratégia de Defesa (FRANÇA, 2021), o Estado Francês considerava sua dissuasão como decorrente, exclusivamente, da capacidade nuclear que possui. A nova abordagem de integração entre potencialidades militares, evidenciada no documento citado e prenunciada por Macron (2020), ressalta que a dissuasão francesa se completa ao ser considerado que as forças convencionais são também parcela da deterência já que, em uma escala global, desestimulam ameaças regionais e reduzem as possibilidades de surpresa adversa. Nesse sentido, ainda que o documento *Les Forces Françaises Prépositionnées*, do Ministério das Forças Armadas (FRANÇA, 2016), relacione os efetivos militares atuando fora do território francês na Europa como atores em quatro de cinco funções estratégicas atendidas pela Defesa, excetuando a função dissuasão, conclui-se, na atualidade, que a importância militar das forças convencionais pré-posicionadas transcende seu vulto anterior, ampliando-se, em decorrência de garantirem efeito dissuasório.

Em sendo assim, em caso de ameaça aos interesses vitais do Estado Francês, a manobra militar convencional agrega poder ao exercício da deterência. Isso porque a presença de efetivos e meios militares no estrangeiro, associada às possibilidades de projeção de força e de realização de “entradas forçadas”, viabiliza conduzir ou evitar surpresas estratégicas, impedindo um fato consumado indesejável ou desafiando, oportunamente, a vontade de um adversário, obrigando-o a descortinar suas intenções (FRANÇA, 2021).

À parte de sua competência para exercer dissuasão por meio de sua potencialidade nuclear, Maclean e Szarka (2008) apontam que a estratégia militar francesa tem se utilizado de recursos do plano convencional para alcançar seus propósitos em relação ao SI. Nesse cenário, tais recursos contribuem, mobilizados no exterior, em grupamentos operativos pré-posicionados, realizando operações militares, colaborando globalmente na prevenção de crises, cooperando para formar tropas parceiras e para estabilização de regiões assoladas por insegurança. Estão, também, em condições de proteger e evacuar cidadãos franceses ou de outras nacionalidades em risco evidente no exterior.

De acordo com o documento *Les Chiffres Clés De La Défense - Édition 2020*, do *Ministère des Armées* (FRANÇA, 2020), equivalente ao Ministério da Defesa, mais de 20.000 militares estão localizados fora do solo francês na Europa. Desses, cerca de 11.000 formam as forças pré-posicionadas, garantindo a proteção do território de além-mar e de seus cidadãos, conduzindo e apoiando operações em regiões estratégicas do globo e provendo pronta resposta em caso de ameaça aos interesses de seu Estado de origem.

As forças pré-posicionadas se dividem em dois tipos: as “Forças de Soberania” (*Forces de Souveraineté*), que se localizam nos DROM-COM, inclusive na Guiana Francesa; e as “Forças de Presença” (*Forces de Présence*), estabelecidas no Oriente Médio e na África, no que se incluem Estados pertencentes ao Entorno Estratégico Brasileiro (EEB)⁵⁶. Ao passo que a essência da existência de “Forças de Soberania” é a guarda de integridade territorial francesa fora do continente europeu, as “Forças de Presença”, por sua vez, constituem parcela de um sistema militar voltado à prevenção e à estabilidade regional em áreas de interesse. Mais ainda, influenciam em relação a aspirações francesas nos locais onde se situam (FRANÇA, 2016).

Para além de seus principais efeitos, a existência de forças militares pré-posicionadas em diferentes regiões do mundo, sejam elas de soberania ou de presença, possibilita que seus aquartelamentos, instalações e recursos sejam empregados como bases avançadas, em proveito da projeção de poder e para condução de operações em áreas afastadas. Outra dimensão relevante desses grupamentos é a possibilidade de uso de suas valências para formação e assessoria ao pessoal parceiro, através de cooperações técnicas.

Nessa temática de cooperação, é pertinente mencionar que o *Ministère de l'Europe et des Affaires Étrangères* (MEAE), responsável pelas relações exteriores, destaca a Cooperação em Segurança e Defesa como um “componente importante da ação diplomática da França” (FRANÇA, 2019, p.1). Nesse sentido, não somente pela expressão econômica, por meio da qual destina recursos substanciais voltados à estruturação e capacitação de parceiros⁵⁷, a República Francesa também efetiva ações práticas militares de preparo de forças e assessoria.

Nesse viés prático, mais específico do poder militar, as atividades são conduzidas por meio de cooperação bilateral ou também dentro de uma conjuntura multilateral. As cooperações atendem a uma mescla homogênea de segurança local e desenvolvimento, assim, o investimento na parte estrutural complementa a temática técnica de segurança e defesa estabelecida. Mais ainda, com vistas ao desenvolvimento sustentável de parceiros e aliados em um contexto regional, as cooperações se direcionam a agregar capacidades de longo prazo, com atenção à cidadania e ao ambiente (FRANÇA, 2017a).

Na atualidade, as cooperações, segundo o MEAE (FRANÇA, 2019), ocorrem observando uma metodologia especial, relacionada a cada sistema e região. Dessa forma, o Estado Francês, no Norte da África e no Oriente Médio, tem adotado uma postura colaborativa,

56 Conforme a Política Nacional de Defesa (PND), o EEB é a “Área de interesse prioritário para o Brasil, que inclui América do Sul, Atlântico Sul, países da costa ocidental africana e Antártica” (BRASIL, 2020)

57 A Direção de Cooperação para a Segurança e Defesa (DCSD), *Direction de la Coopération de Sécurité et de Défense*, em 2019, destinou mais de 30 milhões de euros a intervenções estruturais para aliados em cooperações de segurança e defesa (FRANÇA, 2019).

pensada para a estabilidade local e a segurança. Posturas com vistas a incrementar a “regionalização”, com temas voltados à Manutenção da Paz, Segurança Interna e Estado Democrático de Direito são, em geral, a ótica das cooperações francesas na ASAOC. Grande parte dessas últimas cooperações, inclusive, são conduzidas regularmente, em centros de formação e escolas locais homologadas, nos idiomas francês, inglês e português, o que demonstra o grau de profundidade da ação militar francesa.

Tal iniciativa tem a denominação de “Escolas Nacionais com Vocação Regional” (ENVR), em francês *Les Écoles Nationales à Vocation Régionale*. As ENVR, dentro dos projetos de cooperação existentes, buscam facilitar a disseminação de conhecimentos especializados para as forças de Defesa e Segurança dos países parceiros, cobrindo temas aprovados e de interesse daquele país, dentro da temática de estabilidade regional. Resultam, assim, da ação e interesses compartilhados entre a França e o país hospedeiro.

No sentido de ampliar o número de potenciais parceiros exógenos na iniciativa das ENVR e com a meta final de melhor integrar Estados recebedores e participantes de operações de manutenção da paz, o projeto também abarca a aprendizagem da língua francesa, facilitando o acesso de alunos e instrutores às citadas Escolas. Nesse contexto, Ravera (2019) relembra a doação de um laboratório computadorizado de língua francesa para o Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo (CIASC), do Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil (MB), onde se localiza a Escola de Operações de Paz de Caráter Naval.

Ainda na esfera da Cooperação, para além das ENVR, ressalta-se que o MEAE conduz outros tipos de parcerias mais sólidas, que ultrapassam a construção do conhecimento sobre segurança. Dessa forma, são conduzidas consultorias e assessorias a altas autoridades de nível nacional em Estados parceiros interessados, dentro da área de Segurança Pública e Defesa, por especialistas técnicos franceses que avaliam os instrumentos de Segurança e Defesa existentes, destacando as oportunidades de melhoria e sugerindo soluções adequadas.

No que concerne a Estados desestabilizados ou em processo de restabelecimento do Estado de Direito em seu território, há oportunidades de cooperações de segurança interna, em uma abordagem cuja meta é melhorar as capacidades das forças locais de forma integral e, inclusive, estrutural. As cooperações de segurança interna, por serem parcerias completas, abrangem: formação, assessoria de gestão, logística, equipamentos específicos, manutenção especializada, dentre outros tópicos.

No âmbito multilateral, um enfoque bastante enfatizado pelo Estado Francês, as cooperações não ocorrem somente no território Europeu, dentro da subordinação à OTAN ou à Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE). Dessa forma, citam-se as

conexões, de cunho humanitário e de segurança, desenvolvidas em parcerias com organizações internacionais, principalmente africanas.

Também em apoio a organizações internacionais ou, até mesmo, sob a égide de algumas delas, o Estado Francês atua e conduz operações para trazer estabilidade a ambientes regionais vulneráveis. Nesse encaixo, várias iniciativas concretas se destacam, dentre as quais: a Operação *Barkhane*, ocorrida no Sahel africano até junho de 2021, que será detalhada na Seção posterior; a Operação *Chammal*, no Oriente Médio, componente francês da Operação *Inherent Resolve*, e que visa, a pedido do governo iraquiano, a dar apoio de fogo aéreo e formação militar às forças locais engajadas na luta contra o terrorismo, em especial, contra o autodenominado Estado Islâmico; a Operação *Damman*, que traduz a presença francesa na Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL); as operações e atividades de segurança marítima, recorrentes em áreas focais instáveis do planeta, no que se destaca a participação naval francesa na Operação *Irini* que, na costa da Líbia e em parceria com outros Estados Europeus, visa a combater os fluxos de imigração ilegal, o contrabando de armas e munições; e as ações no GdG, que também serão enfocadas na próxima Seção (FIG. 15).

Observados os aspectos citados, desde as “Forças Pré-posicionadas” até as operações sob a égide de organismos internacionais, passando por uma grande variedade de cooperações, aduz-se que a República Francesa vem utilizando a expressão militar de seu Poder Nacional para obter influência no SI, garantir sua liberdade de ação e seus interesses.

Maclean e Szarka (2008) apontavam já em 2008 que, ainda que a França fosse provida de recursos relevantes de *hard power*, com suas forças militares mobilizadas em vários "pontos estratégicos" do mundo, especialmente na África, o poder francês se encontrava em um processo de diminuição, em termos relativos, se comparado a outras potências (EUA, Rússia e China). Os mesmos autores prediziam que tal tendência não seria revertida, por razões econômicas principalmente, o que explicava, desde aquela época, o forte interesse francês em ações de *soft power*, balanceando a redução comparativa de seu *hard power* e, nessa ideia, fortalecendo ação diplomática e a cooperação.

Tais ações diplomáticas, no entanto, seriam inefetivas para a expressão militar sem uma vasta malha de adidâncias militares e assessorias internacionais de Defesa, apta a sustentar iniciativas apresentadas. Nesse sentido, a *Direction Generale des Relations Internationales et de la Strategie* (DGRIS), órgão do Ministério da Defesa francês (*Ministère des Armées*) que conduz a ação militar internacional e contribui para a política externa coordenada pelo MEAE, mostra que a rede de defesa diplomática francesa é composta por: 87 missões diplomáticas militares, orientadas a 165 Estados soberanos (sendo 78 missões não residentes); missões

bilaterais de Defesa; conselheiros militares e representantes permanentes em organizações internacionais (UE, OTAN, ONU, OSCE, entre outras) (FIG. 16). Números tão expressivos geram adequada capilaridade para apoiar a busca das metas da “Grande Estratégia” francesa⁵⁸.

Em síntese de todo o exposto sobre a “Grande Estratégia” francesa, a queda comparativa de seu poder militar apresentada por Maclean e Szarza (2008), corroborada por Boniface (2021) e citada neste trabalho, determinou que o Estado, sem abdicar de seus interesses globais e em condição de desvantagem, encontrasse métodos militares variados de promover seu protagonismo no SI. Tal conduta se acentuou com o acirramento das disputas hegemônicas entre EUA, China e Rússia, à medida que essas se aprofundaram em regiões específicas do globo, particularmente na Europa, espaço vital francês, e na região dos Oceanos Índico e Pacífico, com ênfase no Sudeste Asiático (FRANÇA, 2021). Focando seus esforços militares nessas regiões, a República Francesa passou a diversificar maneiras de exercer suas atividades no continente africano, o que será apresentado na próxima Seção.

3.6 As Ações Militares Francesas na África

Tony Chafer (2002), ao descrever o processo de descolonização da África pelos cidadãos franceses, já apontava que estes, independente de referenciais políticos, uniam-se ao descrever o papel nacional na África, considerando-o essencial para o status do Estado como potência mundial. Nesse nexos, por questões materiais ou até pela “dependência de trajetória”, o futuro da França e da África esteve interligado geopoliticamente. Anos depois, Chafer (2008), ao ratificar sua posição, afirmava que tal situação tendia a continuar no século XXI, especialmente ao se considerar os países africanos de língua francesa.

Nos planos da soberania e da política, deve-se sopesar que há significativa ligação humana entre África e França, pela qual, por volta de 2,3 milhões de imigrantes africanos francófonos, além de pessoas binacionais, vivem em solo francês. Cerca de 270.000 franceses residem em território africano, alguns, em locais instáveis e inseguros (SUNDBERG, 2019).

No campo econômico, mesmo que Chafer (2008) tenha mencionado que os interesses financeiros não foram os primários para o avanço militar francês sobre a África, há que se perceber, todavia, a existência de aspirações francesas naquele continente que vão além da pura influência geoestratégica e dos anseios por um SI mais estável. A TAB. 1, nesse caminho, apresenta números de exportação franceses para a região estudada.

⁵⁸ Dados disponíveis em: <https://www.defense.gouv.fr/dgris/presentation/presentation/presentation-de-la-dgris>. Acesso em: 22 maio 2021.

Analistas como Pujave (2020) e Sundberg (2019) associam parte da estratégia de defesa francesa na África a interesses econômicos. Nesse sentido, mencionam a existência de empresas francesas de pequena escala lá sediadas e a própria zona da moeda comum africana (*Communauté Financière Africaine*), estabelecida pela França em suas antigas colônias e que ainda subsiste modernizada, permanecendo como um elo econômico relevante.

Dados da *Totalförsvarets Forskningsinstitut* (FOI), de 2019, a agência estatal sueca de pesquisa de Defesa, detalham que, na África, a França deseja ter acesso a matérias-primas estratégicas e garantir segurança marítima, tanto para o comércio internacional quanto para a abertura de novas rotas comerciais. Tais aspirações estariam ligadas não somente à base em Djibouti, próxima ao Canal de Suez, mas, fundamentalmente, ao Golfo da Guiné (GdG), no EEB, e à Operação Corymbe, que será posteriormente detalhada. Outros aspectos relevantes a citar seriam: os hidrocarbonetos extraídos no Gabão e o urânio retirado do Níger pela empresa estatal Areva, importante para usinas nucleares e armas e que, por consequência, é uma das razões para o estabelecimento de tropas francesas naquele país (SUNDBERG, 2019).

Especificamente quanto à expressão militar, após a descolonização, a decisão de manter laços robustos na África francófona acabou marcando a sociedade francesa e, em certa monta, a própria África. Foram, nessa época, elaborados acordos de defesa e assistência militar, prevendo tropas em posição, assessoria a governos e integração em treinamento e formação.

Tomando como marco inicial o período da Guerra Fria, uma abordagem cronológica das relações francesas com a África traz a percepção das variantes de ação estratégica no período. Em um primeiro momento, caracterizado por marcante “sobreposição” (*overlay*), seus militares eram continuamente enviados, diante de quaisquer crises ou emergências, contra-insurgências, evacuações de não combatentes ou operações de manutenção da paz. Segundo Sundberg (2019), de 1945 a 2005, a França conduziu mais de 130 intervenções militares na África, muitas delas em suas ex-colônias, chegando a ser conhecida como a “*Gendarme da África*”.

Esse período também revela as inúmeras crises de repercussão global ocorridas em regiões onde a França procurava influir, como o genocídio em Ruanda (1994), o conflito no Zaire (1997), atual República Democrática do Congo, e a primeira guerra civil na Costa do Marfim (2002). Mesmo diante desses casos, derivado dos quais a imagem francesa de poder e de autoridade se enfraqueceu, não ocorreu um possível esfriamento do desejo de Paris em manter protagonismo no continente africano.

Nomeadamente, a primeira guerra civil da Costa do Marfim (2002) constituiu um marco para a estratégia militar francesa na África. Isso porque, mesmo após as mencionadas

crises do final do século XX (Ruanda e Zaire), que já haviam deixado lições sobre o desgaste do intervencionismo anterior (“sobreposição”), o Governo em Paris não teve como deixar de enviar contingente para estabelecer uma linha de demarcação entre tropas marfinenses de situação e as forças rebeldes, evitando seu confronto direto, mas buscando, prioritariamente, proteger os mais de 20.000 cidadãos franceses no país, que foram efetivamente evacuados.

Inserido na crise por força de seu dever soberano, o governo francês se viu na condição de tentar construir a paz local, o que terminou surtindo efeito contrário, envolvendo forças militares em pesados conflitos e severos distúrbios civis. O evento, intitulado pela mídia global como o “Pequeno Iraque Francês” (ADAMS, 2004), foi um ponto decisivo de alteração da postura francesa na África e trouxe importantes conclusões segundo Chafer (2008).

A partir de então, a presença militar francesa na África alcançava uma nova fase estratégica, na qual não mais se posicionaria como promotora de interesses nacionais, mas sim como servidora dos objetivos dos parceiros daquele continente e, primordialmente, das metas internacionais de paz e de estabilidade, continuando sua influência em ações de “penetração”, em detrimento do *overlay* anterior. A estratégia de engajamento baseada no *hard power* seria substituída pelo *soft power* (UTLEY, 2005) (CHAFER, 2008).

A partir de 2012, a deterioração da segurança no continente africano e a ação de grupos terroristas em solo europeu, ambas associadas aos estudos estratégicos que culminaram com a elaboração do Livro Branco de Defesa Francês (FRANÇA, 2013), reconduziram a uma maior presença militar permanente na África, além de estabelecer operações de manutenção da paz no Mali e na República Centro-Africana (RCA).

Essa maior presença militar também se materializou pela construção de uma efetiva rede diplomática de Defesa no continente, situando adidos e assessores, principalmente, na ASAOC (FRANÇA, 2017b). Na atualidade, a França possui tropas e meios em áreas francófonas da África Ocidental e, também, nas porções oriental e central do continente. Todo o seu engajamento militar na região, incluindo forças de operações especiais, alcança mais de 8.000 militares, dos quais cerca da metade, de forma permanente (FRANÇA, 2020). Para tamanha presença, foram celebrados acordos bilaterais com cerca de quarenta Estados na África, majoritariamente de cooperação em treinamento e em manutenção da paz.

Em relação à porção insular africana no Oceano Índico, nos territórios franceses das ilhas Reunião (*Reunión*) e Maiote (*Mayotte*), Sundberg (2019) aponta que existem, respectivamente, uma base de defesa territorial e uma base naval. As tarefas dessas bases são de soberania (*Forces de Souveraineté*), além de contribuírem como ponto de apoio de operações de segurança marítima nos Oceanos Índico e Atlântico Sul. Ainda na porção oriental do

continente, no Djibouti, a França possui tropas, meios, uma de suas duas Bases Operacionais Avançadas (*Base Opérationnelle Avancée* - BOA) e cumpre um importante acordo de integridade territorial com aquela ex-colônia.

Existem outros destacamentos franceses em quatro países africanos da costa ocidental, dentro do EEB. Em Abidjan, na Costa do Marfim, há uma segunda BOA. Esse tipo de Base abriga pessoal permanente e destacado, instalações logísticas, veículos blindados e unidades de combate em prontidão, que reforçam operações correntes na região e estão em condições de emprego imediato em intervenções. No Senegal (Dakar) e no Gabão (Libreville), há outro tipo de Base, os Polos Operacionais de Cooperação (*Pôle Opérationnel de Coopération* - POC), que fornecem apoio militar a países anfitriões e vizinhos. Os POC são Bases regionais sem logística própria, que abrigam unidades de autoproteção, além de desdobrar efetivos de combate para treinamentos e exercícios com parceiros regionais (FRANÇA, 2016).

Em relação às operações de Segurança Marítima que conduz na África, o maior esforço naval francês é denominado Operação Corymbe e foi originalmente elaborada em 1990 para proteção das instalações de exploração de petróleo francesas e outros interesses econômicos situados no GdG. Atualmente, com o foco ampliado, a operação pretende reduzir a insegurança marítima no Golfo, cujos índices de pirataria e tráfico ilícito o posicionam, nesses temas, como a região mais perigosa do mundo. Sundberg (2019) cita que a Corymbe é, por muitos, considerada uma operação marítima permanente, por sua longa existência e tradição, que contribui diretamente para o aumento da presença francesa e para a estabilidade regional.

Em conjunção com as Operações Corymbe, desde 2013, a Marinha Nacional Francesa (MNF) organiza, anualmente, em áreas variadas do GdG, três ou quatro exercícios navais combinados menores, nomeados *African NEMO*⁵⁹ e uma outra operação anual mais robusta, abarcando atores exógenos, com número superior de meios e envolvendo Centros de Comando em terra: a *Grand African NEMO*. Esta, destinada à integração e à capacitação das Marinhas locais, com o decorrer de suas edições, assumiu proporção elevada, tornando-se a maior reunião para a Segurança Marítima no GdG. Nesse sentido, a edição de 2020 contou com a participação naval de França, Brasil, EUA e Itália, além do Benin, Congo, Gabão, Guiné, Nigéria, República Democrática do Congo, Senegal e Togo (MUNIZ, 2021)⁶⁰.

No campo militar terrestre, a Operação *Barkhane*, encerrada em 2021 e constituída como uma operação de estabilização com foco antiterrorista no Sahel africano, foi o maior

59 *African Navies' Exercises for Maritime Operations*.

60 Alessandro Dias dos Santos Muniz é Oficial Superior da MB, em serviço na subchefia de Operações do Comando de Operações Navais (ComOpNav)

esforço militar francês no continente. Iniciada em 2014, sucessiva à Operação *Serval*⁶¹ e em conjunção com a “*United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission In Mali* (MINUSMA)”, a *Barkhane* tornou-se modelo de ferramenta de cooperação militar coletiva que possibilitou à França ampliar, junto a Estados Parceiros locais, a sua influência militar na região. Para tal, o poder militar francês, ombreado com o G5 Sahel (G5S), foro multilateral que reúne cinco Estados ali situados (Burkina Faso, Chade, Mali, Mauritânia e Níger) e com apoio de parceiros estatais exógenos, através da Operação *Barkhane*, conduziu apoio às FA dos Estados do G5S; auxílio na coordenação de recursos internacionais militares presentes; e prevenção ao aparecimento de refúgios terroristas na região.

Segundo o último relatório à imprensa da Operação *Barkhane* (FRANÇA, 2021a), com um contingente da ordem de 5.100 militares franceses⁶², a operação teve a cooperação como princípio basilar, garantindo que os Estados do G5S pudessem, ao fim, lutar contra os grupos armados terroristas e estabilizar a região por suas capacidades, em ações que incluem o controle de fronteiras e atividades de segurança interna.

A República Francesa ainda tem auxiliado na coordenação e na superação de lacunas substanciais de capacidades, inclusive as táticas. No entanto, a estratégia atualmente conduzida foca na luta direta contra a ameaça terrorista e o extremismo violento, acompanhando o desempenho de forças militares parceiras e implantando, colateralmente, ajuda humanitária à população, de modo a viabilizar o retorno gradual à normalidade em áreas onde a autoridade do Estado não é sustentada.

Em outras vertentes, militares franceses prosseguem atuando em múltiplas iniciativas de cooperação na África. Nesse contexto, dentro de organismos multilaterais, menciona-se a existência de efetivos internalizados na própria MINUSMA e nas *European Union Training Mission* (EUTM), no Mali, na República Centro-Africana e na Somália. As EUTM, cumprindo mandatos do CSNU, visam a formar e capacitar forças militares parceiras.

Explorando ainda mais as questões de cooperação, há que se detalhar as ENVR, citadas na Seção anterior. Essas escolas têm papel de grande relevância na estratégia militar

61 A Operação *Serval* terminou em junho de 2014, tendo sido lançada em janeiro de 2013, a pedido do governo do Mali. Essa intervenção militar permitiu conter a ofensiva terrorista que ameaçava a capital e maior cidade malinesa (Bamako). O Mali é um Estado africano francófono e instável do Sahel, limítrofe ao EEB. A Operação *Serval*, pondo fim à escalada extremista, possibilitou criar uma nova operação para estabilizar a região, sob responsabilidade da ONU: a “*United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission In Mali* (MINUSMA)”. O analista da *RAND Corporation*, Michael Shurkin (2014), em estudo para o *US Army*, declarou que o êxito francês no Mali serve de modelo para a futura guerra expedicionária, já que tropas operaram em unidades pequenas, eficientes e escaláveis, fazendo esforço para apoiar a população local.

62 Dados atuais disponíveis em: https://www.defense.gouv.fr/operations/rubriques_complementaires/dispositif-operationnel-francais-deploye-a-travers-le-monde. Acesso em: 22 maio 2021.

francesa para a África. Segundo o sítio eletrônico do MEAE que divulga o empreendimento⁶³, já existem dezesseis ENVR, que se localizam em doze países africanos, com preponderância na ASAOC. Outras mais estão em fase de implementação (FIG. 17).

De acordo com Ravera (2019), os cursos e treinamentos oferecidos abrangem múltiplos assuntos e atendem a um público diversificado, sendo todos relacionados à formação de profissionais e à segurança global. Dentre os temas, pode-se mencionar: formação militar (básica, aperfeiçoamento e superior para oficiais e formação de praças); manutenção da paz; segurança marítima; ação do Estado no mar; desminagem; engenharia de construção; treinamento de gestão; saúde; proteção civil; luta contra o terrorismo; segurança cibernética; aplicação da lei; garantia da ordem pública; e polícia judiciária. Ainda segundo Ravera, atualmente, são oferecidos cerca de 60 treinamentos diferentes, contando com mais de 30.000 militares já capacitados, o que se constituiu em uma cooperação estrutural de sucesso crescente e para a qual há diversas parcerias bilaterais que podem ser formadas.

A título de exemplos dessas parcerias exógenas, pode-se detalhar o caso da *Ecole Internationale des Forces de Sécurité* (EIFORCES), situada em Yaoundé, na República de Camarões, que possui acordos de cooperação com os EUA, Japão e China, além da própria França. Outra ENVR, a *Ecole de Maintien de la Paix* (EMP), em Bamako, Mali, conta com instrutores de diversos países, tais como: Alemanha, Argentina, Canadá, Dinamarca, EUA, Japão, Holanda, Suíça e Reino Unido. Na área da segurança marítima e tráfego aquaviário, o *Interregional Maritime Security Institute* (IMSI), localizado em Abidjan, na Costa do Marfim, é uma ENVR que promove, pela capacitação dos seus discentes, o espaço do GdG como um ambiente marítimo sustentável, limpo e seguro (*Safe and Secure*), contando com parcerias bilaterais do Japão, da UE, além da contribuição de vários foros multilaterais ligados ao seu tema (RAVERA, 2019).

De todo o abordado, aduz-se que há consenso, em Paris, sobre a necessidade de presença militar permanente e continuada na África, ainda que o esforço militar francês seja intenso, complexo e arriscado, conforme provam casos de ataques terroristas no Sahel, como: no resort em Grand-Bassam, na Costa do Marfim (2016); na embaixada francesa em Burkina Faso (2018); e alguns assassinatos e sequestros de cidadãos franceses com intervenções de forças especiais. Simultaneamente, impera a consciência de que combater o terror e capacitar parceiros africanos são encargos de longo prazo, instituídos em uma perspectiva estratégica de

63 Dados disponíveis em: <https://www.diplomatie.gouv.fr/fr/politique-etrangere-de-la-france/securite-desarmement-et-non-proliferation/nos-alliances-et-cooperations/la-cooperation-de-securite-et-de-defense/les-ecoles-nationales-a-vocation-regionale/>. Acesso em: 10 maio 2021.

“penetração”, diante de um tema corretamente “securitizado” naquela região, o que se confirma analisando um trecho da Atualização Estratégica Francesa:

“[...] porque a **África** e o Oriente Médio são **áreas de interesse importantes que afetam as ambições e a segurança dos franceses** no exterior e em território nacional. As Forças Armadas francesas estão desenvolvendo o conceito de parceria militar operacional para prevenir crises. Elas, portanto, **acompanham as forças parceiras desde a formação até o combate, passando por equipar tais forças para que elas, um dia, adquiram a capacidade de garantir a segurança de seus países de forma autônoma**”.⁶⁴ (FRANÇA, 2021, p. 34, tradução e grifos próprios).

Assim, desde meados dos anos 1990, como visto, a França enfoca a cooperação na região. Conforme o mesmo documento supracitado, atualmente, o poder militar francês traduz tal demanda com presença e por parcerias, capitaneando, inclusive, um esforço diplomático por participação mais profunda de Estados europeus e de outros parceiros internacionais nas questões da estabilidade africana (FRANÇA, 2021).

Segundo Sundberg (2019), além da tão necessária divisão de encargos financeiros, as parcerias atendem ao interesse francês em legitimar e pacificar sua presença, consolidando a desejada “penetração” que, por vezes, ainda é confundida com atritos do passado intervencionista, onde a abordagem enfatizava a “sobreposição”. Por outro prisma, o fato de a França buscar mais presença militar de terceiros na África significa que enfrenta um novo contexto, no qual sua capacidade de projeção atual não lhe permite, por si só, completar as metas estratégicas visualizadas.

Nesse sentido, no que concerne ao apoio oriundo dos EUA, embora o fornecimento de recursos financeiros e estratégicos seja essencial e positivo para as operações francesas, a aproximação chinesa com a África poderia levar a uma competição sino-estadunidense na região, criando desafios novos e mais complexos, para os quais a França, como aliada indissociável dos EUA, deverá estar preparada (FRANÇA, 2021). Isso, sem tirar de vista que reduzir sua influência militar no continente africano é improvável, por não haver interesse político interno nem arcabouço histórico recente.

3.7 Ilações sobre a “Grande Estratégia” Francesa e Suas Iniciativas Militares com Reflexos na África Subsaariana Atlântica Ocidental e Central

À luz de todo o exposto, resulta claro que a República Francesa desempenha um papel relevante e de influência global no Concerto das Nações, em função de atributos que extrapolam o campo militar e se espalham por todas as expressões do Poder Nacional.

⁶⁴ Original em francês.

Tal influência, considerada por um viés de arqueologia histórica, auxilia a desvendar as formas pelas quais o Estado Francês projetou influência globalmente, ao longo do tempo, variando o alcance geográfico e a intensidade. Esse viés possibilita observar também a “dependência de trajetória” francesa e das ex-colônias, em particular, na ASAOC.

Da percepção histórica à atualidade, somando ao quadro a nova e complexa ordem que se apresenta e consciente do patamar de seu protagonismo, a França se posiciona como uma potência independente, buscando sustentar seu alcance geopolítico. Dessa forma, em um SI competitivo, em constante crise, o Estado Francês desenvolve suas ações estratégicas demonstrando um anseio por maior cooperação, multilateralismo e estabilidade.

A observação do SI por um prisma coletivo determina entender a convivência da “Grande Estratégia” francesa com as ações de atores relevantes desse sistema. Nessa conjuntura, os EUA, maior potência militar global, são encarados como um aliado indispensável que a França pretende preservar. Em relação à Federação da Rússia, dado seu papel ainda central e ativo, o governo francês opta pela firmeza nas relações e pelo diálogo construtivo. No que tange à China, capaz de promover concertos diplomáticos e de influenciar decisões multilaterais pela visão francesa, essa se tornou um ator estatal rival, mas que, em alguns temas, não pode deixar de ser vista como um valoroso parceiro diplomático e comercial.

Por ser parte da UE, a República Francesa se esforça para torná-la um ator expressivo do SI. Essa ação esbarra, todavia, na divergência das opiniões entre os membros do organismo. Devido à degradação acelerada da ordem internacional, existem, na visão francesa, riscos à Segurança da Europa e a possibilidade dela, no futuro, tornar-se irrelevante geopoliticamente, caso não assuma uma postura proativa e unificada nas RI. Nesse sentido, inclusive, estão as gestões dentro da OTAN, para a qual a França anseia por ampliação do protagonismo europeu, em detrimento da liderança estadunidense.

Faz-se mister observar, contudo, que a visão coletiva de UE e o multilateralismo que defende para o SI não são óbices para a postura autossuficiente e independente que empreende, a nível mundial, acerca de temas de interesse, em especial, sobre Segurança e Defesa. Nessa questão, sinteticamente, cita-se que o emprego, pela França, de forças militares equilibradas e de projeção global, em conjunção com sua capacidade de dissuasão nuclear, são o cerne da sua estratégia militar que se orienta à manutenção de sua plena soberania e à projeção de sua influência global.

Seguindo tais orientações, a expressão militar francesa integra potencialidades nucleares e convencionais para exercer uma dissuasão crível. Referindo-se às capacidades convencionais, destacam-se, no exterior, os grupamentos operativos pré-posicionados que,

divididos em “Forças de Soberania” e “Forças de Presença”, realizam operações militares combinadas, colaboram globalmente na prevenção de crises e cooperam com tropas parceiras na contenção de instabilidades regionais. Mais ainda, aportam pronta resposta nas ameaças aos interesses franceses. Outra atuação pertinente desses grupamentos é que, usando suas capacidades, participam da estratégia cooperativa militar francesa.

Com foco na cooperação, essas atendem à segurança e ao desenvolvimento local, ocorrendo investimentos estruturais em complemento a temáticas de segurança e defesa empreendidas, com vistas ao progresso sustentável dos parceiros. Na atualidade, as cooperações no Norte da África e no Oriente Médio adotam uma postura integral, voltando-se à estabilidade local e à segurança. Na ASAO, são preferenciais os temas “securitizados”, no que se refere à Manutenção da Paz, Segurança Interna e Estado Democrático de Direito. No caso de Estados em instabilidade, as parcerias de incremento de segurança interna apoiam as forças locais, de forma integral, inclusive estruturalmente, abrangendo da formação ao acompanhamento em combate, passando pela cessão de meios e recursos.

A França coopera multilateralmente e bilateralmente em várias ações e em diferentes áreas do globo, o que, em adição ao supracitado, possibilita declarar que a Expressão Militar de seu Poder Nacional aporta esforço à consecução dos objetivos estratégicos de influenciar o SI, garantir liberdade de ação e os seus interesses. A rede diplomática de Defesa, por seu tamanho e capilaridade, também é uma ferramenta útil de sua política internacional.

Em um prisma maior, de conteúdo geoestratégico, observa-se o Estado Francês buscando métodos diversificados de promoção de seu protagonismo militar. O acirramento das disputas hegemônicas entre atores poderosos do SI (EUA, China e Rússia) intensificou a preocupação com regiões específicas do globo, particularmente a própria Europa, mas também a região geográfica abrangida pelos Oceanos Índico e Pacífico, com ênfase nas crises intensas do Sudeste Asiático. Esse aspecto é bastante relevante para o estudo em tela pois, focando seus esforços militares nas regiões acima citadas, a França passa a ter que diversificar os métodos pelos quais exerce sua perene atividade militar no continente africano.

No que se refere à África, a “dependência de trajetória” existente inviabilizaria a abdicação de influência naquele continente pelos franceses. Para além desse conceito, há aspectos econômicos e estratégicos que exigem da França uma postura militar atenta para a situação africana. Três pontos se destacam nesses aspectos: a existência de muitos cidadãos franceses em solo africano; a segurança marítima para o comércio internacional; e o combate ao terrorismo.

Na atualidade, a abordagem a tais temas é tomada por um eixo de maior

colaboração, seguindo critérios da “penetração” teorizada por Buzan *et al* (2003), posto que, no passado recente, algumas crises locais deixaram lições da inadequabilidade de um intervencionismo unilateral, quando se buscava a “sobreposição”. Assim, a postura militar francesa de hoje na África, ainda que com presença em larga escala, configura-se como cooperativa, promovendo seus interesses e sua influência por métodos que, simultaneamente, contribuem para o desenvolvimento, a paz e a estabilidade regionais.

Essa mencionada presença em larga escala abrange não somente a rede diplomática de Defesa e suas missões distribuídas, primordialmente, na ASAOC. Há também tropas e meios em regiões francófonas do continente, em um efetivo de mais de oito mil militares, sendo cerca da metade permanentemente posicionada.

Na África Oriental, existem bases e destacamentos nas ilhas Reunião (*Reunión*) e Maiote (*Mayotte*) cujas tarefas são de soberania e servir de ponto de apoio operacional para ações no Índico e Atlântico Sul. No Djibouti, a República Francesa possui uma importante BOA e atende a um acordo de integridade territorial.

Na África Ocidental, existem quatro destacamentos franceses, todos dentro do EEB. A BOA da Costa do Marfim é a mais capacitada em termos de pessoal, meios, instalações e possibilidades de atuação. No Senegal e no Gabão existem POC que conduzem apoio militar a forças parceiras e diversas cooperações.

Em termos de segurança marítima, com foco na ASAOC, a Operação francesa Corymbe, com seus mais de trinta anos de existência, e as combinadas *African NEMO* pretendem reduzir os crimes transnacionais na região do GdG, aumentar a integração regional e capacitar forças navais parceiras para o combate ao tráfico ilícito e à pirataria.

No plano terrestre, a Operação *Barkhane*, finalizada em 2021 como o maior esforço militar francês no continente, com foco antiterrorista no Sahel africano, importante área adjacente ao EEB, traduziu-se em significativo apoio ao G5 Sahel, na capacitação das FA locais; coordenando recursos militares internacionais; e prevenindo o aparecimento de refúgios terroristas. Atualmente, a cooperação tornou-se o método principal de abordagem, garantindo que os militares locais possam, por si mesmos, erradicar o terrorismo e estabilizar a região. A estratégia seguida para a luta direta contra o terror é a “penetração”, ajudando parceiros e, colateralmente, executando ajuda humanitária, de forma a buscar a progressiva volta à normalidade regional.

Existem também militares franceses atuando em outras iniciativas na região, tais como a MINUSMA, as EUTM e as ENVR. Estas, em número de dezesseis, conforme dados de 2021, são um esforço cooperativo presente na estratégia militar francesa para a África,

especialmente na ASAOC⁶⁵. Os cursos relacionam-se à formação militar e à segurança global, sendo ministrados a inúmeros parceiros, até com apoio de terceiros Estados exógenos.

Em conclusão, ressalta-se que o esforço militar francês na África é intenso, complexo e, por vezes, arriscado, abrangendo temas e formas diversas e, ainda assim, seu alcance não permite, sozinho, executar todas as metas estratégicas. Por focar o multilateralismo e a cooperação no SI, a França conduz ações diplomáticas em chamamento por participação de outros parceiros internacionais na segurança e estabilidade africanas. Além da redução de custos, tais coparticipações podem legitimar e pacificar a presença francesa, ocasionalmente relacionada a situações históricas de intervencionismo. Os EUA, no entanto, como aliados indissociáveis, trazem consigo a problemática derivada do antagonismo às relações chinesas crescentes com a África, o que pode culminar em disputa sino-estadunidense na região, criando, à República Francesa, desafios novos e complexos, cujo enfrentamento seria inevitável, posto o seu contínuo interesse estratégico e as robustas interrelações existentes.

⁶⁵ Conforme dados apresentados na Seção 3.5, às p. 63-66.

4 UMA ESTRATÉGIA PARA O PODER NAVAL DO BRASIL À LUZ DA AÇÃO FRANCESA NA ÁFRICA SUBSAARIANA ATLÂNTICA OCIDENTAL E CENTRAL

Prosseguindo metodologicamente, tendo examinado questões teóricas e ambientais preliminares e, em sequência, analisado a “Grande Estratégia” francesa e sua influência na ASAOC, com enfoque na ação militar, deve-se avaliar a dimensão brasileira sob um prisma geopolítico, bem como iluminar os macrointeresses nacionais na região. Dessa forma, este Capítulo apresenta o Brasil como uma potência regional, apta a agir em seu Entorno Estratégico, inclusive por meio de seu Poder Naval. Sucessivamente, clareia os objetivos políticos e estratégicos da MB, consubstanciados no espaço estudado, para explorar, em seguida, as decorrências da atuação francesa sobre estes, embasando, assim, a construção de Ações Estratégicas Navais Orientadas (AENO) que os enderecem. Integradas, as AENO corporificam o fito deste trabalho científico, ao nuclear uma possível estratégia de ação para o Poder Naval Brasileiro (PNB) que considere a postura geopolítica e a atuação da França na ASAOC.

4.1 O Brasil como Protagonista no Concerto das Nações

Não existe controvérsia no que se refere a atributos que dispensam ao Brasil uma posição de destaque regional, iniciando por sua ampla dimensão física⁶⁶, pela longa costa atlântica⁶⁷, passando pela magnitude de sua população⁶⁸ e pela grande dimensão de suas águas jurisdicionais⁶⁹. O PIB brasileiro, situado entre os oito maiores do planeta, considerando a média dos últimos vinte anos⁷⁰, as valências e a estrutura de suas FA, que se encontram entre os nove poderes militares mais destacados do globo⁷¹, também são fatores contributivos para a citada relevância. Em termos de projeção internacional, tais aspectos se somam a uma

66 O Brasil, com cerca de 8,5 milhões de km², é o quinto país do globo em área terrestre. Fonte: IBGE. Dados disponíveis em: <https://cnae.ibge.gov.br/en/component/content/article/94-7a12/7a12-vamos-conhecer-o-brasil/nosso-territorio/1461-o-brasil-no-mundo.html>. Acesso em: 19 jul. 2021.

67 A larga costa brasileira, banhada pelo Oceano Atlântico, possui 7367 km. Fonte: *Ibidem*.

68 A população brasileira é de aproximadamente 212,56 milhões de pessoas. Fonte IBGE, dados de 2020. Disponível em: <https://paises.ibge.gov.br/#/dados/brasil>. Acesso em: 19 jul. 2021.

69 As águas jurisdicionais brasileiras possuem cerca de 5,7 milhões de km². Destes, 3,55 milhões são originários e outros 2,15 milhões foram reivindicados junto à ONU. Fonte: Marinha do Brasil. Dados disponíveis em: <https://www.marinha.mil.br/economia-azul/noticias/o-que-%C3%A9-amaz%C3%B4nia-azul-e-por-que-o-brasil-quer-se-tornar-pot%C3%Aancia-militar-no-atl%C3%A2ntico>. Acesso em: 19 jul. 2021.

70 Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators*, Média de 2000 a 2020 (GDP) Disponível em: <https://databank.worldbank.org/reports.aspx?source=2&series=NY.GDP.MKTP.CD&country=#>. Acesso em: 04 jul. 2021.

71 Fonte: GlobalFirepower. Dados de 2021. Disponível em: https://www.globalfirepower.com/country-military-strength-detail.php?country_id=brazil. Acesso em: 19 jul. 2021.

importante e diferenciada habilidade de influência e penetração, no nível regional⁷².

Freitas (2004) e Silva e Théry (2017) mostram que, ao longo de todo o século XX e continuando até os dias atuais, geopolíticos nacionais têm ressaltado a aptidão do Brasil a um papel de liderança em sua circunvizinhança. Os autores apontam vários estudiosos que ajudaram a estabelecer e nortear as políticas brasileiras de relacionamento interestatal. Com repercussão neste trabalho, merecem menção: a produção de Golbery do Couto e Silva (1981) que, em uma proposta estratégica, sugere ações para o desenvolvimento nacional e para alcançar protagonismo na região; a de Carlos de Meira Mattos (2011), pela reflexão sobre o prestígio do Brasil e de sua projeção como potência; e o de Therezinha de Castro (1981), que, quando se dedicou ao contexto regional brasileiro, prospectou ações comportamentais nacionais em relação à porção sul do Oceano Atlântico, à América do Sul e à África. Para a autora, há conexões importantes ligando o Brasil aos vizinhos, inclusive os da costa africana ocidental. Tais conexões serão desveladas na próxima Seção.

Em aspectos afetos às RI, Pecequilo e Do Carmo (2015) contextualizam a ação brasileira no Concerto das Nações, por uma perspectiva histórica. Nesse viés, ensinam que, desde o fim dos anos 1980, o Brasil se voltou à construção de um espaço político, estratégico e econômico internacional em seu entorno geográfico, com base em um discurso cooperativo, de parceria e de solidariedade, que teve ênfase na América do Sul, mas abrangeu também regiões extracontinentais, como a África. Os autores indicam que, muito além da retórica, esse posicionamento visava um fortalecimento regional, em face de preencher, autonomamente, lacunas geradas pelo período de transição imposto pelo fim da bipolaridade da Guerra Fria.

Também para os autores, por decorrência dessa busca continuada por integração e cooperação, percebem-se, no Século XXI, resultados positivos, ainda que incipientes, do impulso brasileiro às construções regionais em seu entorno. Nessas construções, devido à complexidade e à quantidade de desafios de ordem sociopolítica e econômica reinantes, a posição de liderança regional se torna essencial, sendo um papel consolidado aos poucos pelo Brasil, por meio de penetração e integração (PECEQUILO; DO CARMO, 2015).

Em termos prospectivos, sintetizando o exposto, o momento transicional das relações de poder, concomitante com a maior atenção brasileira a sua inserção internacional, permite ratificar o posicionamento de Pecequilo e Do Carmo (2015, p. 249), indicando que existe uma “oportunidade histórica que não pode ser perdida” pelo Estado Brasileiro. Essa oportunidade, ao passo que exige uma política externa autônoma, independente e, sobretudo,

72 O Brasil é o único Estado da porção sul ocidental do globo na lista de trinta maiores *soft power*. Fonte: “Softpower30”, dados de 2019. Disponível em: <https://softpower30.com>. Acesso em: 12 jul. 2021.

pragmática deve ser, todavia, associada à busca de desenvolvimento regional coletivo e sustentável, empregando ações integradas por elementos diversos do Poder Nacional.

Em um contexto militar, a conclusão acima corrobora o posicionamento de Abdenur e Souza Neto (2014), para quem, o Estado Brasileiro já se posiciona como protagonista nos processos de “securitização” de temas em seu entorno, empregando métodos de cooperação de Defesa, tanto em esfera multilateral, quanto bilateralmente.

4.2 A Influência Brasileira na África Subsaariana Atlântica Ocidental e Central

Therezinha de Castro (1981) já defendia que o Brasil deveria ter um papel robusto no continente africano, impulsionado por fatores que lhe seriam facilitadores, como aspectos geográficos, étnicos, culturais e também pela relativa similaridade histórica, que se superpõem a diferenças locais ou regionais, conforme apontado abaixo:

No âmbito das Relações Internacionais [a presença brasileira na África] constitui, na realidade desse continente conturbado, uma importante peça para a estratégia do mundo livre [...] A presença negra na formação étnica e cultural de nosso país [Brasil] é dos fatores que mais fortemente impulsionam a abertura do Brasil para a África e da África ao Brasil (CASTRO, 1981, p. 242).

Em referência às RI contemporâneas, Pecequillo e Do Carmo (2015) relatam que, no nível global, a cooperação Sul-Sul⁷³ é a que mais se acentua, impelida por nações emergentes, como o Brasil, e pela crescente autonomia de Estados menores, trocando suas relações assimétricas com países desenvolvidos (do Norte) por oportunidades de progressão alavancadas por atores em condições similares ou, pelo menos, não tão díspares. Nesse tema e no que toca à África, os mesmos autores apontam que a política externa brasileira tem sido sistemática, beneficiando-se das raízes congêneres de colonização e da miscigenação brasileira com ascendência africana, o que contribui para uma ligação sociocultural facilitadora. Assim, a partir do final da década de 1980, a opção de Brasília pela cooperação Sul-Sul adquiriu base assertiva e propositiva, despontando a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores (MRE), como um elo de integração geopolítica regional.

Nos dias atuais, a ABC proporciona e coordena a execução de inúmeros entendimentos, cooperações e acordos de diferentes áreas e domínios. Somente na ASAOC, nota-se haver 486 compromissos em vigor ou em ratificação, de diferentes temáticas, inclusive

⁷³ Cooperação Sul-Sul é a colaboração entre países em desenvolvimento, podendo ocorrer de forma bilateral, regional, intrarregional ou inter-regional, em amplo domínio de atividades e na qual os países compartilham conhecimentos, habilidades e recursos para cumprir metas de desenvolvimento por meio de esforços conjuntos. Fonte: Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul. Disponível em: <https://www.unsouthsouth.org/about/about-sstc/>. Acesso em: 01 jul. 2021.

de Segurança e Defesa, e que envolvem os Estados da região de forma direta ou indireta, neste caso, por meio de organizações multilaterais que os incluam. A diversidade de temas, a capilaridade regional e o número significativo de acordos apontam o grau de assertividade das RI brasileiras na ASAOC, configurando um indicador positivo de integração⁷⁴ e que pode ser associado, inclusive, ao estreitamento dos laços econômicos vigentes (TAB. 2).

No que tange à participação das Forças Armadas em atividades estatais no continente africano, o Ministério da Defesa (MD) relata uma consolidada contribuição às ações de pacificação e segurança. Nesse tema, pode-se citar a participação de militares brasileiros em missões de paz na África, o que tem acontecido em base constante, desde a segunda metade do Século XX. Dessa feita, em números atuais, observa-se um efetivo de oficiais e praças de ambos os sexos, que atinge 230 militares enviados, entre o ano de 2015 até os encaminhamentos já confirmados para 2022 (TAB. 3).

Participações isoladas de militares, no entanto, não são a única ação empreendida e, em outro viés, o emprego de tropas organizadas também ocorre, apoiando a estabilização africana. Sobre isso, menciona-se os contingentes brasileiros dirigidos a Moçambique e Angola, nos anos 1990, e até o Comando da Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO) que, desde 2015, é exercido por um oficial general do Exército Brasileiro (EB), ratificando o preparo e a capacidade dos líderes militares nacionais para o enfrentamento das mazelas de segurança locais (BRASIL, 2020b). Também na MONUSCO, o envio de um *Jungle Warfare Training Team (JWTT)* brasileiro, formado por especialistas em operações em selva das três FA, dedicados a capacitar tropas envolvidas na Missão é uma experiência colaborativa significativa. Ainda no mote cooperativo, uma expressiva participação da MB, em ações bilaterais e de escala regional, ocorre em várias frentes e temas ligados à Defesa e Segurança, o que será dimensionado na próxima Seção.

Outra atividade brasileira de destaque em suporte à integração regional, ainda que não exclusivamente focada no continente africano, é o exercício militar combinado “Felino”, que prosseguiu de 2000 a 2017 em base anual. Esse evento de cooperação técnico-militar, com o propósito de permitir a interoperabilidade entre as FA dos Estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)⁷⁵, consistia em treinamentos enfocados em operações de paz e ajuda humanitária sob a égide de organismos multilaterais e provou-se uma ação

74 Pesquisa realizada pelo autor na plataforma Concordia, do MRE, em 27jul. 2021. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa-avancada>.

75 A CPLP, criada em 1996, atualmente, reúne nove Estados lusófonos, quais sejam: Brasil, Moçambique, Portugal, Timor-Leste, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe, sendo que esses cinco últimos se situam na ASAOC.

positiva, tanto para buscar a homogeneidade técnica, quanto para ampliar a influência brasileira diante dos países lusófonos, o que inclui cinco Estados da ASAOC.

Em termos de representatividade diplomática castrense, o Brasil possui uma rede de adidâncias na ASAOC, responsável pela assessoria militar à diplomacia brasileira, bem como pela ligação com as FA e governos locais, nos temas específicos de Defesa e Segurança (FIG. 18). Aduz-se da observação dos dados que a representatividade brasileira na região é modesta e poderia ser aprimorada, posta sua pequena abrangência. Esse aprimoramento visualizado é pertinente, pois os Adidos Militares acreditados contribuem para fomentar a participação nacional em atividades de Segurança e Defesa locais, além de ampliarem a consciência situacional nos assuntos de interesse do Brasil, conforme preconiza Till (2018).

Uma última instância da contribuição brasileira para a ASAOC pode ser medida a partir da análise de Braga (2021) e Silva (2021), especialistas para os quais se destacam os apoios que o Brasil presta ao continente africano⁷⁶. Para eles, esses apoios materializam diversas demandas recebidas oficialmente pelo MD e incorporam solicitações, tais quais: cursos de todos os níveis; envio de assessores brasileiros de alto escalão; o acompanhamento de exercícios; visitas técnicas de aprimoramento; o intercâmbio de informações de inteligência; e, até mesmo, a cessão de meios militares.

Em síntese do exposto, pode-se perceber que o Estado Brasileiro procura exercer influência de cunho colaborativo na ASAOC, guardadas as limitações impostas por sua própria capacidade de desempenhar tais atividades, que demandam recursos de monta e de toda a espécie. Ratificando o exposto por Abdenur e Souza Neto (2014), o Brasil busca uma aproximação pragmática com Estados da costa ocidental africana e não apenas com seus parceiros históricos, como Angola e África do Sul. Tal aproximação tem se intensificado, inclusive no plano comercial, conforme mostra a TAB. 2, requerendo atenção e articulação crescente entre a Diplomacia e a Defesa brasileiras.

Derivado disso e diante da conjuntura apresentada no Capítulo 1, na qual o Atlântico Sul incorpora preocupação estratégica para atores endógenos e exógenos, o Brasil vem usando a ferramenta da cooperação Sul-Sul para colaborar com o desenvolvimento regional, ajudando a incutir uma identidade coletiva e local. Essa postura lhe confere posição de destaque e liderança e, com isso em tela, faz-se essencial detalhar o papel do PNB nas ações da Diplomacia Naval Brasileira, em particular, na ASAOC.

76 Marcus Vinicius Santos Ramos Braga e Marcio Henrique Sousa da Silva são oficiais superiores da MB e coordenadores, respectivamente, da Seção de Organismos Globais (SOG) e da Seção de Cooperação Internacional (SCI) do Ministério da Defesa do Brasil.

4.3 O Poder Naval Brasileiro como Elemento da Diplomacia Estatal

Geoffrey Till (2018) evidencia que a Diplomacia Naval não apresenta viés único e coercitivo, como se costuma analisar. Assim como as próprias RI, a Diplomacia Naval possui perspectivas colaborativas e dissuasórias, o que lhe amplia a esfera de atuação. Till relembra ainda que, quaisquer que sejam as envergaduras das Forças Navais e o grau de protagonismo de seus respectivos Estados, todas têm ação de Diplomacia Naval a exercer, bastando, para sua efetividade, que as ações estejam sincronizadas com a política externa nacional.

Para a MB, a perspectiva de empregar o PNB em ações de Diplomacia Naval é uma realidade pautada pela própria Doutrina Militar Naval (DMN) e que deve estar atrelada à orientação governamental e à condução do MRE para que constitua um instrumento útil e capaz de influenciar atores do SI, reforçar parcerias, garantir e demonstrar intenções em áreas de interesse e contribuir para a dissuasão (BRASIL, 2017a). Da DMN, podem-se retirar ações típicas da Diplomacia Naval e que constituem arcabouço para focar possibilidades de atuação em qualquer espaço marítimo de interesse, quais sejam: realizar operações e ação de presença no exterior; mostrar bandeira em portos estrangeiros; receber visitas de navios de Marinhas amigas; conduzir ou integrar reuniões de Estados-Maiores ou congêneres; realizar ou participar de exercícios e operações combinadas com fulcro na interoperabilidade; desenvolver operações em cumprimento a compromissos internacionais; empregar a “Diplomacia Preventiva”⁷⁷; e promover assistência técnico-militar a FA estrangeiras. Faz-se mister, ainda, mencionar que a referida promoção de assistência toma forma por meio da oferta de cursos, estágios, conclaves, simpósios, intercâmbios, inspeções técnicas, Grupos de Apoio Técnico (GAT), Missões de Assessoria Naval (MAN) e outras opções adequadas.

Considerados os aspectos doutrinários acima e na busca por compreender a real capacidade do PNB de atuar em Diplomacia Naval, é imperioso estudar as ações conduzidas pela MB. Por meio dessas, constatar-se-ão as eventuais lacunas e pontos a reforçar, o que será feito pelo exame de informações fornecidas por Braga (2021) e Silva (2021).

Assim, iniciando por Estados que compõem a ASAOC, cita-se o caso de Angola onde, mesmo havendo laços linguísticos e históricos que a unam ao Brasil, as respectivas Marinhas ainda se relacionam apenas pela formação naval, havendo um Guarda-Marinha

77 A “Diplomacia Preventiva”, pela DMN, compreende atividades para evitar disputas entre atores do SI, prevenir que disputas existentes degenerem em conflitos ou para impedir que esses se alastrem. Incorpora diferentes atuações visando a solução pacífica de controvérsias e, assim, diverge, fundamentalmente, do “emprego preventivo”, por ser uma ação consentida e não impositiva (BRASIL, 2017a).

angolano cumprindo, no Brasil, o ciclo pós-escolar de sua graduação. Dessa forma, existe espaço para aprimoramento da cooperação, no que se podem aproveitar temáticas da CPLP, de segurança marítima no GdG e de Operações de Paz.

Prosseguindo para Cabo Verde, o relacionamento naval ocorre com a Guarda Costeira daquele Estado e está em recente expansão, mas encontra espaço para ampliação. A existência de um Adido Naval acreditado e uma MAN brasileira no país, além da formação de militares em solo brasileiro, são eventos que consolidam a cooperação bilateral.

A atividade colaborativa com a Marinha Nacional de Camarões (MNC) também se ampliou nos últimos anos. Dessa forma, relata-se, em 2020, a presença de camaroneses cursando a Escola Naval, no Rio de Janeiro. Militares da MB estão em Camarões, contribuindo no Centro Interregional de Coordenação (CIC)⁷⁸ e também no apoio à implementação do Sistema de Informações do Tráfego Marítimo (SISTRAM) para a MNC. Ambas as ações fomentam a segurança marítima no GdG, permitem aumento da consciência situacional relativa ao local e, ainda, ampliam o protagonismo brasileiro nos temas “securitizados” regionalmente.

Em relação a São Tomé e Príncipe, os diálogos da MB com sua Guarda Costeira são pequenos ainda, mas se ampliam por iniciativas de formação e especialização de militares no Brasil, além de uma MAN e um GAT. Este apoia a formação de uma Companhia de Fuzileiros Navais do país. Finalmente, no que tange ao Senegal, a cooperação entre Marinhas também ocorre baseada em formação e capacitação de militares senegaleses no Brasil.

Listados os Estados da ASAOC com os quais a MB possui cooperações, resta observar Marinhas africanas externas ao ambiente de estudo. Nessa condição, vale conhecer a conexão brasileira com as Marinhas da África do Sul e da Namíbia.

No que se refere à Marinha da África do Sul, a integração constitui um caso positivo e exemplar ao estudo, no qual as Forças Navais se alicerçam no “Fórum IBAS”⁷⁹, de onde tem origem o exercício IBSAMAR⁸⁰. Além disso, participam de outros eventos, como a operação ATLASUR⁸¹ e conduzem projetos integrados, como o de concepção de mísseis superfície-ar.

78 O CIC, com sede em Yaoundé - Camarões, implementa a estratégia regional de segurança (*safety & security*) e aprimora as atividades voltadas à coordenação, cooperação e interoperabilidade no espaço marítimo comum da África Central e Ocidental. Além disso, capacita civis e militares em aplicar a lei marítima; coordena operações; provê consciência situacional às Marinhas dos Estados-Membros; harmoniza textos legais, incluindo os de poluição e meio ambiente, pirataria, roubos e outros ilícitos cometidos no mar. Disponível em: <https://icc-gog.org/>. Acesso em: 12 jul. 2021.

79 O “Fórum IBAS” de diálogo é uma comunidade diplomática trilateral estabelecida em 2003 entre Índia, Brasil e África do Sul para promover, entre eles, a cooperação Sul-Sul.

80 O Exercício IBSAMAR ocorre desde 2008, bianualmente, contando com meios navais das Marinhas da África do Sul, Brasil e Índia, tendo sido estimulado no contexto do “Fórum IBAS”.

81 A ATLASUR é uma operação bianual entre as Marinhas de Argentina, África do Sul, Brasil e Uruguai, que visa a interoperabilidade entre as mesmas e a consolidação de suas presenças no Atlântico Sul.

Já com a Marinha da Namíbia, o relacionamento tem sido profundo desde 1994, quando a MB foi escolhida como modelo para a Força Naval daquele país. Nesse caminho, além da formação de militares namibianos no Brasil, ocorrem parcerias por meio de um GAT e uma MAN, contando com histórico de aquisição e cessão de meios e material militar.

Em outra perspectiva, o PNB tem atuado na ASAOC envolvendo-se no debate multilateral de temas “securitizados”, que incluem a proteção marítima, a estabilidade social e a manutenção de paz⁸². Além disso, fundamentalmente por operações combinadas navais e operações de paz locais, das quais citam-se as Operações *Grand African NEMO*, *Obangame Express*⁸³, PASSEX (em aproveitamento, com Marinhas atuando na área) e a *Flintlock*⁸⁴, a MB colabora para mitigar problemas reais e para desenvolver a região. Nesses eventos, os elementos do PNB têm a chance de interagir com parceiros exógenos e endógenos e, por decorrência, ampliam o protagonismo e influência nacional, bem como, garantem informações alusivas a temas sensíveis, intrínsecos de seu perímetro estratégico.

Com alicerce em conhecimentos obtidos pela participação nos eventos operacionais supracitados, além dos Comandos da Força-Tarefa Marítima na UNIFIL (FTM-UNIFIL), de 2011 a 2020, e da *Combined Task Force 151 (CTF 151)*⁸⁵, em 2021, a MB tomou a relevante iniciativa de capitanear a Operação GUINEX, voltada a conduzir adestramentos e exercícios no mar e em portos, com Marinhas e Guardas Costeiras do GdG e Forças Navais convidadas, contribuindo na capacitação local para segurança marítima e para a proteção do tráfego.

Em síntese, o exposto revela que o PNB tem potencial para conduzir ações de Diplomacia Naval na ASAOC, contribuindo com os interesses e com o aumento da proeminência do Brasil. Essas ações têm base na doutrina e em critérios normativos citados nesta Seção, sendo verossímil que materializem e nucleiem estratégias factíveis, pois referem-se a capacidades reais, respaldadas em experiências anteriores da MB ou similares a essas.

82 Braga (2021) relata que a MB, somente entre 2020 e 2022, participou ou tem previsão de participar dos seguintes fóruns ou reuniões com temática “securitizada” atinentes à ASAOC: 1º Simpósio Marítimo da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS); Fórum de Segurança Marítima da África; VI Conferência das Marinhas e Guardas Costeiras dos Países da CPLP; Reunião do Grupo de Trabalho Brasil-Camarões (GT BRACAM); e 6ª Edição do Fórum de Dacar sobre Paz e Segurança na África.

83 A *Obangame Express* é capitaneada pelos EUA no GdG e visa aprimorar a cooperação regional em aspectos de segurança marítima; ampliar a Consciência Situacional Marítima dos Estados participantes; avaliar e melhorar a capacidade de aplicação da lei; e promover a estabilidade regional (MUNIZ, 2021).

84 O *Flintlock* é o principal exercício de Operações Especiais (OpEsp) na África, organizado anualmente pelo *United States Africa Command (AFRICOM)* e fortalece a capacidade das FA parceiras no combate ao extremismo violento, na proteção de fronteiras e no provimento de segurança interna. Em 2020, contou com militares de 34 países, inclusive da MB. Em 2022, ocorrerá no Senegal e Costa do Marfim, com expectativa da participação da MB (MUNIZ, 2021).

85 A CTF-151, Comandada por militar da MB desde junho de 2021, é uma das três Forças-Tarefa multinacionais da *Combined Maritime Forces (CMF-Bahreïn)* e, cumprindo resolução do CSNU, combate à pirataria e prevê proteção ao comércio marítimo no Mar da Arábia, Golfos de Omã e Áden e costa da Somália (MUNIZ, 2021).

4.4 As Grandes Metas para a Diplomacia Naval Brasileira

A Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END) são documentos do alto escalão político-militar, que refletem o papel das FA (no que se inclui a MB e, por consequência, o PNB) na consecução dos objetivos nacionais, interligando tal papel a outras expressões do Poder Nacional. Mesmo havendo sentido em opiniões especializadas sobre a ausência de uma “Grande Estratégia” nacional, ao que o documento governamental mais atualizado disponível reflete concordância (BRASIL, 2017), a PND possibilita extrair escopos de maior hierarquia, para os quais se podem construir estratégias específicas válidas, conectando, quando e conforme necessário, os métodos e meios visualizados a intervenções confluentes de outras organizações nacionais. Nessa toada, a END aponta aos segmentos do Estado brasileiro as medidas para alcançar os objetivos traçados pela PND e indica as articulações da Defesa com outros entes condutores dessas ações, incluindo segmentos não governamentais.

De forma análoga ao contido na PND, a Política Naval (PN) (BRASIL, 2021), documento da alta administração da MB, deve também ser empregada para a extração de metas a alcançar, tanto nas demandas nacionais, quanto para a própria evolução da Força. Assim, a MB que, por dever de missão, prepara e emprega o PNB, observa a PN para orientar seus quadros quanto aos objetivos institucionais em mira (OBNAV). Em sequência lógica ligada à norma naval, o Plano Estratégico da Marinha 2040 (PEM2040) aparece, dispondo os planejamentos de médio e longo prazo adotados e emitindo Ações Estratégicas Navais (AEN), que sustentam a missão e a visão de futuro institucionais (BRASIL, 2020a). Nesse viés, o PEM2040 limita positivamente esta Tese, pois restringe as formas de atingir os propósitos, ao apontar, por meio das AEN, caminhos possíveis e adequados para a criação de AENO.

Os documentos supracitados também fazem referência ao EEB e, decorrente disso, deriva-se que a ASAOC, por integrá-lo, assegura, pela ótica geográfica, a correção de eventuais AENO para lá apontadas (FIG. 1 e 2). No entanto, pelo que se depreende da Teoria da Estratégia, não basta mirar apenas a justeza geográfica. Há que se ter igualmente em conta os objetivos arrolados, posto que os métodos e os meios de alcance particulares são direcionados a eles. Em sendo assim, os Objetivos Nacionais de Defesa (OND) apresentados na PND, conforme essa Política menciona, são condicionantes a alcançar e manter pela nação brasileira, no âmbito da Defesa. Constituem metas políticas, das quais, as seguintes se ligam ao tema em lide: salvaguardar pessoas, bens, recursos e interesses no exterior; contribuir para a estabilidade regional, paz e segurança internacionais; e incrementar a projeção do Brasil no Concerto das

Nações e sua inserção em processos decisórios internacionais.

Isso posto e atentando para o envolvimento do PNB, alude-se à PN, cujos OBNAV listados devem manter efeitos operacionais conexos aos OND. Assim, com o fito específico na proposição deste estudo, nota-se que um dos OBNAV é diretamente correlato, qual seja: apoiar a política externa. Dessa meta, subtrai-se a evidente necessidade de que as AENO aventadas considerem uma interligação da Diplomacia Naval às aspirações nacionais atinentes ao SI, nos termos conceituais de Le Mière (2014) e Till (2018) e apresentados no Capítulo 2 (FIG. 6 e 7).

Complementarmente, considerando outros OBNAV cuja percepção de relacionamento seja indireta com o tema, deve-se depreender que as mesmas AENO propostas necessitam, por seus efeitos, contribuir em outros temas previstos na PN e específicos da temática da Defesa, a saber: prover a Segurança Marítima; ampliar a Consciência Situacional Marítima em áreas de interesse; e contribuir para a Defesa da Pátria. Em que pese essas metas citadas se darem por decorrência de eventuais ações de Diplomacia Naval, sua materialização abarcará proveitos esperados também em termos de resposta à sociedade, ainda que, simultaneamente, de modo amplo e conexo, reforcem a política externa nacional.

Uma vez aclaradas as metas sobre as quais assentar-se-ão propostas supervenientes de ações e, tendo sido anteriormente delineadas as capacidades do Estado Brasileiro e de seu Poder Naval para o logro dessas metas, cabe, pela Teoria da Estratégia, definir os métodos e meios para seu atingimento. Para esse intento, a metodologia consubstanciada neste estudo determina produzir uma análise reativa, considerando ameaças e oportunidades decorrentes da postura geopolítica francesa e de sua atuação na ASAOC, o que terá enfoque na próxima Seção.

4.5 Análise Reativa: a Influência da Postura Francesa nas Ações do Poder Naval Brasileiro na África Subsaariana Atlântica Ocidental e Central

Segundo o MRE⁸⁶, a República Francesa tem destaque na formação cultural, intelectual e institucional brasileiras. Nesse sentido, o ideário político, filosófico, religioso, além dos referenciais escolares, universitários e militares franceses alicerçaram o desenvolvimento sociocultural no Brasil. Adiante desse efetivo laço, é pertinente lembrar que França e Brasil compartilham fronteira terrestre e marítima, situada entre o estado do Amapá e o Departamento de Além-Mar da Guiana Francesa. Tal situação, na vanguarda de outros inúmeros aspectos, é um fator que, por si, enseja relações profícuas entre ambos os Estados.

86 Disponível em: <http://antigo.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5176-republica-francesa>. Acesso: 15 jul. 2021.

Nessa condição e com merecido destaque para este estudo, o Plano de Ação da Parceria Estratégica Franco-Brasileira, adotado em 2008, amplificou e adensou o diálogo binacional em diversificadas temáticas, dentre as quais, a atuação conjunta em terceiros países, em particular na África, e a cooperação em assuntos de Defesa (BRASIL; FRANÇA, 2008). Reavivando a importância do referido Plano, foi em seu cumprimento que os grandes programas militares de desenvolvimento de submarinos e de helicópteros se iniciaram no Brasil, constituindo, na atualidade, sustentáculo de capacidades complexas e sensíveis de suas FA.

Pelo lado francês, a visão sobre a importância da relação com o Estado Brasileiro, único parceiro estratégico na América Latina, pode ser obtida a partir da perspectiva oficial da embaixada francesa em Brasília, segundo a qual, Brasil e França tem união longeva, que se ampliou pela assinatura do Plano de Ação Estratégico de 2008. Para a França, o Brasil é um ator global e, inclusive, candidato legítimo a ocupar assento permanente no CSNU⁸⁷.

Em termos de integração militar, somente considerando o período republicano da história brasileira, já se pode depreender que as FA francesas participaram efetivamente da consolidação de capacidades da Defesa Brasileira. Nesse sentido, cita-se a Missão Francesa no Brasil, que durou de 1920 a 1940 e, segundo Malan (2019), representou um grande passo na direção do profissionalismo do EB, tendo sido criada para orientar a reorganização e a modernização, inicialmente, do ensino militar e, em seguida, do próprio Exército. Para tal, àquela época, oficiais franceses chegaram a comandar temporariamente importantes Escolas da Força Terrestre brasileira, dentre elas, a de Estado-Maior e a de Aperfeiçoamento de Oficiais, o que materializa a intensidade da cooperação e a confiança mútua existentes naquele período.

Hodiernamente, as FA brasileiras continuam a contar com a cooperação francesa de nível estratégico e essencial, relacionada às áreas já mencionadas de desenvolvimento de submarinos e helicópteros. Nesses casos, as cooperações, por suas maturidades, produzem benefícios concretos e resultados práticos. À vista desses resultados, notam-se as vantagens da associação sinérgica a um ator de grande protagonismo como a França.

Ainda em temas militares, Silva (2021) relata que a cooperação tem acontecido não apenas por parcerias complexas como as supramencionadas, mas também por atividades de diferentes temáticas, que conformam um programa colaborativo denso e multifacetado. Mais ainda, Silva aponta que a MB, juntamente com as demais FA brasileiras, tem buscado ampliar o diálogo e as atividades combinadas com os franceses, o que se reflete na elaboração de um plano de cooperação militar de qualidade, havendo, inclusive, uma comissão mista, encarregada

87 Disponível em: <https://br.ambafrance.org/O-Brasil-e-a-Franca>. Acesso em: 15 jul. 2021.

de materializar os entendimentos formalizados e que é integrada por membros dos dois Estados.

Especificamente mencionando a MB, as colaborações programadas com a França têm absorvido a densidade e a qualidade dos trabalhos do âmbito da Defesa. Destarte, a análise do Plano de Cooperação Bilateral 2021 entre a Marinha do Brasil e a Marinha Nacional Francesa (MNF) aponta uma abrangente integração que não se resume aos aspectos de troca tecnológica e de conhecimento técnico, mesmo que esses já sejam de elevada importância, mas também cede espaço a conexões operacionais, por meio da troca de oficiais de intercâmbio e ligação, e pela realização de atividades práticas, através da condução de operações combinadas, sendo elas exercícios ou de cunho real, em temas de Segurança Marítima (BRASIL, 2020c).

Delimitando os aspectos estudados a colaborações afetas à ASAOC, é pertinente observar que o referido Plano de Cooperação (BRASIL, 2020c) já incorpora eventos a serem conduzidos na região, refletindo os anseios estatais presentes no Plano de Ação da Parceria Estratégica Franco-Brasileira (BRASIL; FRANÇA, 2008). As atividades visualizadas englobam contribuições no tocante à estabilidade no GdG e, além disso, buscam conduzir um exercício anfíbio combinado.

Pelo constatado, com efeito no estudo, depreende-se que as relações entre Marinhas se alicerçam em base documental sólida, com propostas colaborativas consistentes. As relações navais também se beneficiam de um promulgado interesse mútuo em ampliar laços de integração, dentro de uma pauta diversificada, que abrange, inclusive, a ASAOC. Em prosseguimento da análise, incumbe apresentar as decorrências para o PNB da atuação e da postura francesas, especificamente nessa região, o que será descortinado pela apresentação de oportunidades e ameaças supervenientes.

Nesse contexto, a começar pelas oportunidades geradas, a grande e inicial circunstância a ser explorada é a conformação do equilíbrio de poder e das disputas hegemônicas globais, que vêm se orientando, prioritariamente, a outras partes do globo, que não o EEB. Essa situação facilita a condução por outros atores, tais como França e Brasil, de ações estratégicas próprias, voltadas a áreas não focais nessa escala. De forma prática, posta a ênfase geopolítica no Sudeste Asiático e Eurásia, apresentam-se hiatos a preencher com maior liberdade de ação em regiões menos fulcrais, como é o caso da ASAOC.

Em outro prisma, com igual relevância, há que se considerar a oportunidade advinda do manifesto interesse franco-brasileiro em conduzir ações combinadas na ASAOC, citado em documentos político-estratégicos de ambas as partes. Considerando esse anseio mútuo e motriz, podem-se divisar temas nos quais as ações propostas lograriam êxito, trazendo benefícios a todos os atores envolvidos por serem factíveis em relação a suas demandas.

Dentro dessa conjuntura, apresenta-se como possibilidade a ampliação da participação brasileira em operações conduzidas na ASAOC pela parte francesa ou por outros atores com atuação francesa. Nesse tema, a Operação *Grand African Nemo* serve de paradigma, inclusive, para a brasileira GUINEX, recentemente criada. Eventos como os citados, sem os grandes sacrifícios financeiros e logísticos da ação singular, trazem proveito por angariar benefícios à estabilidade local pela reunião de esforços militares combinados, dividindo responsabilidades e trocando conhecimentos em espaços marítimos críticos e de interesse. Ressalta-se que a busca por protagonismo regional, objetivo político idêntico de Brasil e França, pressupõe presença local, entendendo-se a ausência de um ator como prejudicial ao seu esforço em obter influência. Nessa situação, a reunião de esforços de ambas as Marinhas, viabilizando ações integradas, mostra-se uma conduta recomendável também pelo viés da economicidade.

As citadas operações também trazem luz às cooperações permanentes, por meio de operações combinadas em ambiente marítimo. Nesse panorama, há que se ressaltar a experiência que o PNB vem adquirindo na sua condução, o que obteve por meio da participação e Comando, até 2020, da FTM-UNIFIL e, mais recentemente, da CTF 151. Assim, entendendo-se a condução de exercícios e treinamentos combinados como eventos realizáveis, deve-se, então, para além do ambiente marítimo, ponderar sobre os espaços terrestres e anfíbios, havendo, também nesse lugar, possibilidade real de interação franco-brasileira na ASAOC. Distante de ser uma ilação inverossímil, tal expediente se mostra viabilizado por ambas as partes, materializado em reuniões de planejamento de suas Forças Navais (BRASIL, 2020c).

Faz-se mister mencionar que iniciativas brasileiras de conduzir exercícios na região africana de seu entorno podem também ser reforçadas ou apoiadas por meios e tropas francesas presentes localmente, no âmbito de suas “Forças de Presença”⁸⁸, uma vez que essas são voltadas a possibilitar cooperações técnicas diversas, promover estabilidade regional e operar como bases avançadas. Essa conduta, pode, inclusive, ser assemelhada a experiências similares pré-existentes, como o envio de militares brasileiros à operação *Flintlock* e, dessa feita, entender como positivo o grau de viabilidade da proposição.

Com ênfase em cooperações técnicas, uma oportunidade relevante que se apresenta é a ampliação da participação de militares brasileiros em esforços franceses ou nos que seus aliados europeus vêm conduzindo na ASAOC para capacitar parceiros africanos. Tal participação amplia a influência estatal pela presença e pela ação proativa do ator docente, tendo

88 Conforme mostra o Capítulo 3, as “Forças de Presença” francesas, na ASAOC, estão dispostas em uma Base Operacional Avançada (BOA) em Abidjan, na Costa do Marfim e com dois Polos Operacionais de Cooperação (POC) em Dakar, no Senegal, e em Libreville, no Gabão.

custo menor, vis-à-vis o envio de meios ou tropas navais a operações e exercícios, podendo ser empreendida a partir de iniciativas como as EUTM ou as ENVR. Essas cumprem atividades de ensino de cunho cooperativo em esforço combinado, com enfoque na estabilidade local e na geração de conhecimento especializado demandado pelas forças militares africanas parceiras.

Cumpra registrar que, para o Estado Francês, a inviabilidade de conduzir, por meios próprios, toda sua estratégia para a África, tem guiado a uma construção diplomática dinâmica, mesclando presença e manutenção de iniciativa à procura por parceiros exógenos, para atingir as metas visadas. Nesse diapasão, no caso das ENVR, a França tem divulgado a ideia internacionalmente e formalizou convite para integração brasileira à ação, que, entre os Estados da América, já conta com apoio argentino, canadense e estadunidense (BRASIL, 2020c).

Uma vez aceito, tal convite permitiria ao Brasil participar de processos críticos voltados a implementar um ambiente seguro e estável na ASAOC, ampliando a presença nacional e a influência na região, conforme o previsto nas metas estratégicas previamente analisadas e com o benefício de empregar pequenos efetivos. Em termos práticos, a ação pode ser considerada de execução viável pela experiência adquirida com o envio do *JWTT* brasileiro à República Democrática do Congo e, mais ainda, com a atual condução exitosa de dois GAT e três MAN em continente africano, sendo um GAT e duas MAN no interior da ASAOC.

Vistas as oportunidades que podem ser exploradas para integração do PNB ao esforço militar francês na ASAOC, pode-se passar à segunda instância da análise, que abrange as ameaças da atuação na região, tendo em conta a postura francesa ali descortinada. Sendo assim, deve-se, inicialmente, pesar a complexidade da conjuntura existente no ambiente sobre o qual se pretende ampliar a influência brasileira e, portanto, como um aspecto basilar, há necessidade da posse de um poder efetivo e crível para enfrentamento da problemática local, materializando, aos entes endógenos, a ideia da aptidão brasileira como ator regional decisivo.

Nessa perspectiva, havendo interesse de agir estrategicamente na África Atlântica, com ou mesmo sem parceria francesa, o PNB deve ampliar o seu grau de atenção e de prontidão, inclusive em termos de projeção de poder, para os chamamentos por apoio em eventuais adversidades locais, principalmente: as de instabilidade e de insegurança; questões de crimes transnacionais; terrorismo; e as crises humanitárias. Todas essas questões, por suas complicações, demandam que o PNB conduza preparação e prontidão específicas, mesmo diante de uma já ampla relação existente de prioridades.

Além da necessidade de uma capacidade crível de projetar seu poder na ASAOC, caso solicitado a tal, a atuação do PNB em conjunção com as Forças Francesas abarca o entendimento de que se amplia o risco de envolvimento em situações indesejáveis, que seriam

inexistentes fora dessa conjuntura. Tal intercorrência deriva de três elementos distintos. O primeiro deles é função direta da própria criticidade dos eventos nos quais a França se insere e que a colocam na linha de frente contra opositores relevantes, tais como milícias criminosas e grupos extremistas violentos. Agindo nesses temas, o PNB tende a se imiscuir na problemática, colocando-se como um confrontador direto dos antagonismos reinantes, o que determina grande precaução e vigilância, mesmo que a situação não seja um fator impeditivo.

O segundo elemento decorre da ainda persistente visão do Estado Francês como um ente intervencionista, tomada por parcela da sociedade africana baseada, primordialmente, em situações do passado colonial continental. Nessa circunstância, ao passo que a atuação combinada com FA brasileiras traria maior aceitação e facilitaria a penetração francesa na ASAOC, para o PNB, residiria um risco de depreciação de imagem, pela associação a um ator de tais características. Deve-se, então, analisar e trabalhar as interrelações em cada ação a ser empreendida, mantendo a boa imagem do Brasil localmente, o que consiste em fator essencial à meta de ampliação do protagonismo.

O terceiro elemento se materializa pela ameaça ligada à maior presença brasileira nas questões da ASAOC e pela condução de uma estratégia que possa exacerbar tensões ao serem confrontadas as posições dos múltiplos atores. Nesse senão, havendo focos de tensão e iniciativas que agucem uma disposição competitiva, o PNB deve agir em sincronia com a Diplomacia do Estado, sempre levando em conta a multiplicidade de interesses, de modo a evitar prejuízos às metas de ampliação de influência regional.

Em adição, tendo sido apontadas as oportunidades e as ameaças ligadas à ação do PNB em conjunção com o Estado Francês na ASAOC, há que se mencionar os benefícios para o Brasil gerados pela eventual ação combinada com a expressão militar francesa. Nesse tema, a ampliação das relações entre ambos os atores traz benefícios significativos, não somente para o protagonismo brasileiro na ASAOC e, conseqüentemente, no EEB, mas também para as suas relações globais, posto que a aproximação com um ator global e independente como a França tende a alavancar pleitos nacionais coincidentes e reduzir arestas nas questões de discordância.

Também há que se considerar que a presença francesa na ASAOC não é única, havendo em ação outros atores influentes do SI que, por agirem em prol de seus interesses em um espaço vital às pretensões brasileiras, determinam que o Estado Brasileiro se posicione efetivamente, consolidando seu protagonismo na melhor forma possível. Nesse quadro, a chance brasileira de se alinhar a um parceiro de ideário convergente passa a ser uma ferramenta útil para expansão da influência e consecução de interesses, reduzindo espaços para outros atores eventualmente indesejáveis e de narrativas desfavoráveis. Mais ainda, a parceria com um

ator global evitaria ausência no sistema geopolítico local, que tenderia a ser observada com uma fraqueza potencial do Estado ou como desinteresse estratégico, ambas situações negativas para a influência brasileira na região e para sua reputação como ator decisivo no SI, particularmente, em seu Entorno. Sendo assim, resta construir uma Estratégia viável para a integração de esforço militar franco-brasileiro na ASAOC, que será proposta a partir da próxima Seção.

4.6 Ações Estratégicas Navais em Face das Ameaças e Oportunidades Vigentes

Tendo sido desenvolvida a Análise Reativa específica para o estudo, a elaboração das AENO deve garantir, conforme ensinado por Gray (2010), que a estratégia produzida tenha efeito sistêmico, à semelhança de uma ponte pela qual fluiria a postura do Estado Brasileiro, representado pelo PNB. A “Estratégia como Ponte” destina-se, então, a unir as metas desejadas aos meios e aos métodos aplicados, garantindo que as ações que os reúnem guardem, por meio de seus resultados, a essência ligada ao contexto maior e originário.

Sendo assim, não basta vislumbrar uma Estratégia com Ações Navais Orientadas desconexas. Há que se certificar que essas se concatenem aos anseios do Estado Brasileiro e, mais além do que simplesmente agir em resposta a ameaças e oportunidades percebidas no ambiente, devem-se produzir propostas voltadas ao aprimoramento sistêmico, atestando que este esteja em perfeita sincronia com as metas de maior nível e que, ao mesmo tempo, possua o máximo de capacidade de explorar as decorrências ambientais visualizadas. Nesse viés, a proposta de uma Estratégia para atuação do PNB à luz da atuação francesa na ASAOC não mira exclusivamente as decorrências aclaradas no estudo. Visa, da mesma forma, conformar um sistema que esteja otimizado ao auge de suas possibilidades para empreender as ações inerentes.

Isso posto, logra-se compreender que as AENO propostas no estudo seguem duas linhas de finalidade: as “efetivas”, destinadas a promover intervenções no ambiente; e as “estruturantes”, criadas para aprimorar o PNB como Sistema, certificando seu condicionamento máximo para atingir os propósitos esperados. A efetivação de uma “AENO estruturante” não é essencial à condução da Estratégia colaborativa, como é o caso das “AENO efetivas”. No entanto, tende a multiplicar os benefícios esperados, caso encampada, servindo ainda para adequar o PNB a atender potenciais eventos críticos futuros em melhores condições.

No que se refere às “AENO efetivas”, essas representam, em linhas gerais, respostas válidas a oportunidades ou ameaças vigentes, derivadas da ação francesa na ASAOC, conforme preconiza o estudo. Nesse caminho, são as seguintes as ações estratégicas efetivas visualizadas:

- Implementar a atuação diversificada e contínua de militares da MB nas ENVR,

considerando a participação em temas marítimos, técnicos e os de segurança locais;

- Aprimorar e promover a assistência técnico-militar existente, em especial em relação ao Controle de Tráfego Marítimo no GdG, com enfoque no CIC em Camarões que, cada vez mais, integra-se ao processo de estabilização local e às iniciativas francesas;

- Implementar a participação constante das OpEsp da MB, com subespecialidades variadas, nas Operações estadunidenses *Flintlock*, ou similares. Em especial, no ano de 2022, quando a iniciativa ocorrerá em países francófonos da ASAOC, contando com “Forças de Presença” francesas (Costa do Marfim, Gabão e Senegal);

- Planejar e conduzir treinamentos combinados, voltados a capacitar parceiros da ASAOC, por meio de ações temporárias, baseadas ou executadas pelos GAT e MAN brasileiros e, eventualmente, suportadas por “Forças de Presença” francesas;

- Ampliar a atuação do PNB no esforço de paz multilateral conduzido na ASAOC e em suas áreas limítrofes, em especial, na região da África Central e do Sahel africano;

- Conduzir operações próprias voltadas à Segurança Marítima no GdG, com a participação de parceiros endógenos e com convite à integração francesa;

- Realizar Exercícios Combinados com a MNF na ASAOC, com ênfase em projeção anfíbia, enfatizando a oposição a ameaças assimétricas e a assistência humanitária; e

- Otimizar as ações realizadas com ação de presença e visitas, especialmente, em portos de países francófonos com “Forças de Presença” (Costa do Marfim, Gabão e Senegal).

No concernente às “AENO estruturantes”, cabe apresentar as ações de âmbito interno, voltadas a tornar o PNB mais adaptado a exercer a Diplomacia Naval na ASAOC, especialmente, considerando a atuação integrada ao esforço francês na África, quais sejam:

- Realizar Gestões junto ao Poder Executivo nacional visando ampliar a representação diplomática naval na ASAOC, com prioridade para Adidâncias Navais permanentes na Nigéria e em Camarões, pela pujança geopolítica e o envolvimento nas temáticas de Segurança Marítima Interregional, respectivamente. Tal ação estruturante, ao passo que produz direta ampliação da influência brasileira, permite melhor coordenação com os esforços endógenos e, mais ainda, amplia a consciência situacional sobre os temas regionais;

- Ampliar o diálogo com o MRE para a construção de uma agenda colaborativa relativa a demandas na ASAOC, colocada em efeito pela ABC e MB, por meio de cooperações Sul-Sul viáveis, ocasionalmente, com interveniência da República Francesa;

- Aumentar a interação com a MNF, por meio da ampliação de reuniões com a temática específica da cooperação bilateral na ASAOC;

- Participar ativamente das discussões navais, militares e de segurança existentes e

dos Fóruns Regionais voltados a temas “securitizados” da ASAOC. Dessa feita, nas Comunidades de Segurança das quais o Brasil participa com os Estados Africanos, tais como a CPLP e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), divulgar a problemática da região, buscando alcançar relevância para o tema e maior protagonismo nas soluções;

- Estimular o aprendizado do idioma francês para parcela dos militares da MB, otimizando as capacidades do Laboratório de Língua Francesa doado ao CIASC;

- Manter o PNB aprestado, estando apto a, oportunamente e por demanda, conduzir operações navais, incluindo projeção de força, na costa atlântica africana, em resposta colaborativa a instabilidades locais, garantindo o reconhecimento do Brasil como ator relevante em seu Entorno Estratégico, pela credibilidade e cooperatividade de sua Marinha;

- Manter o PNB aprestado e com Consciência Situacional adequada para intervir em proteção de cidadãos, bens e interesses brasileiros em eventuais crises na ASAOC, sejam elas não estatais ou geradas por tensão local originada de disputas hegemônicas (*proxy wars*).

Uma vez apresentadas as AENO que suportam, nessa conjuntura específica, o atingimento de Objetivos Navais (OBNAV) oriundos de documentos da alta administração da MB, chega-se ao ponto culminante da proposta científica, por haver condições de se elaborar uma Estratégia Naval plena, que endereça tal cenário. Essa Estratégia, doravante denominada “Estratégia Naval Ordem, Liberdade e Progresso”, é constituída de conceitos e conclusões retiradas do próprio trabalho e comporta, de forma organizada, informações sobre: o ambiente estratégico; os atores envolvidos e as decorrências de suas presenças; os objetivos navais perseguidos; as ações estratégicas navais orientadas; e que oferece, ainda, um mapa estratégico elucidativo. Destarte, é um meio estruturado de depreender as ilações saídas deste Estudo, materializadas no APÊNDICE A - Estratégia Naval Ordem, Liberdade e Progresso.

4.7 Ilações Sobre a Estratégia Naval e seus Fundamentos

Incontroversamente, o Brasil possui predicados que lhe dispensam posição proeminente na sua região. Em termos de projeção internacional, esses predicados se somam a uma habilidade singular para exercer “penetração”, permitindo-lhe, a partir do fim dos anos 1980, construir uma zona de influência em seu Entorno com foco cooperativo nas RI. Nesse quadro, desde o início do Século XXI, bons resultados vêm do impulso brasileiro a construções regionais, firmando sua liderança. Nesse viés, em ótica prospectiva, pelo momento de transição nas relações de poder no SI, simultânea ao aumento da inserção brasileira, há como projetar uma oportunidade histórica para ampliar o protagonismo nacional.

No que concerne especificamente à África, o Brasil incorpora fatores que lhe apoiam a exercer influência, tais como geografia, etnia, cultura e similaridade histórica. Beneficiando-se disso, a cooperação Sul-Sul se desenvolveu e a atualidade apresenta compromissos diplomáticos de assuntos múltiplos sendo conduzidos.

No campo militar, a ascendência quantitativa e qualitativa nas cooperações também é fato. Nesse caminho, o Estado Brasileiro, por suas FA, vêm usando métodos colaborativos em plano bilateral e multilateral, posicionando-se com destaque em temas “securitizados” na sua vizinhança. O volume e a constância da participação militar brasileira em cooperações são significativos, havendo, historicamente, enquadramentos diversos, desde o emprego isolado de oficiais em operações de organismos internacionais, até a expedição de meios navais em contribuição à segurança marítima, passando pela capacitação de FA parceiras e pelo envio de contingentes de manutenção da paz. Ainda assim, em termos de representatividade diplomática militar, o Brasil possui uma rede tímida de adidâncias, havendo espaço para seu aprimoramento.

Em aspectos específicos do PNB, a perspectiva de executar ações de Diplomacia Naval é uma realidade balizada doutrinariamente, devendo estar sincronizada aos interesses governamentais expressos pelo MRE e podendo ser composta por variadas ações em diversas áreas de interesse. Em termos práticos, pelas cooperações realizadas pela MB na África e pelas condicionantes sociais observadas a partir da análise do APÊNDICE B - Quadros-Diagnóstico dos Estados da África Subsaariana Atlântica Ocidental e Central, percebe-se que há potencial para conduzir eventos significativos de Diplomacia Naval na ASAOC, em contribuição à estabilidade, ao alcance dos interesses nacionais e à ampliação do protagonismo brasileiro.

No que tange a tais metas, a PND e a END possibilitam depreender os objetivos militares de maior nível, enquanto a PN traduz, para a MB, os escopos a alcançar, tanto em apoio ao Estado, quanto no próprio desenvolvimento da Força. Ainda para a MB, o PEM2040 emite AEN a serem desenvolvidas e, dessa forma, limita o estudo, por restringir os modos de alcance dos propósitos. De todo o apresentado, nota-se que os seguintes OND se relacionam ao tema: salvaguardar pessoas, bens, recursos e interesses nacionais situados no exterior; contribuir para a estabilidade regional, para a paz e a segurança internacionais; e incrementar a projeção do Brasil no Concerto das Nações e a sua inserção em processos decisórios internacionais. Considerando-os e atentando para o envolvimento do PNB, dos Objetivos Navais (OBNAV) listados, os que se relacionam à proposição estudada são: apoiar a política externa; prover a Segurança Marítima; ampliar a Consciência Situacional Marítima em áreas de interesse; e contribuir para a Defesa da Pátria. Sobre essas metas devem se assentar quaisquer propostas de ações supervenientes com foco na ASAOC e que considerem ameaças e

oportunidades decorrentes da postura geopolítica e atuação francesas na região.

Na relação franco-brasileira, percebe-se haver laços franceses concretos com o Brasil, seu único parceiro estratégico na América do Sul. Percebe-se também haver significativos vínculos de ambos com a ASAOC, originados de vários fatores (QUADROS 20 e 21). O Plano de Ação da Parceria Estratégica Franco-Brasileira, para esse contexto, expandiu temáticas dentro da atuação conjunta e da Defesa, possibilitando incrementar tais vínculos.

Assim, as FA brasileiras contam com cooperação francesa estratégica e essencial, mas também dispõem de um programa colaborativo multifacetado em ascendência, o que aponta para a validade da associação. No que tange às Marinhas, sua relação se alicerça em base documental sólida, com cooperações relevantes em intercâmbios tecnológicos e operacionais, com envio de oficiais de ligação, exercícios e operações reais combinadas. Para a ASAOC, as Marinhas já trabalham em ideias de apoiar juntas a busca de estabilidade no GdG e realizar um exercício anfíbio integrado na mesma região.

Ainda no caso da ASAOC, existem decorrências relevantes para a atuação do PNB, considerando a postura e ações francesas. Nesse teor, as oportunidades vislumbradas, capitaneadas pelo interesse mútuo e manifesto de operar combinadamente, e as ameaças supervenientes, das quais se destaca a complexidade conjuntural do envolvimento francês e seus riscos agregados, todas devem ser devidamente sopesadas por uma Estratégia viável que integre ambos os esforços militares. Essa integração tem potencial, inclusive, para beneficiar o Brasil em campos que extrapolam o EEB, ajudando no protagonismo brasileiro e nas suas relações globais, fomentando pautas coincidentes e minimizando discordâncias.

Completada a Análise Reativa, conta-se com os preceitos da “Estratégia como Ponte” de Colin Gray, unindo metas ansiadas aos meios e métodos a empregar, certificando-se, ainda, que as ações propostas, por seus efeitos, liguem-se ao contexto original. Mais do que responder a estímulos ambientais, deve-se propor também o aprimoramento sistêmico e, nesse sentido, qualquer Estratégia a sugerir deve criar Ações Estratégicas Navais Orientadas (AENO), divididas em “efetivas” e “estruturantes”, dirigindo-se, respectivamente, às decorrências ambientais percebidas e ao desempenho do PNB como Sistema.

Com a criação das AENO, há condição de sintetizar, organizadamente, todos os preceitos teóricos e considerações alcançadas em uma proposta de Estratégia Naval específica. Dessarte, o APÊNDICE A – Proposta de Estratégia Naval Ordem, Liberdade e Progresso organiza informações sobre o ambiente, atores, objetivos, ações orientadas e fornece um mapa estratégico, dando, então, materialidade e conclusão à proposição estudada.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho científico concebe uma Estratégia Naval específica, que alcança os Objetivos Navais vigentes na Política Naval (PN), orientados pela Política Nacional de Defesa e relacionados à atuação do Poder Naval Brasileiro (PNB), associada à postura geopolítica e à ação militar da República Francesa na África Subsaariana Atlântica Ocidental e Central.

Nesse fito, utilizou-se de conceitos geopolíticos que alicerçam a compreensão plena das relações de poder no Sistema Internacional (SI), para os quais, crucialmente, empregou-se a Geopolítica como ferramenta analítica multidisciplinar, de modo a adquirir adequada noção conjuntural. Da mesma forma, a teoria de Relações Internacionais (RI) foi aplicada, propiciando interpretar a dialética entre condutas e interesses dos atores estatais e iluminando um universo realista-construtivista, no qual a segurança é tema fulcral, tendo acepção ampla e ligada a ameaças existenciais, que exigem medidas políticas não ortodoxas.

Pela necessidade de mitigar essas ameaças críticas, os temas “securitizados”, em geral, reúnem os atores afetados e, nesse contexto, importa a ideia do Complexo Regional de Segurança, no qual os Estados interagem e onde outros entes estatais exógenos de elevado protagonismo procuram intervir por “sobreposição” (*overlay*) ou “penetração”, sendo a primeira forma ligada à dominação e a segunda, à influência indireta e não exclusiva.

Nessas intervenções dos Estados, buscando ampliação de influência, em prol do atingimento de seus interesses no Concerto das Nações, a combinação de comportamentos, empregando o *hard power*, o *soft power* e mesclando-os sabiamente (*smart power*) tem sido mandatária nas interações. Essas últimas, ocorrentes em recorrência e intensidade, potencializam a consumação de uma “dependência de trajetória”, conceito historicamente conectado às relações franco-africanas, que permite prever reações prováveis dos atores, monitorar as instabilidades reinantes e visualizar entraves às evoluções possíveis do SI.

Também a Teoria da Estratégia fundamenta a solução do estudo. Inicialmente, por validar a relevância da “Grande Estratégia” do Estado, passando, em sequência, pelo apoio à seleção do modelo escrutinador adequado e, posteriormente, pela essencial e ampla análise conjuntural, até, finalmente, chegar a sua aplicação como recurso sintetizador integral, no qual a “Estratégia como Ponte” une, coerentemente, as metas aos meios e aos métodos usados, permitindo engendrar ações associativas que, em seus efeitos e desígnios, consideram o ambiente envolvente e o sistema ao qual se referem, no caso, o PNB.

Sendo o PNB a referência, a Doutrina Militar tem um papel estruturante das ações idealizadas e intrínsecas da estratégia constituída. Em decorrência, a Diplomacia Naval, por

representar o engajamento do Estado no SI, amplia seu protagonismo, fortalece sua soberania e, por ações coercitivas ou colaborativas, molda o ambiente.

Quanto a esse ambiente, a ASAOC, em função do estudo, percebe-se que desperta interesses pelas significativas potencialidades, além de aflorar perigos, majorados pela carência, a desigualdade e a instabilidade, que estão associadas à internalização ou à proximidade geográfica de polos globais de violência, tais como o Golfo da Guiné (GdG) e o Sahel africano.

No que tange à República Francesa, ator global de acentuada relevância, possuidora de atributos que extravasam sua expressão militar, percebe-se sua consistência histórica na busca por ampliar a influência no SI, valorizando um ideário de independência decisória e de soberania. Atualmente, a complexa e competitiva conjuntura global, posiciona-a em um patamar secundário, porém ainda destacado da disputa hegemônica mundial e, dessa forma, as ações estratégicas francesas têm se orientado por princípios de cooperação e multilateralismo. No entanto, é digno de nota que essa visão multilateralista defendida para o SI não é óbice à postura autossuficiente que empreende em temas de interesse, como a Segurança e Defesa.

A “Grande Estratégia” francesa incorpora a ideia da União Europeia, da qual faz parte, ampliar seu protagonismo na OTAN e, inclusive, sua expressão no SI, e para tal, motiva parceiros do velho continente a conduzir ações combinadas no campo militar. Para a França, os EUA, grande potência militar global, são um aliado indispensável, ao passo que a Federação Russa e a República Popular da China são considerados parceiros pontuais e rivais eventuais.

No que toca à Estratégia Militar, a França busca, em conjunção com a dissuasão nuclear, empregar forças militares convencionais balanceadas e aptas à projeção em escala global. Essas forças convencionais possuem elementos avançados no exterior, divididos em “Forças de Soberania” e “Forças de Presença”, que realizam operações combinadas, colaboram em crises, cooperam na contenção de instabilidades locais e, principalmente, aportam prontidão de resposta contra ameaças. Por sua grandeza e capilaridade, a rede diplomática de Defesa francesa também é uma ferramenta útil da Estratégia Militar.

A cooperação militar francesa foca a segurança e a estabilidade locais, havendo chance de investimento estrutural complementar. Na África, a “dependência de trajetória”, os muitos cidadãos franceses residentes; a insegurança marítima para o comércio e o terrorismo inviabilizam a abdicação do apoio por Paris. Especialmente na ASAOC, temas “securitizados” são o cerne da colaboração sendo que, para Estados em instabilidade, há parcerias para ampliar a segurança interna de forma integral, desde a formação até o acompanhamento em combate.

Em termos de segurança marítima, com foco na ASAOC, as Operações francesas *Corymbe* e *African NEMO* buscam reduzir os crimes transnacionais no GdG e capacitar forças

navais parceiras para o combate ao tráfico ilícito e à pirataria. Em terra, a Operação *Barkhane*, com foco antiterrorista no Sahel africano, foi encerrada em 2021, mas apoiou o G5 Sahel, capacitando as Forças Armadas locais e prevenindo o aparecimento de refúgios de extremistas. Atualmente, a cooperação é o método principal de abordagem, garantindo que militares locais, por si, estabilizem a região. Na luta contra o extremismo violento, a estratégia seguida tem sido a da “penetração”, com apoio a forças parceiras e, colateralmente, executando assistência humanitária em prol do retorno à normalidade regional.

Outros esforços colaborativos franceses relevantes são as *European Union Training Mission* (EUTM) e as Escolas Nacionais com Vocação Regional (ENVR), ambas presentes na ASAOC. Os cursos ali ministrados são diversos, relacionados à formação militar e à segurança global e difundidos a inúmeros parceiros com apoio, inclusive, de terceiros Estados exógenos.

Observando a ação militar francesa na África de modo holístico, nota-se ser ela intensa, complexa, abrangente e, por vezes, arriscada. Para executá-la, o Estado Francês convida parceiros à colaboração pois, além de reduzir custos, as agregações podem legitimar e pacificar a presença francesa, questionada, eventualmente, em função de eventos históricos.

No que se refere ao Brasil, potência regional do Atlântico Sul, esse também tem usado a cooperação para ampliar sua influência em seu Entorno, sendo que, pela conjuntura global, pode haver uma oportunidade histórica assegurada para aumento do seu protagonismo.

Em relação à África, o Brasil incorpora fatores facilitadores de “penetração” e, usando-os, desenvolve a cooperação Sul-Sul em compromissos e assuntos diversos. As Forças Armadas nacionais se destacam nesse tema, em especial, em questões “securitizadas” da região. Historicamente, o volume e a constância das cooperações militares também são relevantes, havendo enquadramentos diversos, desde pequenos efetivos, a grandes contingentes, agindo em espaços marítimos ou terrestres. Contudo, no que afeta a representatividade diplomática militar, o Brasil possui uma rede tímida de adidâncias, havendo espaço para o aprimoramento.

Quanto à Diplomacia Naval conduzida pelo Poder Naval Brasileiro (PNB), essa deve ser orientada pelo governo nacional, em coordenação do Ministério das Relações Exteriores (MRE), havendo variadas ações possíveis, legítimas, permissíveis e justificáveis na ASAOC, que ampliariam o protagonismo brasileiro e contribuiriam para o alcance dos interesses nacionais, assim como estão descritos nos documentos estudados. Nesse mote, a PN traz, para a MB, os Objetivos Navais a alcançar, sendo relacionados ao tema os seguintes: apoiar a política externa; prover a Segurança Marítima; ampliar a Consciência Situacional Marítima em áreas de interesse; e contribuir para a Defesa da Pátria.

Em relação à República Francesa, percebe-se haver laços concretos com o Brasil,

parceiro estratégico único da América do Sul, sendo que o Plano de Ação da Parceria Estratégica Franco-Brasileira de 2008 ampliou os vínculos existentes, inclusive, na atuação conjunta na África e na área de Defesa, com a qual ocorre cooperação essencial e multifacetada, que ratifica a validade da associação.

No tocante à relação entre Marinhas, essa tem base documental robusta, com cooperações relevantes em intercâmbios tecnológicos e operacionais. Na ASAOC, ambas já trabalham em prol da estabilidade no GdG, intencionando realizar outras ações. No entanto, há decorrências relevantes para a atuação do PNB, considerando a postura e ações francesas.

Nesse quesito, as oportunidades vislumbradas e as ameaças supervenientes, ao serem endereçadas, originam Ações Estratégicas Navais Orientadas (AENO) que, divididas em “efetivas” e “estruturantes”, por sua vez, nucleiam uma Estratégia Naval viável e integradora de esforços, com potencial benéfico ao protagonismo brasileiro e à estabilidade regional.

Para tanto, usa-se a teoria da “Estratégia como Ponte”, unindo os objetivos listados aos meios e métodos a empregar, garantindo que as ações pensadas sejam consoantes com os efeitos desejados, tanto ligados ao ambiente, quanto ao aprimoramento sistêmico. Em sendo assim, atinge-se a proposição final esperada, por meio de um compêndio que estrutura conhecimentos sobre o ambiente; os atores envolvidos e as decorrências de suas presenças; os objetivos navais perseguidos; as ações estratégicas navais orientadas; e que fornece, ainda, um mapa estratégico agregador das conclusões. Tais informações reunidas corporificam o APÊNDICE A – Proposta de Estratégia Naval Ordem, Liberdade e Progresso.

Por derradeiro, registra-se que contribuições colaterais relevantes foram alcançadas pela concepção desta Tese, quais sejam: o estudo metodológico da Diplomacia Naval, em sua plenitude conceitual; a avaliação da África Subsaariana Atlântica Ocidental e Central como espaço de interesse estratégico brasileiro, aí incluídos seu potencial e sua problemática; a análise acurada da “Grande Estratégia” e da postura geopolítica da República Francesa, enfatizando sua expressão militar; e o exame da magnitude da influência regional da República Federativa do Brasil e de sua ação como ator protagonista no Sistema Internacional, com foco na capacidade de seu Poder Naval em sustentar a ampliação de sua proeminência geopolítica e em contribuir para um ambiente seguro e estável no Entorno Estratégico Brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDENUR, Adriana Erthal; SOUZA NETO, Danilo Marcondes de. *O Brasil e a Cooperação em Defesa: a Construção de uma Identidade Regional no Atlântico Sul*. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 57. 2014. P. 5-21. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7329201400101>. Acesso em: 08 jun.2021.

ADAMS, Richard. *France's Little Iraq*. The Guardian. Londres, 2004. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2004/dec/21/westafrica.france>. Acesso em: 05 abr. 2021.

ADLER, Emanuel; BARNETT, Michael. *Security Communities*. 2 Ed. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 2000. 466 p.

ADLER, Emanuel; GREVE, Patricia. *When security community meets balance of power: overlapping regional mechanisms of security governance*. Review of International Studies, nº 35, 2009. Disponível em: http://journals.cambridge.org/abstract_S0260210509008432. Acesso em: 22 maio 2021.

ALDRICH, Robert. *Greater France: a History of French Overseas Expansion*. Nova Iorque, NY, EUA: St. Martin's Press, 1996. 369 p.

BAYLIS, John; OWENS, Patricia; SMITH, Steve. *The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations*. 6a Ed. Londres, Reino Unido: Oxford University Press, 2014. 596 p.

BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO. *Infrastructure and Urban Development: Annual Report 2018*. Abidjan, Costa do Marfim, 2019. 72 p. Dados disponíveis em: <https://www.afdb.org/en/documents/document/infrastructure-and-urban-development-department-annual-report-2018-109284>. Acesso em: 13 jun. 2021.

_____. *Perspectivas Económicas em África 2021*. Abidjan, Costa do Marfim, 2021. Disponível em: <https://www.afdb.org/en/documents/perspetivas-economicas-em-africa-2021>. Acesso em: 05 jun. 2021.

BLAKEMORE, Erin. *When France Pulled the Plug on a Crucial Part of NATO: the first major crisis faced by the alliance that shook member nations deeply*. History.com, 2018. Disponível em: <https://www.history.com/news/france-nato-withdrawal-charles-de-gaulle> Acesso em: 04 abr. 2021.

BONIFACE, Pascal. *Requiem Pour Le Monde Occidental*. 1 Ed. Paris, França: Éditions Eyrolles, 2019. 110 p.

_____. *La Géopolitique*. 7 Ed. Paris, França: Éditions Eyrolles, 2020. 207 p.

_____. *50 Idées Reçues Sur L'état du Monde: Édition 2021*. Paris, França: Ed. Armand Colin, 2021. 158 p.

BRAGA, Marcus Vinicius Santos Ramos. *Entrevista Não Estruturada sobre Cooperação Internacional Brasileira e a Seção de Organismos Globais do Ministério da Defesa*. Rio de Janeiro, RJ, 2021. Entrevista concedida a Henrique de Castro Pinto Homem não publicada.

BRAINSTORMING Assessoria de Planejamento. *Construindo o Futuro: O Método Grumbach de Gestão Estratégica*. Rio de Janeiro, 2006. 34 p.

BRASIL, Presidência da República. *Brasil Um País em Busca de Uma Grande Estratégia: Relatório de Conjuntura Nº 1*. Brasília, DF: Secretaria-Geral da Presidência, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/brasil-um-pais-em-busca-de-uma-grande-estrategia-1.pdf/@download/file/brasil-um-pais-em-busca-de-uma-grande-estrategia.pdf>. Acesso em 07 jun. 2021.

_____. Marinha do Brasil, Estado-Maior da Armada. *EMA-305 - Doutrina Militar Naval (DMN)*. 1ª Ed. Brasília, DF, 2017a.

_____. *Decreto Nº 5.294 de 1º de dezembro de 2004, alterado pelo Decreto Nº 8.125 de 2013 e pelo Decreto nº 10.017 de 2019* que fixa a lotação dos Adidos, Adjuntos e Auxiliares de Adidos Militares junto às representações diplomáticas no exterior e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil da Presidência da República, 2019.

_____. *Política Nacional de Defesa (PND) e Estratégia Nacional de Defesa (END)*. Brasília – DF, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf. Acesso em: 07 jun. 2021.

_____. Marinha do Brasil. *Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040)*. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada, Brasília, DF, 2020a.

_____. Ministério da Defesa. *Histórico da Participação Brasileira em Missões da ONU*. Brasília, DF, 2020b. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/copy_of_missoes-de-paz/historico-da-participacao-brasileira-em-missoes-da-onu. Acesso em: 01 jul. 2021.

_____. Marinha do Brasil. *Plano de Cooperação Bilateral entre a Marinha do Brasil e a Marinha Nacional Francesa*. Brasília, DF: Estado-Maior da Armada, 2020c.

_____. *Política Naval*. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada, Brasília, DF, 2021. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/sites/default/files/politicanaval_site.zip. Acesso em 07 jun. 2021.

_____. Ministério das Relações Exteriores (MRE). *Candidatura do Brasil ao Conselho de Segurança das Nações Unidas 2022-2023: Upholding Principles, Promoting Freedom*. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2021a. 44 p. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-1144>. Acesso em: 15 jun. 2021.

_____. Marinha do Brasil. Escola de Guerra Naval. *Método de Análise Geopolítica da Escola de Guerra Naval*. Rio de Janeiro, RJ: EGN, 2021b.

BRASIL, FRANÇA. *Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa: Plano de Ação*. Brasília, DF, 2008. Disponível em: [file:///C:/Users/Windows10/Downloads/França - Plano de Ação - Parceria Estratégica\(1\).pdf](file:///C:/Users/Windows10/Downloads/França - Plano de Ação - Parceria Estratégica(1).pdf). Acesso em: 15 jul. 2021.

BUZAN, Barry, HANSEN, Lene. *A Evolução Dos Estudos De Segurança Internacional*. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2012. 432 p.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. *Regions and Powers: The Structure of International Security*. New York, NY, EUA: Cambridge University Press, 2003. 560 p.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; WILDE, Jaap de. *Security: a new framework for analysis*. 1 Ed. Londres, RU: Lynne Rienner Publishers, 1998. 239 p.

CASTRO, Therezinha de. *África: Geohistória, geopolítica e relações internacionais*. Coleção General Benício, V. 189. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981. 245 p.

CHAFER, Tony. *The End of Empire in French West Africa: France's Successful Decolonization?* 1 Ed. New York, NY. EUA: Berg Editorial, 2002. 264 p.

_____. From Confidence to Confusion: Franco-African Relations in the Era of Globalisation. In: MACLEAN M., SZARKA J. *France on the World Stage: French Politics, Society and Culture Series*. Londres, RU: Palgrave Macmillan, 2008. p. 37-56. Disponível em: https://doi.org/10.1057/9780230582934_3. Acesso em: 02 mar. 2021.

COHEN, Saul Bernard. *Geopolitics: The Geography of International Relations*. 3 Ed. Lanham, ML, EUA: Rowman and Littlefield, 2015. 491 p.

CONTINI, Alaerte A. M. *Da Geopolítica Clássica à Geopolítica Crítica*. São Paulo: Âmbito Jurídico, 2009. Não Paginado. Disponível em: https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-69/da-geopolitica-classica-a-geopolitica-critica/#_ftn4. Acesso em: 22 abr. 2021.

CORRADI, Juan. *Strategic Impasse: Social Origins of Geopolitical Disarray*. 1a Ed. Nova Iorque, NY, EUA: Routledge, 2019. 149 p.

COUTAU-BÉGARIE, Hervé. *Tratado de Estratégia*: Hervé Coutau-Bégarie. Tradução de Brigitte Bentolila de Assis Manso *et al.* Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010. 1 v. Original em francês.

DENTON, Ginger L.; HARRIS, Jonathan R. *Maritime Piracy, Military Capacity, and Institutions in the Gulf of Guinea: Terrorism and Political Violence*. Routledge, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09546553.2019.1659783>. Acesso em: 06 jun. 2021.

FLINT, Colin. *Introduction to Geopolitics*. 3a Ed. New York, NY, EUA: Routledge, 2017. 448 p.

FOX, Amos C. *In Pursuit of a General Theory of Proxy Warfare*: land warfare paper 123. Institute of Land Warfare at the Association of the United States Army, 2019. 20p. Disponível em: <https://www.ausa.org/sites/default/files/publications/LWP-123-In-Pursuit-of-a-General-Theory-of-Proxy-Warfare.pdf>. Acesso em: 05 maio 2021.

FRANÇA. Direction de l'Information Légale et Administrative. *Livre Blanc de Défense et Sécurité Nationale - 2013*. Paris, 2013.

_____. Ministère Des Armées. *Les Forces Françaises Prepositionnées*. Paris, 2016.

_____. Direction de l'information légale et administrative. *Revue Stratégique de Défense et de Sécurité Nationale - 2017*. Paris, 2017.

_____. Ministère de l'Europe et des Affaires Étrangères. *La Direction de la Coopération de*

Securite et de Défense. Paris, 2017a. Disponível em: <https://www.diplomatie.gouv.fr/fr/politique-etrangere-de-la-france/securite-desarmement-et-non-prolifération/nos-alliances-et-cooperations/la-cooperation-de-securite-et-de-defense/la-direction-de-la-cooperation-de-securite-et-de-defense/>. Acesso em: 01 maio 2021.

_____. Ministère Des Armées. *Présentation de la Direction Générale des Relations Internationales et de la Stratégie (DGRIS)*: Plaquette de présentation. Paris, 2017b. Disponível em: <https://www.defense.gouv.fr/dgris/presentation/presentation/presentation-de-la-dgris>. Acesso em: 22 maio 2021.

_____. *LOI no 2018-607 du 13 juillet 2018 relative à la programmation militaire pour les années 2019 à 2025 et portant diverses dispositions intéressant la défense*. Paris: Journal Officiel de la République Française, 2018.

_____. Ministère de l'Europe et des Affaires Étrangères. *La Cooperation De Securite Et De Defense*. Paris, 2019. Disponível em: <https://www.diplomatie.gouv.fr/fr/politique-etrangere-de-la-france/securite-desarmement-et-non-prolifération/nos-alliances-et-cooperations/la-cooperation-de-securite-et-de-defense/>. Acesso em: 01 maio 2021.

_____. Ministère de l'Europe et des Affaires Étrangères. *Les Écoles Nationales à Vocation Régionale*. Paris, 2019a. Disponível em: <https://www.diplomatie.gouv.fr/fr/politique-etrangere-de-la-france/securite-desarmement-et-non-prolifération/nos-alliances-et-cooperations/la-cooperation-de-securite-et-de-defense/les-ecoles-nationales-a-vocation-regionale/>. Acesso em: 10 maio 2021.

_____. Ministère Des Armées. *Les Chiffres Clés De La Défense Édition 2020*. Paris, 2020.

_____. Ministère Des Armées. *Dossier de Presse. Opération Chammal*: Décembre 2020. Paris, 2020a.

_____. Direction de l'information légale et administrative. *Actualisation Stratégique-2021*. Paris, 2021.

_____. Ministère Des Armées. *Dossier de Presse. Opération Barkhane*: Janvier 2021. Paris, 2021a.

FREITAS, Jorge Manoel da Costa. *A Escola Geopolítica Brasileira*: Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos e Therezinha de Castro. 1ª Ed. Rio de Janeiro, RJ: Biblioteca do Exército Editora, 2004. 135 p.

GINIO, Ruth. *French Colonialism Unmasked: The Vichy Years in French West Africa*. 1 ed. Lincoln, Nebraska, EUA: University of Nebraska Press, 2006. 244 p.

GRAY, Colin S. *Modern Strategy*. 1. Ed. Nova Iorque, NY, EUA: Oxford University Press, 1999. 413 p.

_____. *The Strategy Bridge: Theory for Practice*. 1. Ed. Nova Iorque, NY, EUA: Oxford University Press, 2010. 308 p.

_____. *Nicholas John Spykman, the Balance of Power, and International Order*. Routledge, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/01402390.2015.1018412>. Acesso em: 01 fev. 2021.

GUZZINI, Stefano. *Power, Realism and Constructivism*. 1 Ed. Nova Iorque, NY, EUA: Routledge, 2013. 341 p.

HAUTECOUVERTURE, Benjamin; MAITRE, Emmanuelle. *La France et La Dissuasion Nucléaire: le discours de l'École de Guerre du président Macron*. Paris, France: Fondation pour la Recherche Stratégique, 2021. Disponível em: <https://www.frstrategie.org/publications/notes/france-dissuasion-nucleaire-discours-ecole-guerre-president-macron-2020>. Acesso em: 16 abr. 2021.

HOLLAND, François. *Préface du Président de la République*. In: FRANCE. *Livre Blanc Défense et Sécurité Nationale - 2013*. Direction de l'information légale et administrative. p. 7-8. Paris, 2013.

INSTITUT DE RELATIONS INTERNATIONALES ET STRATÉGIQUES (IRIS). *Pascal Boniface Biography*, 2021. Disponível em: <https://www.iris-france.org/chercheurs/pascal-boniface/>. Acesso em 04 abr. 2021.

KELLY, Phil. *Classical Geopolitics: A New Analytical Model*. Stanford, California: Stanford University Press, 2016. 210 p.

KENNEDY, Paul. *Grand Strategies in War and Peace*. 1. Ed. Londres, Reino Unido: Yale University Press, 1991. 228 p.

KORYBKO, A. *Hybrid Wars: The Indirect Adaptive Approach to Regime Change*. 1a Ed. Moscou, Russia: Moscow Peoples' Friendship University of Russia, 2015. 130 p.

KROTZ, Ulrich; SCHILD, Joachim. *Shaping Europe: France, Germany, and Embedded Bilateralism from the Elysée Treaty to Twenty-First Century Politics*. Nova Iorque, NY, EUA: Oxford University Press, 2015. 320 p.

LAMPERT, João A. de Araújo. *As Relações Internacionais Contemporâneas: desafios, ameaças e possibilidades para o Poder Naval brasileiro*. Os EUA e o regionalismo na costa oeste africana, reflexos para a segurança marítima no Golfo da Guiné. 2018. 97 f. Tese (Doutorado em Ciências Navais) - Curso de Política e Estratégia Marítimas, Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2018.

LE MIÈRE, Christian. *Maritime Diplomacy in the 21st Century: Drivers and Challenges*. 1. Ed. Nova Iorque, NY, EUA: Routledge, 2014. 147 p.

MACLEAN, Mairi. *Economic Management and French Business from de Gaulle to Chirac*. 1 ed. Nova Iorque, NY, EUA: Palgrave Macmillan, 2002. 312 p.

MACLEAN, Mairi; SZARZA Joseph. *France on the World Stage: Nation State Strategies in the Global Era*. 1 Ed. Nova Iorque, NY, EUA: Palgrave Macmillan, 2008. 237 p.

MACRON, Emmanuel. *Préface du Président de la République*. In: FRANCE. *Revue Stratégique de Défense et de Sécurité Nationale 2017*. p. 5-7. Direction de l'Information Légale et Administrative : Paris, 2017.

_____. *Discours sur la Stratégie de Défense et de Dissuasion Devant les Stagiaires de la 27ème Promotion de l'École de Guerre*. Paris, 07 fev. 2020. Disponível em: <https://www.elysee.fr/emmanuel-macron/2020/02/07/discours-du-president-emmanuel-macro>

n-sur-la-strategie-de-defense-et-de-dissuasion-devant-les-stagiaires-de-la-27eme-promotion-de-lecole-de-guerre. Acesso em: 03 abr. 2021.

MAGNOLI, Demétrio. *Relações Internacionais: teoria e prática*. São Paulo: Editora Saraiva, 2004. 862 p.

MALAN, Carlos A. Sampaio. *A História da Missão Militar Francesa Contratada em 1919 para Modernizar o Exército Brasileiro*. Porto Alegre, RS: GZH Almanaque, Grupo RBS, 2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/almanaque/noticia/2019/09/a-historia-da-missao-militar-francesa-contratada-em-1919-para-modernizar-o-exercito-brasileiro-ck08cl6lk0abl01qmvbv4xsn.html>. Acesso em: 07 jul. 2021.

MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica e Modernidade: a geopolítica brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002. 156 p.

_____. *Geopolítica*. 1. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército (Bibliex), 2011. 3 v.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *Quem tem Medo de Geopolítica*. São Paulo: Hucitec, Edusp.1999. 238 p.

MITCHELL, Martin D. *Using the principles of Halford J. Mackinder and Nicholas John Spykman to reevaluate a twenty-first-century geopolitical framework for the United States*. In: *Comparative Strategy*, V.39. Londres: Routledge, 2020. P. 407-424.

MORAVCSIK, Andrew. *Taking Preferences Seriously: A Liberal Theory of International Politics*. *International Organization*. v. 51. Nº 04, 1997. p. 513–553. Disponível em: www.jstor.org/stable/2703498. Acesso em: 4 jun. 2021.

MUNIZ, Alessandro D. dos Santos. *Entrevista Não Estruturada sobre as Ações Coordenadas pelo Comando de Operações Navais na África Atlântica*. Rio de Janeiro, RJ, 2021. Entrevista concedida a Henrique de Castro Pinto Homem não publicada.

NORTH, Douglas C. *Institutions: Institutional Change and Economic Performance*. 1 Ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. 152 p.

NYE, Joseph S. *Soft Power: The Evolution of a Concept*. *Journal of Political Power*, Routledge, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/2158379X.2021.1879572>. Acesso em: 15 mar. 2021.

NYE, Joseph S. Jr., WELCH, David A. *Understanding Global Conflict and Cooperation: an Introduction to Theory and History*. 10 Ed. Hoboken, NJ, EUA: Pearson Education Inc, 2017. 427 p.

OKAFOR-YARWOOD, Ifesinachi. *The Cyclical Nature of Maritime Security Threats: Illegal, Unreported and Unregulated Fishing as a Threat to Human and National Security in the Gulf of Guinea*. Routledge, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/19392206.2020.1724432>. Acesso em: 06 jun. 2021.

OKAFOR-YARWOOD, Ifesinachi; PIGEON, Maisie. *Stable Seas: Gulf of Guinea. One Earth Future*, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18289/OEF.2020.043>. Acesso em: 20 jun. 2021.

_____. *Executive Summary - Stable Seas: Gulf of Guinea*. One Earth Future, 2020a. Disponível em: <https://www.gogin.eu/en/2020/04/29/stable-seas-gulf-of-guinea>. Acesso em: 20 jun. 2021.

ONU. Department of Economic and Social Affairs, Population Division. *World Population Prospects 2019: Comprehensive Tables, Volume I*. Nova Iorque, EUA, 2019. Disponível em: <https://population.un.org/wpp/>. Acesso em: 26 jun. 2021.

ONUF, Nicholas G. *World of Our Making: Rules and rule in social theory and international relations*. Columbia, SC, EUA: University of South Carolina Press, 1989. 340 p.

PARMENTIER, Guillaume. French-American Relations after the Iraq War: How to Redefine the Relationship. In: MACLEAN M., SZARKA J. *France on the World Stage*. French Politics, Society and Culture Series. Londres, Reino Unido: Palgrave Macmillan, 2008. p. 20-36.

PAVARINA, Paula Pinsetta. Retornos crescentes, dependência da trajetória (Path Dependence) e o estudo da política - Paul Pierson. *Ideias*, Campinas, SP, v. 6, 2016. p. 335–392. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649473>. Acesso em: 08 maio 2021.

PECEQUILO, Cristina Soreanu; DO CARMO, Corival Alves. *O Brasil e a América do Sul: relações regionais e globais*. 1 ed. Rio de Janeiro, RJ: Alta Books Editora, 2015. 279 p.

PIERSON, P. *Increasing Returns, Path Dependence, and The Study of Politics*. In: *The American Political Science Review*. v. 94. n. 2, 2000. p. 251-267. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2586011>. Acesso em: 10 mar. 2021.

PUJARI, Sudarshan. *French Intervention in West Africa: Interests and Strategies (2013–2020)*. E-International Relations. Londres, Reino Unido: E-IR Publications Ltd, 2020. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2020/10/29/french-intervention-in-west-africa-interests-and-strategies-2013-2020/>. Acesso em: 03 abr. 2021.

RAVERA, Alexis. *As Escolas Nacionais com Vocação Regional: uma cooperação estrutural com sucesso crescente*. Apresentação proferida a convite do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA). Brasília, DF. 23 out. 2019.

RAYMOND, Gino. *Globalisation and the Specificity of the French Republic: the End of the French Counter-Model?*. *France on the World Stage: Nation State Strategies in the Global Era*. 1 Ed. Londres: Palgrave Macmillan, 2008. P. 213-228.

REEVES, Martin; HAANAES, Knut; SINHA, Janmejaya. *Sua Estratégia Precisa de uma Estratégia: como eleger e colocar em prática a melhor abordagem*. Tradução de Sieben Gruppe. São Paulo, SP: DVS Editora, 2015. 287 p. Original em inglês.

_____. *Navigating the Dozens of Different Strategy Options*. In: Harvard Business Review. Boston, MA, EUA, 2015a. Disponível em: <https://hbr.org/2015/06/navigating-the-dozens-of-different-strategy-options>. Acesso em: 02 maio 2021.

REINO UNIDO. Ministry of Defence, Development, Concepts and Doctrine Centre, Strategic Trends Programme. *Regional Survey: Africa out to 2045*. 2a Ed. Londres, Reino Unido, 2016. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/publications/regional-survey-africa-out-to-2045>. Acesso em: 10 mar. 2021.

REIS, Reginaldo G. Garcia. *Atlântico Sul e Amazônia Azul: um desafio geopolítico para a sociedade brasileira?* In: Revista Âncoras e Fuzis, n. 47. Rio de Janeiro, 2016. p. 12-19.

_____. *O Ocaso e o Renascer da Geopolítica: a força de uma “palavra”?* Revista Marítima Brasileira. V140. Rio de Janeiro. 2020. p. 35-49.

SALADINO, Alejandra; PEREIRA, Rodrigo. *Arqueologia histórica*. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. DICIONÁRIO IPHAN de Patrimônio Cultural. 2. ed. Brasília, DF: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.

SCHOLVIN, Sören. *The Geopolitics of Regional Power: Geography, Economics and Politics in Southern Africa*. Leibniz Universität. Hannover, Germany: Ashgate Publishing Company, 2014. 236 p.

SCHNITZLER, Gaspard. *Actualisation stratégique 2021 du ministère des Armées: que retenir?* Paris, França: IRIS, 2021. Disponível em: <https://www.iris-france.org/154730-actualisation-strategique-2021-du-ministere-des-armees-que-retenir/>. Acesso em: 10 maio 2021.

SHURKIN, Michael. *France's War in Mali: Lessons for an Expeditionary Army*. RAND Corporation, RR-770-A. Santa Monica, California, 2014. Disponível em: https://www.rand.org/pubs/research_reports/RR770.html. Acesso em: 20 maio 2021.

SILVA, Golbery do Couto e. *Planejamento Estratégico*. 1ª Ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1981. 536 p.

SILVA, Gutemberg de Vilhena; THÉRY, Hervé. *Geografia Política e Geopolítica Brasileira no Século XXI*. L'Espace Politique. Open Edition Journals V. 31-2107-1. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacepolitique/4116>. Acesso em: 01 jun.2021.

SILVA, Marcio Henrique Sousa da Silva. *Entrevista Não Estruturada sobre Cooperação Internacional Brasileira e Seção de Cooperação Internacional do Ministério da Defesa*. Rio de Janeiro, RJ, 2021. Entrevista concedida a Henrique de Castro Pinto Homem não publicada.

SIPRI - Stockholm International Peace Research Institute. *2021 SIPRI YEARBOOK Summary: Armaments, Disarmament, and International Security*. 2a Versão. Solna, Suécia: Oxford University Press, 2021. Disponível em: https://sipri.org/sites/default/files/2021-06/sipri_yb21_summary_en_v2_0.pdf. Acesso em: 07 jun. 2021.

SPYKMAN, Nicholas J.; ROLLINS, Abbie A. *Geographic Objectives in foreign Policy*. The American Political Science Review, V. 33, Nº 3, 1939. P. 391-410. Disponível em: www.jstor.org/stable/1948794. Acesso em: 4 Jul. 2021.

_____. *America's Strategy in World Politics*. The United States and the Balance of Power. Hartcourt Brace and Company. New York, 1942. 500 p.

SUNDBERG, Anna. *France - A Continuing Military Presence in Francophone Africa*. Studies in African Security. Estocolmo, Suécia: Swedish Defence Research Institute (FOI), 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/WINDOW~1/AppData/Local/Temp/FOIMemo6814-2.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2021.

TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M. *Geopolítica: do pensamento clássico aos conflitos contemporâneos*. 1. Ed. Curitiba: InterSaberes, 2017. 235 p.

THUDIUM, Guilherme P. Stamm; OTÁVIO, Anselmo. *Conselho de Segurança da ONU*. In: Dicionário de Segurança e Defesa. São Paulo, SP: Imprensa Oficial, 2018. 1218 p.

TILL, Geoffrey. *Seapower: A Guide for the Twenty-First Century*. 4. Ed. Rev e Atu. Londres, RU: Routledge, 2018. 458 p.

TROUPES DE MARINE, Comité National des Traditions des. *Dossier La coopération. L'Ancre D'Or*: Bazeilles: la revue des troupes de marine. No440. Benzons, Fr: Wagram Editions, 2021. 72 p.

UNIÃO AFRICANA. *African Integration Report: The Status of Regional Integration in Africa Advancing Intra-African Relations for Post-Covid Recovery*. Addis Abeba, Etiópia, 2020. 117p. Disponível em: <https://au.int/sites/default/files/documents/40071-doc-africanintegrationreport-englishjan28.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2021.

USA. Department of Defense. Joint Chiefs of Staff. *JP 3-16 Multinational Operations*. Washington-DC, 2019.

_____. Department of the Army. *Tradoc pamphlet 525-92. The Operational Environment and the Changing Character of Warfare*. Fort Eustis, Virginia, EUA, 2019.

UTLEY, Rachel. *Franco-African military relations: meeting the challenges of globalisation?* In: *Modern and Contemporary France*. V. 13. Londres: Routledge, 2005. p. 25-40.

WALTON, Dale. *Geopolitics and the Great Powers in the Twenty-First Century: Multipolarity and the revolution in strategic perspective*. New York, NY, EUA: Routledge, 2007. 152 p.

WENDT, Alexander. Anarchy Is What States Make of It: The Social Construction of Power Politics. *International Organization*. vol. 46, N°2, 1992. p. 391-425. Disponível em: www.jstor.org/stable/2706858. Acesso em: 4 jun. 2021.

_____. *Social Theory of International Politics*. Nova Iorque, NY, EUA: Cambridge University Press, 1999. 431 p.

ANEXO A

ILUSTRAÇÕES



FIGURA 1– Entorno Estratégico Brasileiro (EEB)
Fonte: PEM-2040 (BRASIL, 2020a, p. 18).

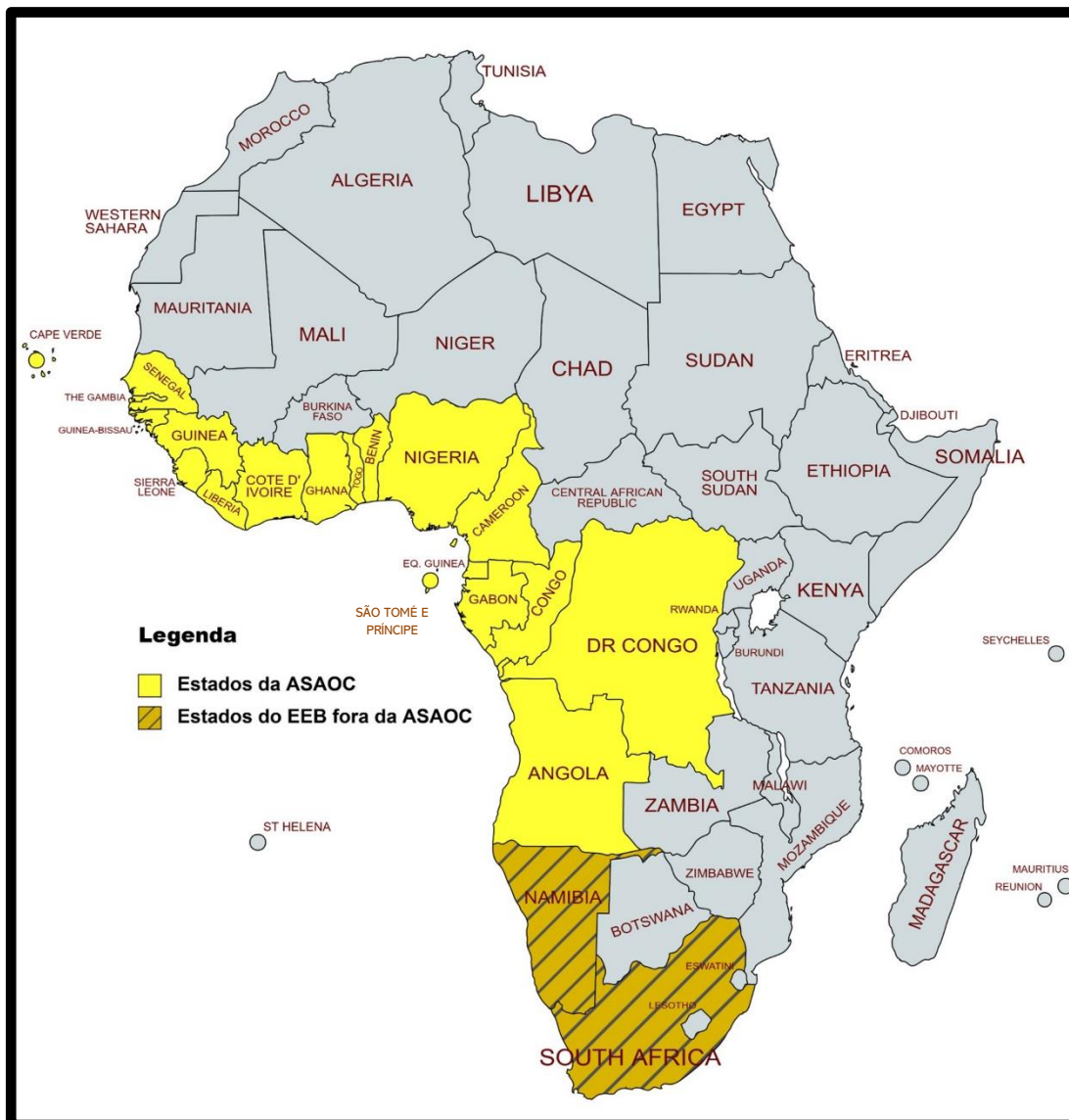


FIGURA 2 – África Subsaariana Atlântica Ocidental e Central (ASAOC)
 Fonte: própria.

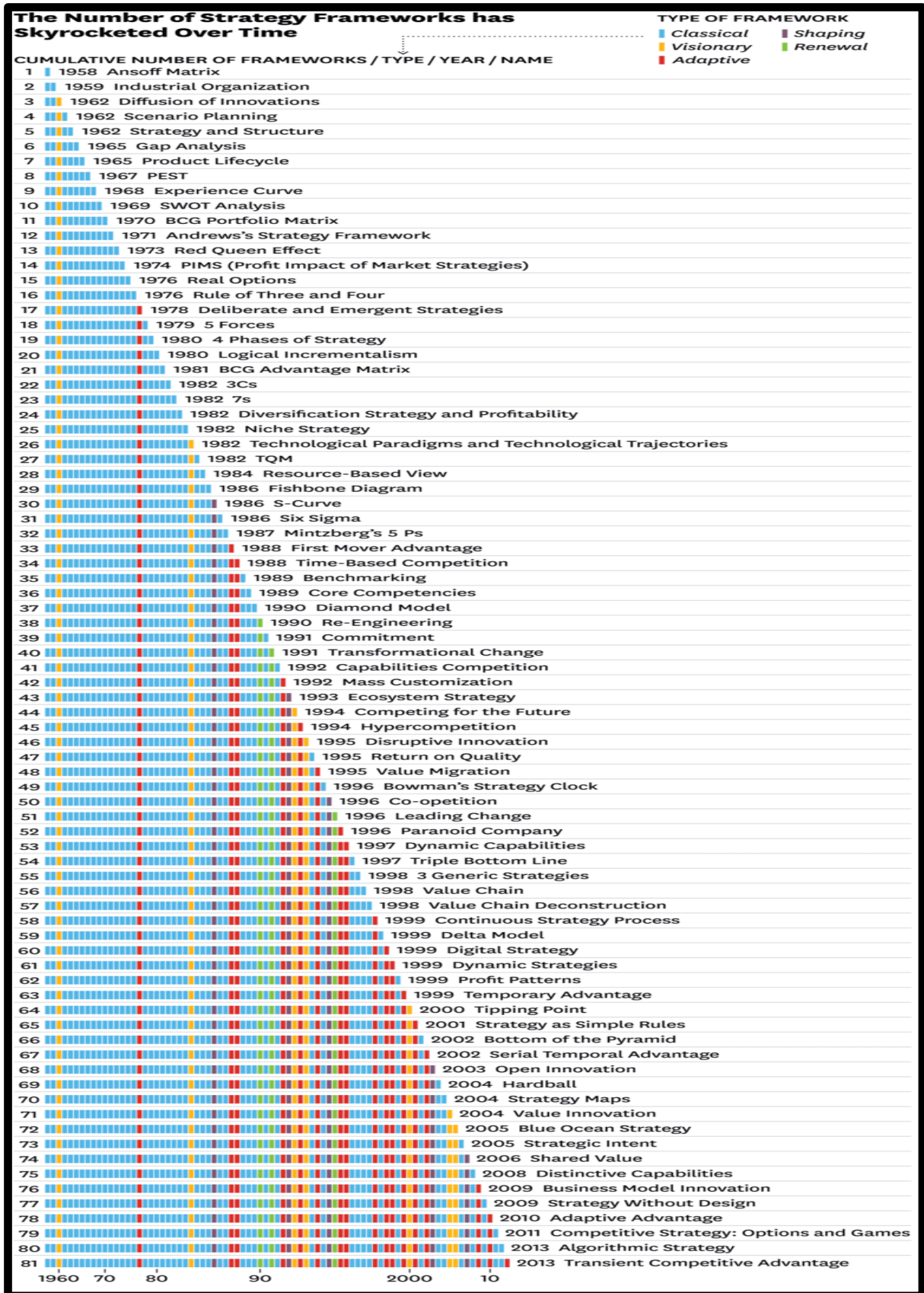


FIGURA 3 – Métodos Estratégicos disponíveis
 Fonte: REEVES *et al*, 2015a, p. 15.

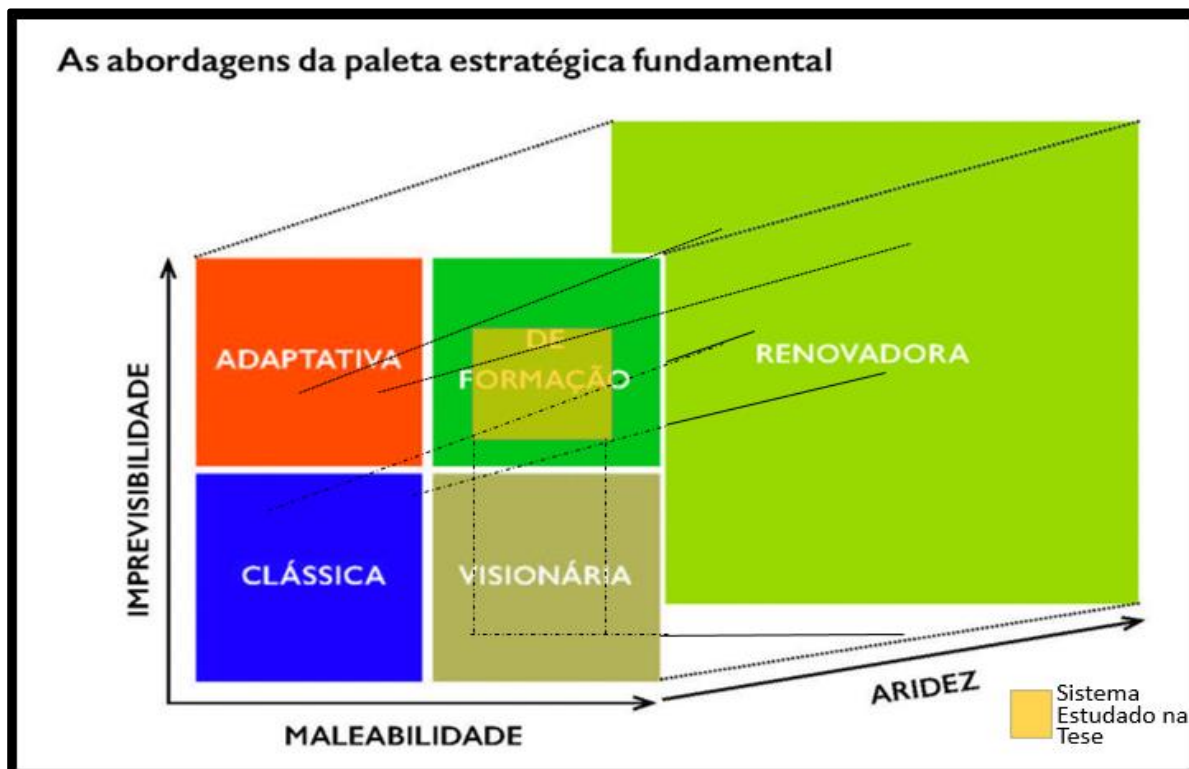


FIGURA 4 – Palheta de Estratégias Adaptada ao Sistema da Tese
 Fonte: REEVES *et al*, 2015, p. 18. (modelo original adaptado pelo autor)

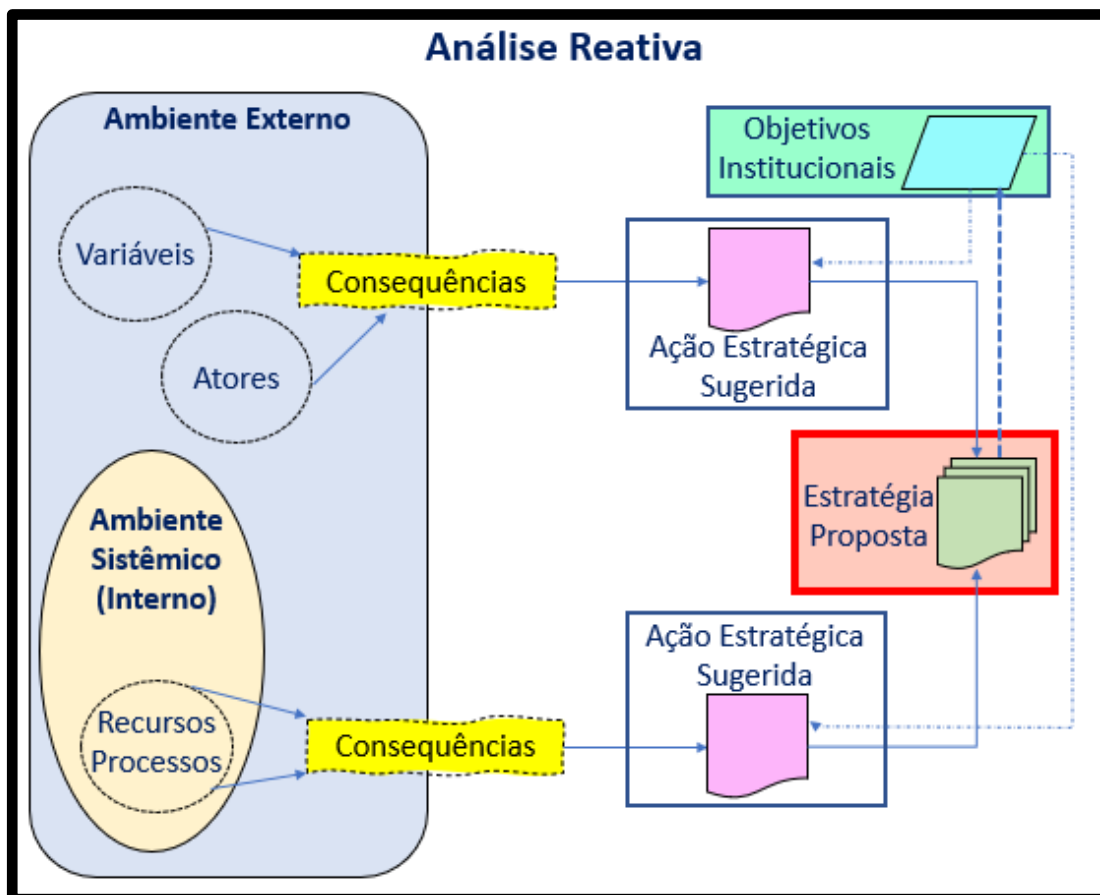


FIGURA 5 – Processo de Análise Reativa conforme o Método Grumbach
 Fonte: própria.

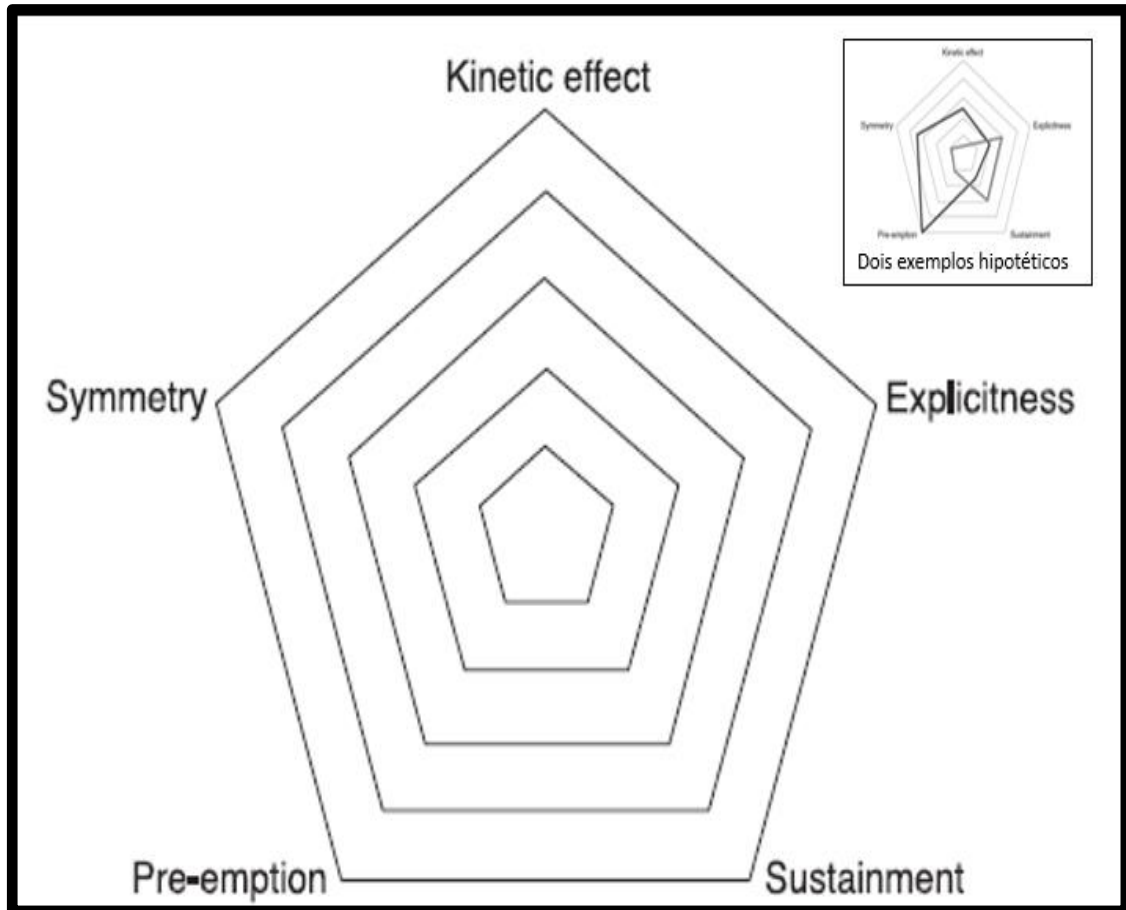


FIGURA 6 – Conduas existentes na Diplomacia Naval segundo Till e Le Mière
 Fontes: LE MIERE, 2014, p. 61 e TILL, 2018, p. 366. Adaptação própria.

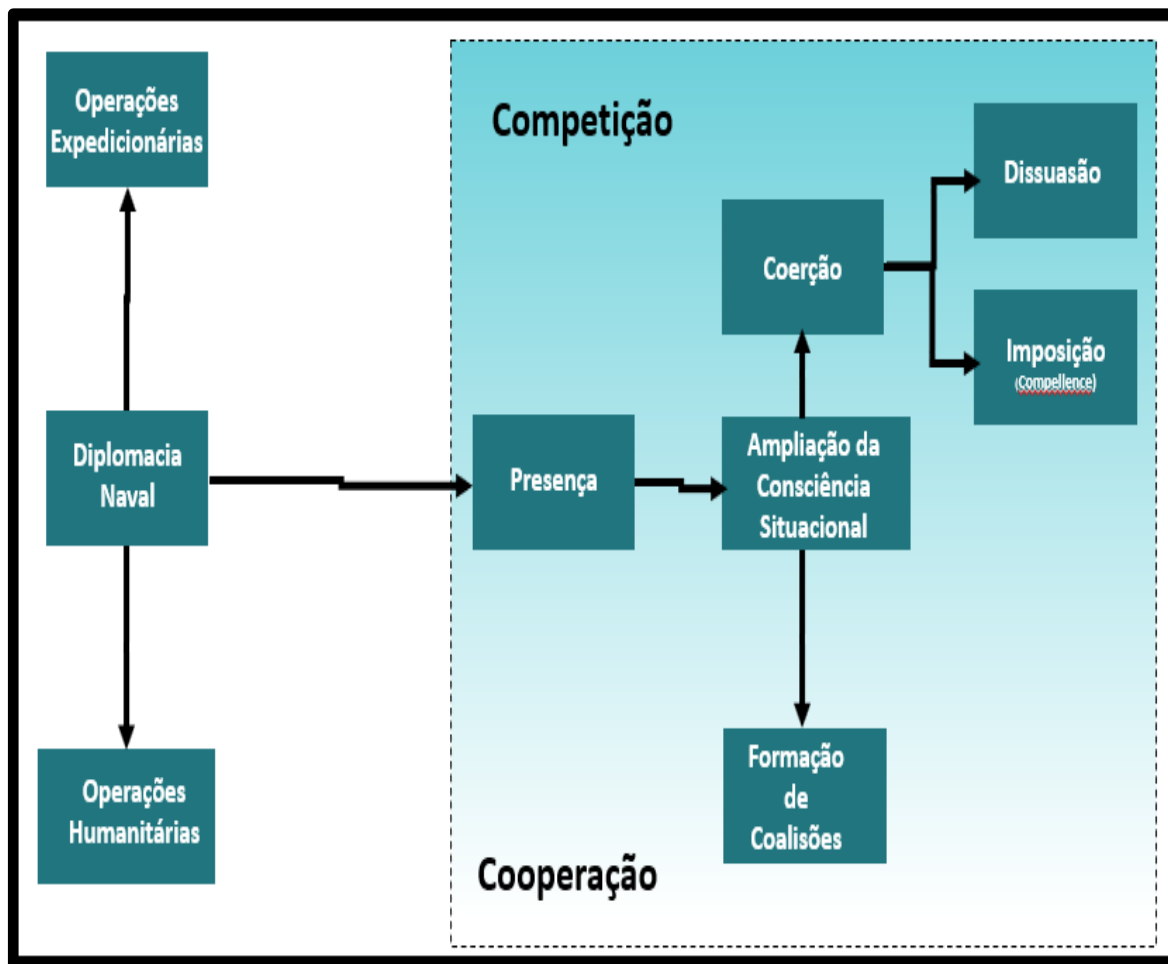


FIGURA 7 – Espectro de propósitos das ações da Diplomacia Naval segundo Till
 Fonte: TILL, 2018, p. 366. Original em inglês. Adaptação própria.

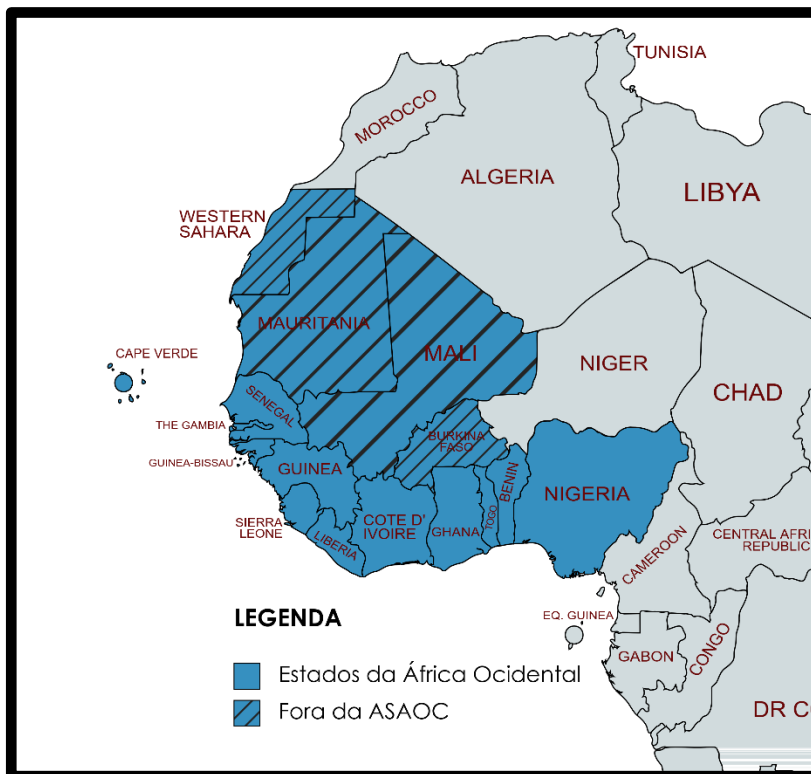


FIGURA 8 – África Ocidental
Fonte: própria.



FIGURA 9 – África Central
Fonte: própria.



FIGURA 10 – Golfo da Guiné (GdG) e Estados limítrofes
 Fonte: OKAFOR-YARWOOD; PIGEON, 2020, p. 01.



FIGURA 11 – Sahel Africano
 Fonte: <https://www.infoescola.com/geografia/geografia-da-africa/exercicios>.
 Acesso em: 05 jun. 2021.

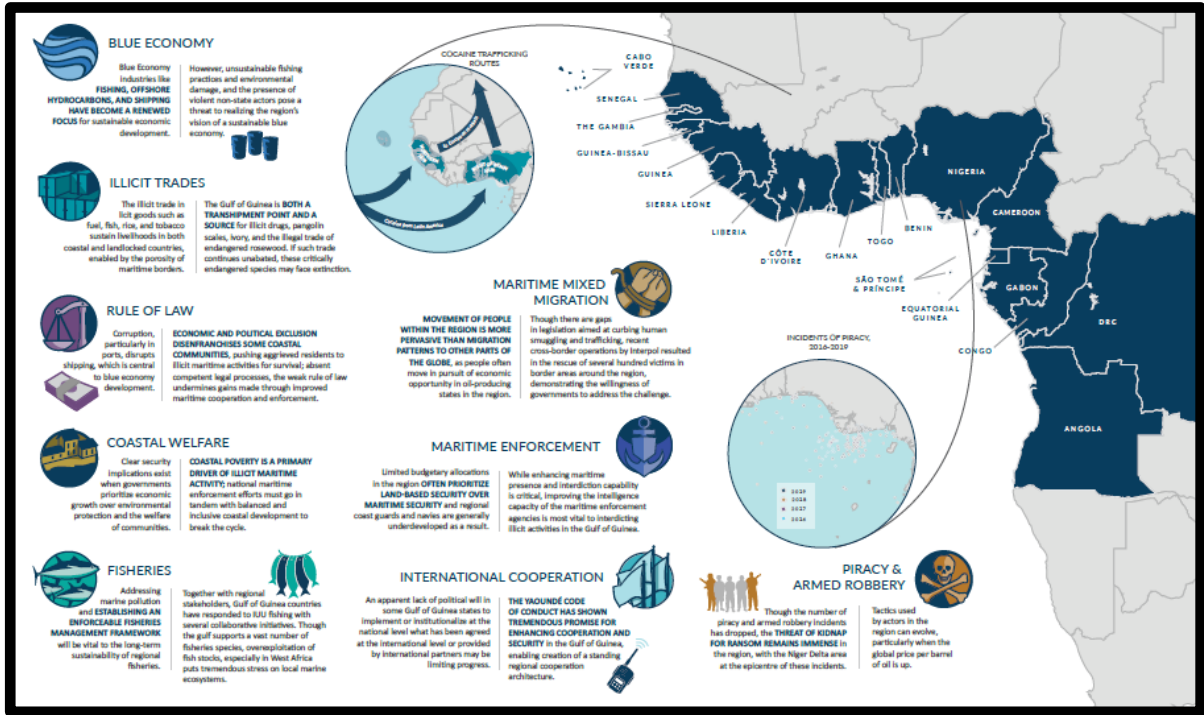


FIGURA 12 – O Golfo da Guiné e suas principais temáticas
Fonte: OKAFOR-YARWOOD; PIGEON, 2020a, p. 03.

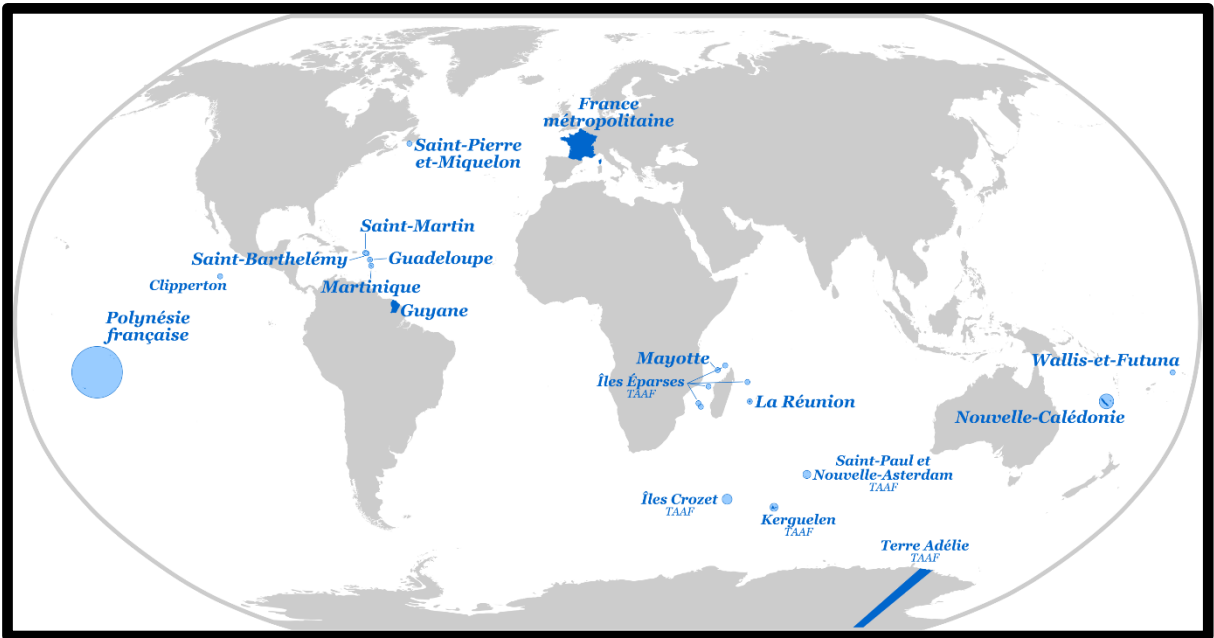


FIGURA 13 – Departamentos Regionais de Além-Mar e Comunidades Regionais de Além-Mar da República Francesa (DROM-COM)
Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:France_Overseas.svg. Acesso em: 06 jun. 2021.

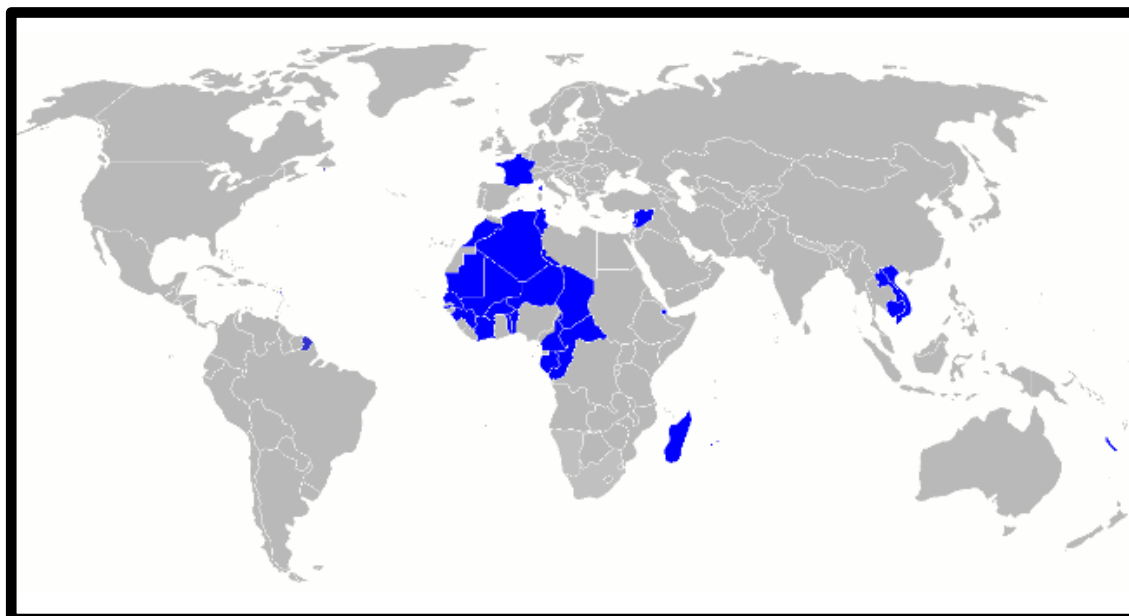


FIGURA 14 – O Império Francês em 1938
 Fonte: própria.



FIGURA 15 – Forças Armadas Francesas: Emprego Operacional (Jun. 2021)
 Fonte: https://www.defense.gouv.fr/operations/rubriques_complementaires/dispositif-operationnel-francais-deploye-a-travers-le-monde. Acesso em 18 ago. 2021.

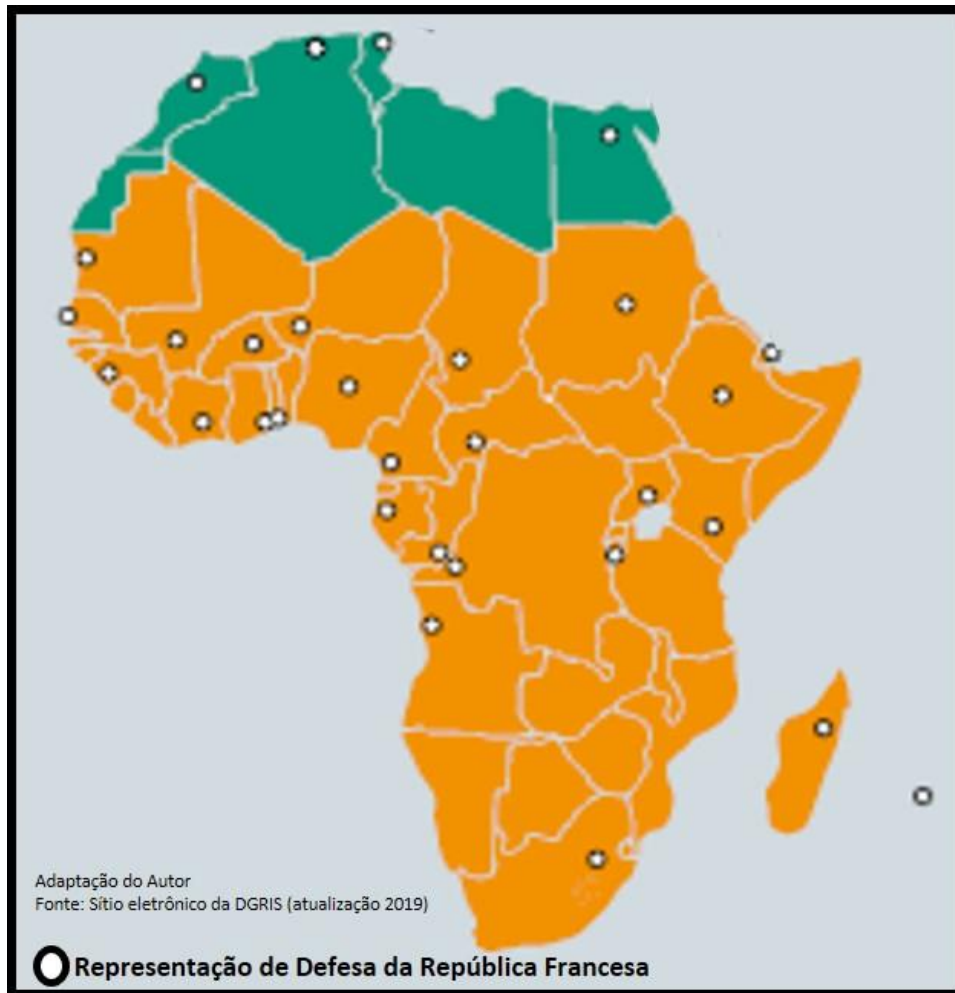


FIGURA 16 – Representações da Defesa Francesa na África
Fonte: FRANÇA, 2017b, p. 2. (adaptação própria)



FIGURA 17 – Escolas Nacionais de Vocação Regional
Fonte: RAVERA, 2020, p. 26.

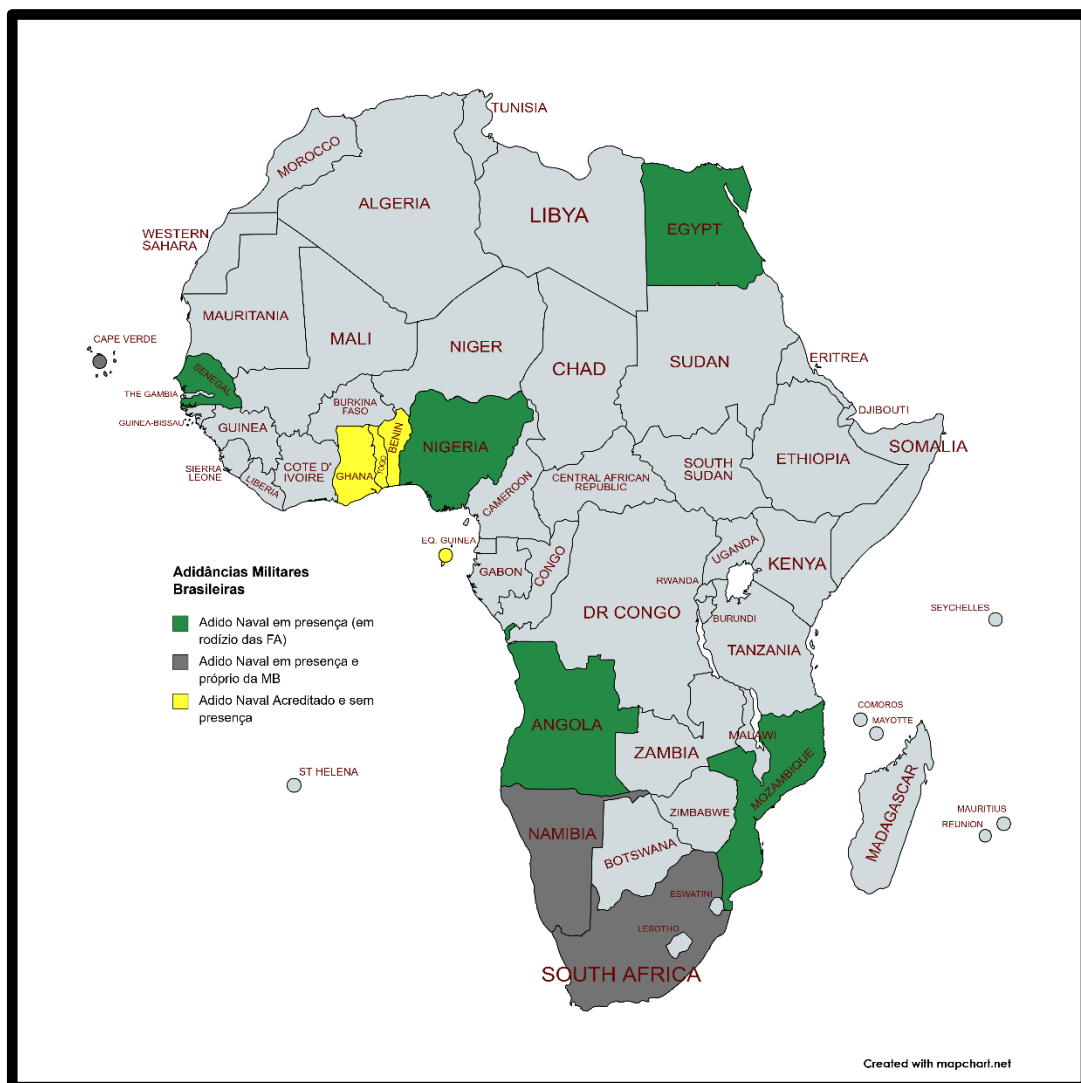


FIGURA 18 – Adidâncias Navais brasileiras na África
 Fonte: própria.

ANEXO B

TABELA 1

Exportações Francesas Para a África Subsaariana Atlântica Ocidental e Central

	em milhares de Euros	12 últimos meses	2020	2019
Costa do Marfim		1.254.000	1.126.000	1.102.000
Senegal		825.000	801.000	1.072.000
Nigéria		667.000	528.000	587.000
Camarões		530.000	519.000	520.000
Gabão		393.000	399.000	457.000
Congo		262.000	255.000	287.000
Angola		215.000	195.000	256.000
Gana		209.000	220.000	233.000
Togo		193.000	182.000	169.000
Benin		203.000	178.000	163.000
Guiné		153.000	149.000	148.000
República Democrática do Congo		166.000	142.000	133.000
Guiné Equatorial		16.000	22.000	33.000
Cabo Verde		22.000	18.000	28.000
Gâmbia		14.000	18.000	18.000
Serra Leoa		11.000	19.000	14.000
Guiné-Bissau		3.600	3.799	5.282
Libéria		11.000	11.000	5.000
São Tomé e Príncipe		2.150	2.680	2.394

Fonte: Le Chiffre du Commerce Extérieur. Disponível em: <https://lekiosque.finances.gouv.fr/>. Acesso em: 22 Ago. 2021.

Notas: (1) O Sítio Eletrônico "Le Chiffre du Commerce Extérieur" é um portal governamental francês, organizado pela Direção Geral de Impostos Alfandegários e Indiretos, permitindo acesso gratuito e disseminação de estatísticas sobre a troca de mercadorias entre a França e seus parceiros comerciais.

(2) Dados em milhares de euros *Free on Board*, ou seja, livres de todos os encargos e taxas de transporte.

TABELA 2

**Exportações Brasileiras Para a África Subsaariana Atlântica
Ocidental e Central**

	em dólares estadunidenses	2021 (até julho)	2020	2019
Nigéria		520.077.073	586.017.154	593.710.770
Angola		228.974.384	350.318.260	444.778.475
Libéria		196.919.456	223.333.294	257.316.865
Gana		155.652.729	198.413.535	130.639.847
Costa do Marfim		87.775.768	80.882.443	61.019.740
Senegal		84.643.118	175.860.458	135.418.988
República Democrática do Congo		63.112.723	80.589.602	50.467.715
Benin		61.608.999	127.398.501	98.986.576
Gâmbia		56.345.713	120.041.744	79.005.575
Togo		55.174.248	97.287.877	48.979.890
Guiné		45.512.570	88.481.080	49.955.592
Congo		41.918.151	73.500.144	22.248.977
Camarões		34.927.467	41.932.179	35.032.215
Serra Leoa		26.288.317	55.984.197	40.275.956
Gabão		14.616.302	29.490.419	37.790.687
Cabo Verde		12.646.007	24.861.644	24.777.490
Guiné Equatorial		11.427.029	44.844.316	9.496.894
São Tomé e Príncipe		2.040.489	3.083.209	3.229.926
Guiné-Bissau		1.189.478	3.459.273	4.189.551

Fonte: COMEX STAT. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>. Acesso em: 22 Ago. 2021.

Notas: (1) O Sítio Eletrônico COMEX STAT é um portal do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços brasileiro para acesso gratuito às estatísticas de comércio exterior do Brasil, permitindo consultas detalhadas das exportações e importações, com diversas variáveis da base federal de dados estatísticos.

(2) Dados em dólares estadunidenses *Free on Board*, ou seja, livres de todos os encargos e taxas de transporte.

TABELA 3

Militares brasileiros em missões de paz da ONU na África

Período de 2015 a 2022 (envios confirmados)

Quantitativo de Militares Brasileiros Enviados a Missões de Paz da ONU para a África				
Período de Abrangência - 2015 a 2022 (envios confirmados)			Quant	Status
MINURSO	<i>United Nations Mission for the Referendum in Western Sahara</i>	Missão das Nações Unidas para o referendo no Saara Ocidental	51	Ativa
MINUSCA	<i>United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central African Republic</i>	Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana	36	Ativa
MONUSCO	<i>United Nations Organization Stabilization Mission in the DR Congo</i>	Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo	53	Ativa
UNAMID	<i>United Nations – African Union Hybrid Operation in Darfur</i>	Missão das Nações Unidas e da União Africana em Darfur	4	Encerrada
UNIOGBIS	<i>United Nations Integrated Peacebuilding Office in Guinea-Bissau</i>	Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau	3	Encerrada
UNISFA	<i>United Nations Interim Security Force for Abyei</i>	Força Interina de Segurança das Nações Unidas para Abyei	11	Ativa
UNMIL	<i>United Nations Mission in Liberia</i>	Missão das Nações Unidas na Libéria	6	Encerrada
UNMISS	<i>United Nations Mission in South Sudan</i>	Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul	57	Ativa
UNOCI	<i>United Nations Operation in Côte d'Ivoire</i>	Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim	9	Encerrada

Fonte: SILVA, 2021. Dados consolidados pelo autor.

APÊNDICE A
PROPOSTA DE ESTRATÉGIA NAVAL ORIENTADA
ORDEM, LIBERDADE E PROGRESSO

1 FINALIDADE

A finalidade do Apêndice é apresentar, estruturadamente, os pontos relevantes da Estratégia Naval gerada para alcançar os Objetivos Navais (OBNAV) vigentes, relacionados à atuação do Poder Naval Brasileiro (PNB) na África Subsaariana Atlântica Ocidental e Central (ASAOC), considerando as decorrências da postura geopolítica e da ação militar da República Francesa na região.

O embasamento necessário foi consubstanciado a partir do estudo e das ilações expostas na Tese que internaliza este Apêndice, apresentada à Escola de Guerra Naval (EGN) como requisito parcial à conclusão do Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM) 2021.

2 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES RELEVANTES

A Estratégia Naval Ordem, Liberdade e Progresso foi assim nomeada para trazer à tona, já pelo nome, as ideias centrais que a nucleiam. Dessa forma, considera-se uma Estratégia Naval orientada, por se relacionar a um ambiente específico de interesse, a ASAOC, contida no Entorno Estratégico Brasileiro (EEB), e por endereçar um contexto peculiar: a interveniência da conduta geopolítica e das ações militares francesas nesse ambiente delimitado.

Igualmente, a Estratégia criada é orientada por se embasar em normas orientadoras vigentes da Política e da Estratégia de Defesa e Naval brasileiras, mormente: a Política Nacional de Defesa (PND); a Estratégia Nacional de Defesa (END); a Política Naval (PN); e o Plano Estratégico da Marinha (PEM2040).

As qualificações “ordem, liberdade e progresso” revelam sua concepção, de ênfase cooperativa, balizada por princípios que norteiam as sociedades dos Estados enfatizados. No caso francês, os principais documentos condicionantes considerados são: o Livro Branco de Defesa e Segurança Nacional, de 2013; A Estratégia de Defesa e Segurança Nacional Revisada, de 2017; e a Atualização Estratégica, lançada em 2021.

Nesse contexto de alinhamento colaborativo, importa citar que o Estado Brasileiro é o único parceiro estratégico francês na América do Sul. Esse grau de envolvimento se consolida pelo Plano de Ação da Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e

a República Francesa, assinado em 2006 e em vigor desde 2008. Por esse documento, os Estados fomentam a cooperação em variados e profundos temas, estando presentes a temática de Defesa e a associação para assistência mútua a terceiras regiões, com enfoque na África.

A Relação entre a Marinha do Brasil (MB) e a Marinha Nacional Francesa (MNF) tem base documental sólida e ações relevantes conduzidas, em intercâmbios tecnológicos e operacionais. Na ASAOC, ambas trabalham em prol da estabilidade, buscando ampliar o escopo de atividades e já com alguma integração.

3. O AMBIENTE ESTRATÉGICO

A conjuntura global assumiu um viés ambíguo e intrincado, que obriga os protagonistas sistêmicos a ampliarem a dimensão de sua influência e os métodos pelos quais conduzem suas intervenções. O presente, inclusive, revela disputas hegemônicas travadas por grandes potências, com foco geográfico na Eurásia, principalmente, no Sudeste Asiático.

Afastado fisicamente dessa região crítica, o EEB não é, todavia, uma área segura e estável. Ele incorpora Estados jovens, em desenvolvimento estrutural e social, em geral, detentores de riquezas pouco exploradas. Dentro do EEB, encontra-se a ASAOC, conformada por um espaço geográfico marítimo e terrestre, reunindo dezenove entes estatais africanos. Esses Estados, pertencem a duas sub-regiões continentais: a África Ocidental, de onde se incorporam doze de dezesseis países, e a África Central, com sete, de nove Estados em total.

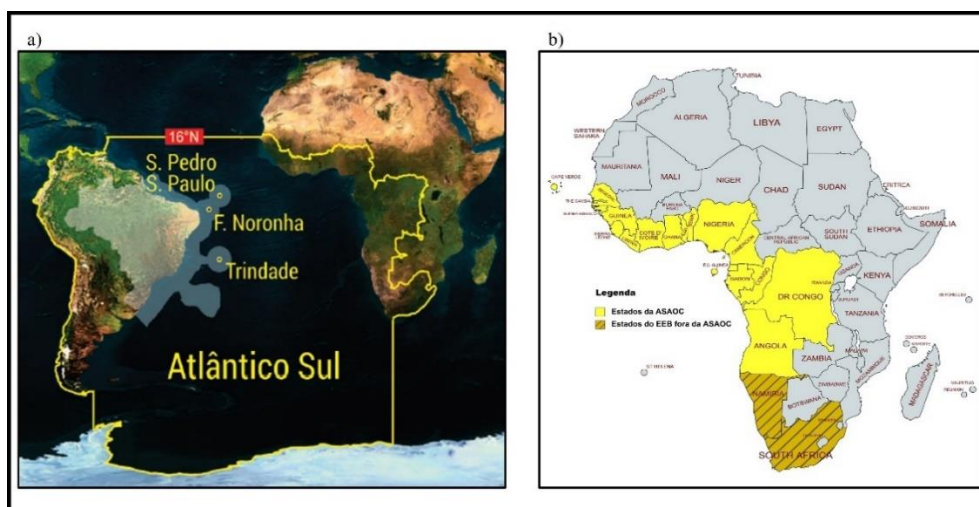


FIGURA 19 – O Ambiente Estratégico

a) Entorno Estratégico Brasileiro (EEB)

b) África Subsaariana Atlântica Ocidental e Central e Estados do EEB fora dela

Fonte: a) PEM-2040 (BRASIL, 2020a, p. 18).

b) própria.

A ASAOC foi assim delimitada por reunir condições e características que, mesmo sendo complexas, assemelham-se a ponto de serem abordadas em conjunção. No entanto, ressalva-se, no conjunto formado, a existência de Estados de menor e maior envergadura, em termos fisiográficos, potenciais e em relação a suas expressões de Poder Nacional, o que se percebe, por exemplo, comparando a República Democrática de São Tomé e Príncipe, um pequeno país insular, de cerca de 966 km² (área correspondente a, aproximadamente, 76% da do município do Rio de Janeiro) à República Federal da Nigéria, maior economia continental, cuja população, atualmente em crescimento, é estimada para ser a terceira maior do planeta em 2050, superando a dos EUA. Ver APÊNDICE B - Diagnóstico Nacional dos Estados da África Subsaariana Atlântica Ocidental e Central.

Um longo e inacabado processo de desenvolvimento, de uma forma geral, traduz-se, na região, por baixas condições estruturais e econômicas. Essas, por sua vez, alimentam a formação de um ambiente social instável e inseguro, onde tensões variadas convivem com riquezas potenciais, às quais atores estatais exógenos vêm apresentando interesse em explorar.

Nesse sentido, a atualidade vê registro de investimentos crescentes, tanto de atores de participação tradicional, como Estados Unidos da América (EUA), França, Reino Unido (RU) e Japão, quanto de novos, como Índia, China, Turquia e Malásia. Assim como os investimentos, os índices de desenvolvimento vêm melhorando, embora ainda haja lacunas e oportunidades diversas de evolução socioeconômica e de melhoria da infraestrutura coletiva.

A exploração de recursos naturais, particularmente óleo, gás e minerais, em muitos países da ASAOC, aumenta os índices de produção nacionais. Contudo, esse aumento não consegue trazer a condição social local a níveis adequados, em função das altas demandas pré-existentes, da baixa eficiência estatal e do isolamento, no qual vivem minorias mais carentes.

Nesse quadro, alguns aspectos relevantes merecem destaque por gerarem instabilidade local, com potencial para causar crises de escala global:

- o crescimento populacional contínuo e significativo, que mesmo ampliando o desenvolvimento no longo prazo, agrava a escassez e a desigualdade de forma mais imediata, com reflexos imediatos na estabilidade social e na segurança;

- a migração urbana, pela evolução desproporcional das cidades, se comparada ao ambiente rural, gerando concentração humana exacerbada, redução da qualidade de vida, escassez, criminalidade e aparecimento de milícias nos grandes centros, causando também um distanciamento econômico e social, com apelo religioso, posto que as áreas agrícolas africanas, menos favorecidas, são, em geral, ocupadas por etnias muçulmanas e as cidades, por cristãos;

- a disparidade econômica entre Estados com e sem disponibilidade suficiente de

recursos naturais, o que dificulta o empreendimento coletivo e a “securitização” regional de temas para soluções de problemas locais;

- a intensa e crescente demanda por assistência humanitária, devido aos conflitos e à escassez, exacerbada pelas restrições durante a pandemia da COVID-19, que restringiu as atividades econômica, produtiva, comercial e a subsistência, tornando críticas a insegurança alimentar e a sanitária;

- os conflitos armados, cujos índices, na ASAOC, vêm aumentando a números alarmantes e que, em 2020, atingiram seis dos seus dezanove Estados: Angola, Camarões, Costa do Marfim, República Democrática do Congo (RDC), Guiné e Nigéria;

- a proximidade ao Sahel africano, região assolada por ameaças transnacionais como o terrorismo, as milícias armadas, os grupos violentos de orientação religiosa ou criminal, e onde a instabilidade vem sendo combatida localmente em esforço multilateral, com apoio significativo de parceiros exógenos, o que produz evasão em massa de refugiados e fluidez de perigos multifacetados para a ASAOC, ampliando a insegurança e contribuindo para a instabilidade e a escassez;

- a problemática inserida no contexto do Golfo da Guiné (GdG), ambiente marítimo situado na porção oeste da ASAOC, que representa um ponto crítico do comércio mundial, possuindo grande potencial econômico, mas que se encontra envolto em instabilidade, criminalidade e violência, associadas à incapacidade de governança estatal. Esse quadro faz surgirem atribuições multifacetadas, tais como: a Pesca Ilegal, Não Declarada e Não Regulamentada (*IUU*); a pirataria e o roubo no mar; a poluição e o despejo de lixo tóxico; o tráfico de pessoas; o comércio ilícito de armas, de drogas e o contrabando; e os atos terroristas no mar. Essa conjuntura transformou o GdG em um dos ambientes de segurança marítima mais desafiadores e complexos do globo, especialmente em termos de pirataria e roubo no mar, no que é considerado o principal foco mundial.

Mirando a região como um todo, no que se inclui o GdG, percebem-se dinâmicas conflituosas e tensões de origens múltiplas que se aproveitam, para crescer, de incapacidades dos Estados locais, da desassistência à população, da falta de governança e da desigualdade social. No entanto, há que se reportar um esforço colaborativo na tentativa de aliviar a sociedade local através da assistência internacional financeira, havendo também a cooperação presencial exógena e a associação de Estados endógenos, formando ambientes coletivos das Comunidades e dos Fóruns regionais. Esses, cada vez mais, voltam-se à integração ampla, no que se insere a formação de um espaço mútuo pacífico, estável e próspero.

4 OPORTUNIDADES E AMEAÇAS PARA O PODER NAVAL BRASILEIRO

A República Francesa, potência de escala global, age por seus interesses no SI seguindo um ideário democrático, de soberania e independência decisória, enfatizando a cooperação e o multilateralismo. Sua Estratégia Militar conjuga a dissuasão nuclear à capacidade de emprego convencional oportuno e adequado, em alcance global, que se sustenta por meio de pronta resposta e pelo pré-posicionamento no exterior. As forças pré-posicionadas são vez, aptas a realizar operações combinadas, a colaborar em crises regionais e apoiar Estados parceiros locais.

A cooperação militar é um expediente bastante empregado pelo poder militar francês com foco em segurança e estabilidade regionais, em especial na África, devido: aos laços históricos; aos muitos franceses residentes; à insegurança comercial marítima; e aos refúgios de grupos extremistas existentes. Na ASAOC, há, inclusive, parcerias para ampliar a segurança interna de forma integral, desde a formação até o acompanhamento em combate.

Para a segurança marítima, há esforços operacionais, tais como as Operações *Corymbe*, *African* e *Grand African NEMO*, visando reduzir a ameaça transnacional no GdG e capacitar forças navais parceiras para enfrentá-la. Em terra, destaca-se a ação antiterror em apoio aos Estados do Sahel, habilitando, suportando e acompanhando as Forças Armadas (FA) parceiras locais, enquanto, colateralmente, empreendem assistência humanitária. Outras colaborações têm também destaque, como as *European Union Training Mission (EUTM)* e as Escolas Nacionais com Vocação Regional (ENVR). Estas, de temática útil e variada, bem difundidas na ASAOC, com protagonismo francês e sinergia de governos hospedeiros.

Para executar seu esforço integral, o Estado Francês convida parceiros à colaboração, o que tende a reduzir encargos dos participantes. Além disso, eventualmente, a ação de novos parceiros legitima e pacifica a presença francesa, quando e se questionada por minorias em relação a questões históricas passadas.

O Brasil, como potência regional, incorpora fatores históricos, facilitadores de “penetração” na África, cooperando também para a estabilidade local e, acessoriamente, buscando ampliar sua influência. A participação militar ocorre com constância, em temas e portes variados, incluindo, desde elementos isolados a grandes contingentes, agindo, inclusive, em espaços marítimos e terrestres. Na atualidade, há espaço para ações legítimas, permissíveis e justificáveis de Diplomacia Naval brasileira, a serem conduzidas pelo PNB na ASAOC. Entretanto, há decorrências da conjuntura apresentada, expressas por oportunidades e ameaças relevantes e que precisam ser consideradas para a materialização de iniciativas.

OPORTUNIDADES:

- A conformação do equilíbrio de poder e as reconfigurações de forças em escala global, em função das disputas hegemônicas, tendem a criar hiatos de influência em áreas afastadas dos centros de tensão. Tal situação gera espaço estratégico para ampliar a presença e para a “penetração” com maior liberdade de ação, em regiões menos fulcrais, como a ASAOC.

- O manifesto interesse franco-brasileiro em conduzir ações combinadas na ASAOC é uma conveniência motriz, especialmente se associada à necessária redução de encargos, em eventos de elevada razão entre resultados e custos. Nesse contexto, visualiza-se:

- a ampliação da participação brasileira em operações francesas na ASAOC ou de atores parceiros com atuação francesa, tais como a *Grand African Nemo*;

- o emprego de assessoria e experiência francesas nas operações combinadas de segurança marítima como modelo para ações brasileiras similares;

- o uso das experiências exitosas e lições aprendidas na FTM-UNIFIL e CTF 151 para capitanear exercícios e treinamentos combinados, inclusive mais além do ambiente exclusivamente marítimo, ponderando-se sobre a possibilidade da realização de ações terrestres de caráter naval e de eventos com projeção anfíbia em temas assistenciais e de apoio à ordem;

- a exploração das “Forças de Presença” francesas, dispostas em Bases Operacionais Avançadas (BOA) ou Polos Operacionais de Cooperação (POC) na ASAOC, como simplificadores de iniciativas operacionais brasileiras na região, posto serem voltadas a conduzir cooperações técnicas, promover estabilidade regional e operar como bases de apoio;

- o envio de destacamentos de Operações Especiais (OpEsp) da MB, em subespecialidades diversas, às Operações estadunidenses *Flintlock* ou iniciativas similares, especialmente em Estados francófonos e com participação militar francesa, para cooperações e, simultaneamente, para adquirirem informações situacionais e conhecimento técnico;

- a participação assídua e em múltiplas áreas de conhecimento nas cooperações técnicas franco-africanas, por serem entrada oportuna e acessível à formação e capacitação de parceiros africanos. Nesses eventos, a atitude proativa e profissional do corpo docente agrega excelente representatividade estatal, com custos menores, se relacionada ao envio de meios e tropas a operações. Tal atividade pode ser materializada a partir de iniciativas como as ENVR, capitaneadas pela França, salientando-se que há temáticas típicas navais e terrestres de caráter naval, nas quais efetivos da MB destacar-se-iam. Ainda nesse contexto, o envio de um *Jungle Warfare Training Team (JWTT)* brasileiro à República Democrática do Congo e a existência de dois Grupos de Apoio Técnico (GAT) e três Missões de Assessoria Naval (MAN) em continente africano, sendo um GAT e duas MAN, no interior da ASAOC,

constituem experiências que ratificam e reforçam a oportunidade; e

- o aproveitamento de quaisquer ações executadas para ampliar a Diplomacia Naval, conduzindo ações menores, por aproveitamento, como visitas a portos e ações de presença, proporcionando economicidade sem deixar de atender efeitos desejados.

AMEAÇAS:

- a complexidade da conjuntura local, vis-à-vis a meta da MB em ser ator efetivo no EEB, que demanda um Poder Naval balanceado, pronto e crível, em condições de enfrentar a problemática existente, e que mostra aos entes endógenos a aptidão brasileira para capitanear os processos envolvendo a segurança e a estabilidade da região;

- a consciência situacional insatisfatória sobre a região e a dificuldade de obtê-la sem uma construção de inteligência prévia ao estabelecimento de uma crise;

- os perigos introduzidos pela ampliação do envolvimento operacional na ASAOC, decorrentes de três origens:

- da própria criticidade dos eventos nos quais a França se insere e que serão incorporados pelas ações dos destacamentos bem como pelo Estado Brasileiro, dependendo do grau de inserção e do tipo de ameaça enfrentada localmente;

- da visão, ainda que minoritária e parcial, do Estado Francês como um ente intervencionista, podendo, se não mitigada, interferir na imagem brasileira quando de suas associações ao esforço francês; e

- da confrontação de posições opostas dos múltiplos atores, gerando indisposições e questionamentos laterais sobre o posicionamento brasileiro adotado, o que se deve reduzir sincronizando-se o esforço da Diplomacia Naval à orientação da política externa, coordenada pelo MRE.

Vistas as decorrências para a ação franco-brasileira, em adição, releva mencionar que a ampliação dessas relações é, por óbvio, benéfica para o Atlântico Sul e para o continente africano como um todo, que receberiam reforço nas iniciativas para a estabilidade e a segurança. Mais ainda, nessas mencionadas regiões, a presença de atores exógenos, que não a França, casualmente, gera tensões sobre as quais o Brasil deseja se manifestar e, nesse quadro, a parceria com uma potência de ideário convergente se torna um valioso reforço, além de uma ferramenta útil à expansão da influência e à consecução de interesses similares.

Em considerações sobre o SI, a aproximação brasileira a um ator global e independente como a República Francesa tende a alavancar mundialmente as pautas coincidentes e, bilateralmente, reduzir eventuais e pontuais questões de discordância política, mantendo-se os Estados, parceiros estratégicos, como atores independentes.

DECORRÊNCIAS CONJUNTURAIAS	
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • As reconfigurações das forças para as disputas hegemônicas, criando hiatos de influência na ASAOC. • O interesse franco-brasileiro em ampliar a cooperação na ASAOC, do que pode decorrer: <ul style="list-style-type: none"> ✓ ampliação da participação brasileira em operações; ✓ emprego de assessoria e experiência francesas como modelo; ✓ uso de experiências e lições da FTM-UNIFIL e CTF 151 para o PNB capitanear operações, inclusive nas ações terrestres de caráter naval e anfíbias; ✓ possibilidade de apoio nos POC e BOA franceses; ✓ envio de destacamentos de OpEsp da MB a Operações como a <i>Flintlock</i>; ✓ participação na formação e capacitação de parceiros africanos no âmbito das ENVR; e ✓ aproveitamento de ações existentes, conduzindo ações menores, por aproveitamento. 	<ul style="list-style-type: none"> ○ a complexidade da conjuntura local. ○ a consciência situacional insuficiente. ○ os perigos ligados à ampliação do envolvimento operacional na ASAOC, decorrentes da: <ul style="list-style-type: none"> ➤ criticidade própria dos eventos nos quais a França se insere e que será incorporada pelas ações dos destacamentos e, até mesmo pelo Estado Brasileiro; ➤ visão, ainda que minoritária e parcial, do Estado Francês como intervencionista, podendo interferir na imagem brasileira; e ➤ confrontação de posições antagônicas dos múltiplos atores, gerando indisposições laterais sobre o posicionamento brasileiro.

FIGURA 20 – Oportunidades e ameaças para o Poder Naval Brasileiro ligadas à postura geopolítica e à ação militar francesa na África Subsaariana Atlântica Ocidental e Central

Fonte: própria.

5 OBJETIVOS NAVAIS RELACIONADOS

A PND e a END são documentos de nível político e estratégico que refletem o papel das FA na consecução dos anseios nacionais, interligando tal papel a outras expressões do Poder Nacional. Nesse diapasão, a PND permite observar os escopos de maior hierarquia, enquanto a END aponta aos segmentos do Estado Brasileiro a forma como integrar, em ações, os métodos e meios existentes, de modo a atingir as metas traçadas assinalando, além disso, as articulações da Defesa com outros agentes, incluindo segmentos não governamentais.

Em sendo assim, descritos na PND como escopos a atingir e manter, permanentemente, no âmbito da Defesa Nacional, os seguintes Objetivos Nacionais de Defesa (OND) se ligam ao tema: salvaguardar pessoas, bens, recursos e interesses no exterior; contribuir com a estabilidade regional, a paz e a segurança internacionais; e incrementar a projeção do Brasil no Concerto das Nações e sua inserção nos processos decisórios do SI.

Analogamente ao contido na PND, a PN, documento estratégico da MB, revela as

metas a alcançar, tanto das demandas nacionais, quanto para a própria evolução da Força. Assim, a MB, que, por missão, prepara e emprega o PNB, observa a PN para orientar seus efetivos sobre os objetivos navais (OBNAV) em mira. Em sequência lógica ligada à norma institucional, o Plano Estratégico da Marinha 2040 (PEM2040) traz o planejamento de médio e longo prazo adotado, emitindo Ações Estratégicas Navais (AEN) em sustento à missão e à visão de futuro corporativa.

Por essa razão, o PEM2040 limita positivamente esta proposta de Estratégia Naval, restringindo as formas de alcance dos fins, por apontar, através das AEN, os caminhos adequados a considerar ao elaborar Ações Estratégicas Navais Orientadas (AENO) para atuação do PNB na ASAOC, considerando a postura geopolítica e a ação militar francesas.

Isso posto, nota-se que um dos OBNAV é diretamente correlato aos efeitos nacionais esperados, qual seja: apoiar a política externa. Desse fato, subtrai-se que as AENO aventadas nesta Estratégia Naval interligam a Diplomacia Naval às aspirações brasileiras no SI.

Em complemento, em alusão a outros campos da Defesa, cuja percepção da relação seja indireta com o tema, percebe-se que as AENO propostas devem, por seus resultados, beneficiar também outros OBNAV, quais sejam: prover Segurança Marítima; ampliar a Consciência Situacional Marítima em áreas de interesse; e contribuir para a Defesa da Pátria.

6 AÇÕES ESTRATÉGICAS NAVAIS ORIENTADAS

Uma Estratégia de atuação do PNB à luz da presença francesa na ASAOC não mira exclusivamente em responder às decorrências apresentadas. Visa, também, otimizar o sistema para que ele empreenda as ações inerentes no auge de suas possibilidades, com menor custo associado. Assim, as AENO se balizam por duas vertentes finalísticas:

- as AENO “Efetivas”, destinadas a endereçar as decorrências ambientais e representando, em linhas gerais, respostas válidas para as oportunidades ou ameaças vigentes, derivadas da ação francesa na ASAOC; e

- as AENO “Estruturantes”, que aprimoram o PNB como Sistema, certificando seu condicionamento máximo para atingimento dos propósitos esperados. São, portanto, ações de âmbito interno ou de gestão que tornam o PNB melhor adaptado a conduzir Diplomacia Naval na ASAOC, considerando a conjuntura e a atuação integrada ao esforço francês.

AENO EFETIVAS

AENO EF1- Implementar a atuação diversificada e contínua de militares da MB nas ENVR, considerando a participação em temas marítimos, técnicos e os de segurança locais;

AENO EF2- Aprimorar e promover a assistência técnico-militar, em especial em relação ao Controle de Tráfego Marítimo no GdG, com enfoque no CIC em Camarões que, cada vez mais, integra-se ao processo de estabilização local e às iniciativas francesas;

AENO EF3- Implementar a participação constante das OpEsp da MB, com subespecialidades variadas, nas Operações estadunidenses *Flintlock* ou similares, em especial, no ano de 2022, quando a iniciativa ocorrerá em países francófonos da ASAOC, contando com “Forças de Presença” francesas (Costa do Marfim, Gabão e Senegal);

AENO EF4- Planejar e conduzir treinamentos combinados, voltados a capacitar parceiros da ASAOC, por meio de ações temporárias, baseadas ou executadas pelos GAT e MAN brasileiros e eventualmente suportadas por “Forças de Presença” francesas;

AENO EF5- Ampliar a atuação do PNB em ações de paz multilaterais na ASAOC ou em suas áreas limítrofes, em especial, na região da África Central e do Sahel africano;

AENO EF6- Conduzir operações próprias voltadas à Segurança Marítima no GdG, com a participação de parceiros endógenos e com convite à integração francesa;

AENO EF7- Realizar Exercícios Combinados com a MNF na ASAOC, com ênfase em projeção anfíbia, enfatizando oposição a ameaças assimétricas e assistência humanitária; e

AENO EF8- Otimizar as ações existentes, ampliando a ação de presença e mostrando bandeira, especialmente em portos francófonos com “Forças de Presença” francesas (Costa do Marfim, Gabão e Senegal).

AENO ESTRUTURANTES

AENO ES1 - Realizar gestões junto ao Poder Executivo nacional para ampliar a representação diplomática naval na ASAOC, priorizando adidâncias permanentes na Nigéria e Camarões, pela pujança geopolítica e envolvimento na Segurança Marítima Interregional, respectivamente;

AENO ES2 - Ampliar o diálogo com o MRE para a construção de uma agenda colaborativa relativa a demandas na ASAOC, colocada em efeito pela ABC e MB, por meio de cooperações Sul-Sul viáveis, ocasionalmente, com interveniência da República Francesa;

AENO ES3 - Aumentar a interação com a MNF, por meio da ampliação de reuniões com a temática específica da cooperação bilateral na ASAOC;

AENO ES4 - Participar ativamente das discussões navais, militares e de segurança existentes e dos Fóruns Regionais voltados a temas “securitizados” da ASAOC. Dessa feita, nas Comunidades de Segurança das quais o Brasil participa com os Estados Africanos, tais como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), divulgar a problemática da região, buscando maior relevância

ao tema e perseguindo a liderança e protagonismo na busca por soluções;

AENO ES5 - Estimular o aprendizado do idioma francês para parcela dos militares da MB, otimizando as capacidades do Laboratório de Língua Francesa doado ao CIASC;

AENO ES6 - Manter o PNB aprestado e apto a, oportunamente e por demanda, conduzir operações navais, incluindo projeções de força na costa atlântica africana em resposta colaborativa a instabilidades locais, garantindo o reconhecimento do Brasil como ator relevante em seu Entorno Estratégico, pela credibilidade e cooperatividade de sua Marinha; e

AENO ES7 - Manter o PNB aprestado e com Consciência Situacional adequada para agir na proteção de cidadãos, bens ou interesses do Brasil, em eventuais crises na ASAOC, sejam elas não estatais ou geradas em tensões oriundas de disputa hegemônica (*proxy wars*).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existe demanda, oportunidade e embasamento para que a MB absorva e execute um Estratégia Naval específica e destinada a alcançar os OBNAV vigentes e relacionados à atuação do PNB na ASAOC, considerando as decorrências da postura geopolítica e da ação militar da República Francesa na região.

Visualizando o quadro de atividades gerado, composto por eventos exequíveis, tanto por aspectos técnicos quanto por experiências anteriores, materializa-se uma proposta revestida de variedade temática, contendo eventos de diferentes complexidades. Nesse contexto, caberia ao decisor, no momento de sua colocação em prática, a fundamental priorização, procurando atender à realidade conjuntural brasileira e a internacional.

Mais além, em um juízo pragmático, mesmo entendendo o valor sinérgico da implementação da Estratégica como um todo, entende-se que barreiras circunstanciais à implementação plena da proposição podem não ser impeditivas ao seu empreendimento parcial, o que consistiria, então, de iniciativa válida, posto que cada uma das ações estratégicas visualizadas agrega, individualmente, valor aos objetivos e propósitos aos quais se destinam.

Por oportuno, cabe ressaltar que a parceria estratégica com um ator global, como é o caso francês, facilita, ao Brasil, manter-se presente no ambiente geopolítico, no qual se deseja influir. A não participação, por outro lado, tem caráter essencialmente negativo, tendendo a transparecer como uma fraqueza potencial ou mesmo como desinteresse estratégico. Ambas as percepções devem ser evitadas quando se objetiva a ampliação da influência nacional no seu Entorno e o incremento de sua reputação como um ator decisivo no SI, mesmo em cenários internos eventuais nos quais possa haver baixa disponibilidade de recursos disponíveis.


8 MAPA ESTRATÉGICO

MAPA ESTRATÉGICO				
ESTRATÉGIA NAVAL ORDEM, LIBERDADE E PROGRESSO				
Finalidade	Alcançar os Objetivos Navais ligados à atuação do Poder Naval Brasileiro na África Subsaariana Atlântica Ocidental e Central, considerando as decorrências da postura geopolítica e da ação militar da República Francesa na região			
POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA				
METAS ORIENTADORAS (Objetivos Nacionais de Defesa – OND)				
OND V	Salvaguardar pessoas, bens, recursos e interesses no exterior			
OND VII	Contribuir para a estabilidade regional, a paz e a segurança internacionais			
OND VIII	Incrementar a projeção do Brasil no Concerto das Nações e sua inserção em processos decisórios internacionais.			
POLÍTICA NAVAL				
OBJETIVOS NAVAIS (OBNAV) RELACIONADOS				
OBNAV 1	Contribuir para a Defesa da Pátria			
OBNAV 2	Prover Segurança Marítima			
OBNAV 5	Apoiar a política externa			
OBNAV 10	Ampliar a Consciência Situacional Marítima em áreas de interesse			
		OND	OBNAV	
AÇÕES ESTRATÉGICAS NAVAIS ORIENTADAS (AENO)	AENO EFETIVAS	AENO EF1 - Atuação nas ENVR	VII VIII	2, 5, 10
		AENO EF2 - Assistência técnico-militar	VII VIII	2, 5, 10
		AENO EF3 - Atuação de OpEsp	VII VIII	1, 5, 10
		AENO EF4 - Treinamentos combinados	VII VIII	2, 5, 10
		AENO EF5 - Operações de Paz	V VII VIII	2, 5
		AENO EF6 - Operações próprias de Segurança Marítima	V VII VIII	1, 2, 5, 10
		AENO EF7 - Exercícios Combinados	VII VIII	2, 5, 10
		AENO EF8 - Ampliação da ação de presença	VIII	5, 10
	AENO ESTRURANTES	AENO ES1 - Gestões de ampliação da representação diplomática naval	V VII VIII	1, 5, 10
		AENO ES2 - Ampliação do diálogo com o MRE	VII VIII	2, 5, 10
		AENO ES3 - Interação com a MNF	VII VIII	5, 10
		AENO ES4 - Participação em Fóruns e nas Comunidades Regionais	VII VIII	2, 5, 10
		AENO ES5 - Estímulo ao aprendizado do idioma francês	VII	10
		AENO ES6 - Aprestamento à ação oportuna e colaborativa	VII VIII	2, 5, 10
AENO ES7 - Aprestamento à ação em prol do interesse nacional		V VII VIII	1, 2, 5, 10	


APÊNDICE B

Quadros-Diagnóstico dos Estados da África Subsaariana Atlântica Ocidental e Central

QUADRO 1

PAÍS	DADOS ⁹⁶						
 Angola	Nome Oficial	Capital	Região Africana	Área Aprox. (10 ³ km ²)	Idioma	Colonização	Independência (Ano)
	República de Angola	Luanda	África Central	1247	Português	Portuguesa	1975
	Moeda	PIB 2019 (10 ⁶ USD)	PIB 2019 per <i>capita</i>	População 2020⁹⁷ (10 ⁶ hab/pos)	População Est. 2030⁹⁸ (10 ⁶ hab)	Densidade Pop. (pessoas/km)	IDH (Índ/Pos-189)
Kwanza	85.001	2.671	32,9/42	44,8	26,36	0,581/148	
Expectativa de Vida ao Nascer	Taxa Alfabetizados ⁹⁹	Consumo Calórico (kcal/dia)	Forma de Governo	Governança 2020 (Ind/Pos) ¹⁰⁰	Religião (maioria%) ¹⁰¹	Poder Militar (de 140) ¹⁰²	
61,1	66,03%	2353	República Presid.	40.0/43	41 CatRom 38 Protest	66	

QUADRO 2

PAÍS	DADOS						
 Benim	Nome Oficial	Capital	Região Africana	Área Aprox. (10 ³ km ²)	Idioma	Colonização	Independência (Ano)
	República do Benin	Porto Novo	África Ocidental	4	Francês	Francesa	1960
	Moeda	PIB 2019 (10 ⁶ USD)	PIB 2019 per <i>capita</i>	População 2020 (10 ⁶ hab/pos)	População Est. 2030 (10 ⁶ hab)	Densidade Pop. (pessoas/km2)	IDH (Índ/Pos-189)
Franco CFA	14.403	1.220	12,2/79	15.7	107,51	0.545/158	
Expectativa de Vida ao Nascer	Taxa Alfabetizados	Consumo Calórico (kcal/dia)	Forma de Governo	Governança 2020 (Ind/Pos)	Religião (maioria %)	Poder Militar (de 140)	
61,8	42,36%	2.750	República Presid.	58.6/13	28 Muçulm 26 CatRom 14 Protest	NC	

⁹⁶ Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para todos os dados disponíveis, à exceção daqueles especificamente lançados em notas de rodapé subsequentes. Disponível em: <https://pais.es.ibge.gov.br/#/mapa>. Acesso em: 27 jun. de 2021.

⁹⁷ Dados de População estimados pela ONU segundo uma média de taxa de fertilidade. Disponível em: <https://population.un.org/wpp/Download/Standard/Population/>. Acesso em: 27 jun. 2021.

⁹⁸ *Ibidem*.


⁹⁹ Percentual da população acima de 15 anos alfabetizada.

¹⁰⁰ O Índice Ibrahim de Governança Africana 2020 (IIAG, da sigla em inglês) é uma ferramenta que mede e monitora o desempenho da governança, definida, pela Fundação Mo Ibrahim, como o fornecimento de bens e serviços públicos e os resultados das políticas públicas nos 54 países africanos. A Média de Governança africana é de 48,8. Disponível em: <https://mo.ibrahim.foundation/iiag>. Acesso em: 25 jun. 2021.


¹⁰¹ Dados da Enciclopédia Britânica. Disponível em: <https://www.britannica.com>. Acesso em: 27 jun. 2021.

¹⁰² Fonte: Sítio Eletrônico Globalfirepower. Dados de 2021. Disponível em: <https://www.globalfirepower.com/countries-listing.php>. Acesso em: 27 jun. 2021.


QUADRO 3

PAÍS	DADOS						
Cabo Verde 	Nome Oficial República de Cabo Verde	Capital Praia	Região Africana África Ocidental	Área Aprox. (10 ³ km ²) 113	Idioma Português	Colonização Portuguesa	Independência (Ano) 1975
	Moeda Escudo cabo-verdiano	PIB 2019 (10 ⁶ USD) 1.982	PIB 2019 per <i>capita</i> 3.604	População 2020 (10 ⁶ hab/pos) 0,56/174	População Est. 2030 (10 ⁶ hab) 0,62	Densidade Pop. (pessoas/km ²) 137,96	IDH (Índ/Pos-189) 0.665/126
	Expectativa de Vida ao Nascer 73	Taxa Alfabetizados 86,79%	Consumo Calórico (kcal/dia) 2.495	Forma de Governo República Parlament.	Governança 2020 (Ind/Pos) 73.1/2	Religião (maioria %) 78 CatRom	Poder Militar (de 140) NC


QUADRO 4

PAÍS	DADOS						
Camarões 	Nome Oficial República dos Camarões	Capital Yaoundê	Região Africana África Central	Área Aprox. (10 ³ km ²) 475	Idioma Francês e Inglês	Colonização Francesa e Inglesa	Independência (Ano) 1960
	Moeda Franco CFA	PIB 2019 (10 ⁶ USD) 38.861	PIB 2019 per <i>capita</i> 1.502	População 2020 (10 ⁶ hab/pos) 24,9 /56	População Est. 2030 (10 ⁶ hab) 31,4	Densidade Pop. (pessoas/km ²) 56,16	IDH (Índ/Pos-189) 0.563/153
	Expectativa de Vida ao Nascer 59,3	Taxa Alfabetizados 77,071%	Consumo Calórico (kcal/dia) 2.707	Forma de Governo República Parlament.	Governança 2020 (Ind/Pos) 43.5/37	Religião (maioria %) 38 CatRom 26 Protest 21 Muç Sun	Poder Militar (de 140) 108


QUADRO 5

PAÍS	DADOS						
Congo 	Nome Oficial República do Congo	Capital Brazzaville	Região Africana África Central	Área Aprox. (10 ³ km ²) 342	Idioma Francês	Colonização Francesa	Independência (Ano) 1960
	Moeda Franco CFA	PIB 2019 (10 ⁶ USD) 12.397	PIB 2019 per <i>capita</i> 2.304	População 2020 (10 ⁶ hab/pos) 4.6/128	População Est. 2030 (10 ⁶ hab) 6.8	Densidade Pop. (pessoas/km ²) 16,16	IDH (Índ/Pos-189) 0.574 /149
	Expectativa de Vida ao Nascer 64,6	Taxa Alfabetizados 80,30%	Consumo Calórico (kcal/dia) 2.212	Forma de Governo República Parlament.	Governança 2020 (Ind/Pos) 36.1/45	Religião (maioria %) 33 CatRom 22 Crist Rev 20 Protest	Poder Militar (de 140) 124


QUADRO 6

PAÍS	DADOS						
Costa do Marfim 	Nome Oficial	Capital	Região Africana	Área Aprox. (10 ³ km ²)	Idioma	Colonização	Independência (Ano)
	República da Costa do Marfim	Yamoussoukro / Abidjan	África Ocidental	322	Francês	Francesa	1958
	Moeda	PIB 2019 (10 ⁶ USD)	PIB 2019 per <i>capita</i>	População 2020 (10 ⁶ hab/pos)	População Est. 2030 (10 ⁶ hab)	Densidade Pop. (pessoas/km ²)	IDH (Índ/Pos-189)
Franco CFA	58.540	2.276	26,4 /53	33,1	82,95	0.538/162	
Expectativa de Vida ao Nascer	Taxa Alfabetizados	Consumo Calórico (kcal/dia)	Forma de Governo	Governança 2020 (Ind/Pos)	Religião (maioria %)	Poder Militar (de 140)	
57,8	47,16%	2.747	República Parlament.	53.9/18	43 Muçulm 19 NT 17 CatRom	115	


QUADRO 7

PAÍS	DADOS						
Gabão 	Nome Oficial	Capital	Região Africana	Área Aprox. (10 ³ km ²)	Idioma	Colonização	Independência (Ano)
	República Gabonesa	Libreville	África Central	267	Francês	Francesa	1960
	Moeda	PIB 2019 (10 ⁶ USD)	PIB 2019 per <i>capita</i>	População 2020 (10 ⁶ hab/pos)	População Est. 2030 (10 ⁶ hab)	Densidade Pop. (pessoas/km ²)	IDH (Índ/Pos-189)
Franco CFA	16.888	7.773	2,1/150	2,5	8,64	0.703 /119	
Expectativa de Vida ao Nascer	Taxa Alfabetizados	Consumo Calórico (kcal/dia)	Forma de Governo	Governança 2020 (Ind/Pos)	Religião (maioria %)	Poder Militar (de 140)	
66,5	84,66%	2.638	República Parlament	47.7 /29	42 CatRom 32 Cristão 14 Protest	132	


QUADRO 8

PAÍS	DADOS						
Gambia 	Nome Oficial	Capital	Região Africana	Área Aprox. (10 ³ km ²)	Idioma	Colonização	Independência (Ano)
	República da Gâmbia	Banjul	África Ocidental	11,3	Inglês	Inglesa e Francesa	1965
	Moeda	PIB 2019 (10 ⁶ USD)	PIB 2019 per <i>capita</i>	População 2020 (10 ⁶ hab/pos)	População Est. 2030 (10 ⁶ hab)	Densidade Pop. (pessoas/km ²)	IDH (Índ/Pos-189)
Dalasi	1.823	776	2,2 /146	3,0	238,8	0.496 /172	
Expectativa de Vida ao Nascer	Taxa Alfabetizados	Consumo Calórico (kcal/dia)	Forma de Governo	Governança 2020 (Ind/Pos)	Religião (maioria %)	Poder Militar (de 140)	
62	50,77%	2.558	República Presid.	55.9 /16	96 Muçulm	NC	


QUADRO 9

PAÍS	DADOS						
Gana 	Nome Oficial República do Gana	Capital Acra	Região Africana África Ocidental	Área Aprox. (10 ³ km ²) 238	Idioma Inglês	Colonização Inglesa	Independência (Ano) 1957
	Moeda CEDI	PIB 2019 (10 ⁶ USD) 70.000	PIB 2019 per <i>capita</i> 2203	População 2020 (10 ⁶ hab/pos) 31 /50	População Est. 2030 (10 ⁶ hab) 35,4	Densidade Pop. (pessoas/km2) 130	IDH (Índ/Pos-189) 0,611-138
	Expectativa de Vida ao Nascer 64	Taxa Alfabetizados 80%	Consumo Calórico (kcal/dia) 3.037	Forma de Governo República Parlament.	Governança 2020 (Ind/Pos) 64,3/8	Religião (maioria %) 28 Pentecost 18 Evang 17 Muçulm	Poder Militar (de 140) 96


QUADRO 10

PAÍS	DADOS						
Guiné 	Nome Oficial República da Guiné	Capital Conacri	Região Africana África Ocidental	Área Aprox. (10 ³ km ²) 246	Idioma Francês	Colonização Francesa	Independência (Ano) 1958
	Moeda Franco guineense	PIB 2019 (10 ⁶ USD) 12.354	PIB 2019 per <i>capita</i> 967	População 2020 (10 ⁶ hab/pos) 12,5 /78	População Est. 2030 (10 ⁶ hab) 16,0	Densidade Pop. (pessoas/km2) 53,45	IDH (Índ/Pos-189) 0.477 /178
	Expectativa de Vida ao Nascer 61,6	Taxa Alfabetizados 32%	Consumo Calórico (kcal/dia) 2.704	Forma de Governo República Parlament.	Governança 2020 (Ind/Pos) 42.5/39	Religião (maioria %) 89 Muçulm	Poder Militar (de 140) NC


QUADRO 11

PAÍS	DADOS						
Guiné-Bissau 	Nome Oficial República da Guiné-Bissau	Capital Bissau	Região Africana África Ocidental	Área Aprox. (10 ³ km ²) 36.1	Idioma Português	Colonização Portuguesa	Independência (Ano) 1974
	Moeda Franco CFA	PIB 2019 (10 ⁶ USD) 1.322	PIB 2019 per <i>capita</i> 688	População 2020 (10 ⁶ hab/pos) 1,9/147	População Est. 2030 (10 ⁶ hab) 2,5	Densidade Pop. (pessoas/km2) 69,99	IDH (Índ/Pos-189) 0.480/175
	Expectativa de Vida ao Nascer 58,3	Taxa Alfabetizados 45,58%	Consumo Calórico (kcal/dia) 2.184	Forma de Governo República Parlament.	Governança 2020 (Ind/Pos) 41.4 /41	Religião (maioria %) 45 Muçulm 22 Cristão	Poder Militar (de 140) NC


QUADRO 12

PAÍS	DADOS						
Guiné-Equatorial 	Nome Oficial	Capital	Região Africana	Área Aprox. (10 ³ km ²)	Idioma	Colonização	Independência (Ano)
	República da Guiné Equatorial	Malabo	África Central	28.0	Espanhol, Francês e Português	Espanhola	1968
	Moeda	PIB 2019 (10 ⁶ USD)	PIB 2019 per <i>capita</i>	População 2020 (10 ⁶ hab/pos)	População Est. 2030 (10 ⁶ hab)	Densidade Pop. (pessoas/km ²)	IDH (Índ/Pos-189)
Franco Guineense	11.025	8.130	1,46/155	1,7	50,02	0.592 /145	
Expectativa de Vida ao Nascer	Taxa Alfabetizados	Consumo Calórico (kcal/dia)	Forma de Governo	Governança 2020 (Ind/Pos)	Religião (maioria %)	Poder Militar (de 140)	
58,7	94,37%	NC	República Parlament.	28.7 /51	80 CatRom	NC	


QUADRO 13

PAÍS	DADOS						
Libéria 	Nome Oficial	Capital	Região Africana	Área Aprox. (10 ³ km ²)	Idioma	Colonização	Independência (Ano)
	República da Libéria	Monróvia	África Ocidental	111	Inglês	XXX	XXX
	Moeda	PIB 2019 (10 ⁶ USD)	PIB 2019 per <i>capita</i>	População 2020 (10 ⁶ hab/pos)	População Est. 2030 (10 ⁶ hab)	Densidade Pop. (pessoas/km ²)	IDH (Índ/Pos-189)
Dólar liberiano	2.582	523	5/121	6.3	52,51	0.480 /175	
Expectativa de Vida ao Nascer	Taxa Alfabetizados	Consumo Calórico (kcal/dia)	Forma de Governo	Governança 2020 (Ind/Pos)	Religião (maioria %)	Poder Militar (de 140)	
64,1	48,30 %	2.163	República Presid.	47.9 /27	86 Cristão	138	


QUADRO 14

PAÍS	DADOS						
Nigéria 	Nome Oficial	Capital	Região Africana	Área Aprox. (10 ³ km ²)	Idioma	Colonização	Independência (Ano)
	República Federal da Nigéria	Abuja	África Ocidental	924	Inglês	Inglesa	1960
	Moeda	PIB 2019 (10 ⁶ USD)	PIB 2019 per <i>capita</i>	População 2020 (10 ⁶ hab/pos)	População Est. 2030 (10 ⁶ hab)	Densidade Pop. (pessoas/km ²)	IDH (Índ/Pos-189)
Naira	474.517	2.361	206/7	269	226,34	0.539/161	
Expectativa de Vida ao Nascer	Taxa Alfabetizados	Consumo Calórico (kcal/dia)	Forma de Governo	Governança 2020 (Ind/Pos)	Religião (maioria %)	Poder Militar (de 140)	
54,7	62,01%	2.530	República Presid.	45.5/34	50 Muç Sun 48 Cristão	35	


QUADRO 15

PAÍS	DADOS						
República Democrática do Congo 	Nome Oficial	Capital	Região Africana	Área Aprox. (10 ³ km ²)	Idioma	Colonização	Independência (Ano)
	República Democrática do Congo	Kinshasa	África Central	2.344	Francês	Belga	1960
	Moeda	PIB 2019 (10 ⁶ USD)	PIB 2019 per <i>capita</i>	População 2020 (10 ⁶ hab/pos)	População Est. 2030 (10 ⁶ hab)	Densidade Pop. (pessoas/km ²)	IDH (Índ/Pos-189)
Franco Congolês	47.320	545	89,5/16	120	39,51	0.480 /175	
Expectativa de Vida ao Nascer	Taxa Alfabetizados	Consumo Calórico (kcal/dia)	Forma de Governo	Governança 2020 (Ind/Pos)	Religião (maioria %)	Poder Militar (de 140)	
60,7	77,04 %	NC	República Parlament.	36.1 /45	50 CatRom 20 Protest	81	

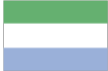
QUADRO 16

PAÍS	DADOS						
São Tomé e Príncipe 	Nome Oficial	Capital	Região Africana	Área Aprox. (10 ³ km ²)	Idioma	Colonização	Independência (Ano)
	República Democrática de São Tomé e Príncipe	São Tomé	África Central	0,96	Português	Portuguesa	1975
	Moeda	PIB 2019 (10 ⁶ USD)	PIB 2019 per <i>capita</i>	População 2020 (10 ⁶ hab/pos)	População Est. 2030 (10 ⁶ hab)	Densidade Pop. (pessoas/km ²)	IDH (Índ/Pos-189)
Dobra	422	1.961	0,22/179	0,27	228,29	0.625 /135	
Expectativa de Vida ao Nascer	Taxa Alfabetizados	Consumo Calórico (kcal/dia)	Forma de Governo	Governança 2020 (Ind/Pos)	Religião (maioria %)	Poder Militar (de 140)	
70,4	92,81 %	2.429	República Parlament.	60.4 /12	56 CatRom 21 NT	NC	


QUADRO 17

PAÍS	DADOS						
Senegal 	Nome Oficial	Capital	Região Africana	Área Aprox. (10 ³ km ²)	Idioma	Colonização	Independência (Ano)
	República do Senegal	Dacar	África Ocidental	197	Francês	Francesa	1960
	Moeda	PIB 2019 (10 ⁶ USD)	PIB 2019 per <i>capita</i>	População 2020 (10 ⁶ hab/pos)	População Est. 2030 (10 ⁶ hab)	Densidade Pop. (pessoas/km ²)	IDH (Índ/Pos-189)
Franco CFA	23.665	1.452	16,7/69	21,6	86,97	0.512 /168	
Expectativa de Vida ao Nascer	Taxa Alfabetizados	Consumo Calórico (kcal/dia)	Forma de Governo	Governança 2020 (Ind/Pos)	Religião (maioria %)	Poder Militar (de 140)	
67,9	51,90 %	2.533	República Presid.	63.2 /9	96 Muçulm	NC	

QUADRO 18

PAÍS	DADOS						
Serra Leoa 	Nome Oficial República de Serra Leoa	Capital Freetown	Região Africana África Ocidental	Área Aprox. (10 ³ km ²) 71.7	Idioma Inglês	Colonização Inglesa	Independência (Ano) 1961
	Moeda Leone	PIB 2019 (10 ⁶ USD) 4.122	PIB 2019 per capita 528	População 2020 (10 ⁶ hab/pos) 8/101	População Est. 2030 (10 ⁶ hab) 9.6	Densidade Pop. (pessoas/km2) 110,52	IDH (Índ/Pos-189) 0.452/182
	Expectativa de Vida ao Nascer 54,7	Taxa Alfabetizados 43,20%	Consumo Calórico (kcal/dia) 2.327	Forma de Governo República Presid.	Governança 2020 (Índ/Pos) 51.0/24	Religião (maioria %) 78 Muçulm	Poder Militar (de 140) 136

QUADRO 19

PAÍS	DADOS						
Togo 	Nome Oficial República Togolesa	Capital Lomé	Região Africana África Ocidental	Área Aprox. (10 ³ km ²) 56.7	Idioma Francês	Colonização Francesa e Inglesa	Independência (Ano) 1960
	Moeda Franco CFA	PIB 2019 (10 ⁶ USD) 7.270	PIB 2019 per capita 899	População 2020 (10 ⁶ hab/pos) 8,2/100	População Est. 2030 (10 ⁶ hab) 10.4	Densidade Pop. (pessoas/km2) 152,21	IDH (Índ/Pos-189) 0.515/167
	Expectativa de Vida ao Nascer 61	Taxa Alfabetizados 63,74%	Consumo Calórico (kcal/dia) 2.424	Forma de Governo República Presid.	Governança 2020 (Índ/Pos) 50.1/25	Religião (maioria %) 33 Afro 28 CatRom 13 Muçulm	Poder Militar (de 140) NC

QUADRO 20


Correlações relevantes com o Brasil			
Maiores Importadores ⁽¹⁾	Conexões Linguísticas e Históricas	Adidâncias Militares ⁽²⁾	Presença Militar ⁽³⁾
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nigéria ▪ Angola ▪ Libéria ▪ Gana ▪ Senegal 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Angola ▪ Cabo Verde ▪ Guiné-Bissau ▪ Guiné-Equatorial ▪ São Tomé e Príncipe 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Angola ▪ Benin ▪ Cabo Verde ▪ Gana ▪ Nigéria ▪ São Tomé e Príncipe ▪ Togo 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cabo Verde ▪ Camarões ▪ São Tomé e Príncipe

Notas: (1) Ver TAB. 2 - Exportações Brasileiras Para os Países da África Subsaariana Atlântica Ocidental e Central.

(2) Ver FIG. 18 – Adidâncias Navais brasileiras na África.

(3) Representadas por MAN e GAT (Ver Seção 4.3)

QUADRO 21

Correlações relevantes com a França			
Maiores Importadores ⁽¹⁾	Conexões Linguísticas e Históricas	Adidâncias Militares ⁽²⁾	Presença Militar ⁽³⁾
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Costa do Marfim ▪ Senegal ▪ Nigéria ▪ Camarões ▪ Gabão 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Benin ▪ Camarões ▪ Congo ▪ Costa do Marfim ▪ Gabão ▪ Gambia ▪ Guiné ▪ Guiné-Equatorial ▪ República Democrática do Congo ▪ Senegal ▪ Togo 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Angola ▪ Benin ▪ Camarões ▪ Congo ▪ Costa do Marfim ▪ Gabão ▪ Guiné ▪ Nigéria ▪ República Democrática do Congo ▪ Senegal ▪ Togo 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Costa do Marfim ▪ Gabão ▪ Senegal

Notas: (1) Ver TAB. 1 - Exportações Brasileiras Para os Países da África Subsaariana Atlântica Ocidental e Central.

(2) Ver FIG. 15– Forças Armadas Francesas: Emprego Operacional (Jun. 2021).

(3) Representadas por Forças de Presença (Ver Seção 3.6)